

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE HISTÓRIA - LICENCIATURA

VINÍCIUS BORGES DE MEDEIROS

**O REITORADO DE MURILO GUIMARÃES NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE
PERNAMBUCO: modernização e autoritarismo (1964-1971)**

RECIFE

2022

VINÍCIUS BORGES DE MEDEIROS

**O REITORADO DE MURILO GUIMARÃES NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE
PERNAMBUCO: modernização e autoritarismo (1964-1971)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso ao curso de História da Universidade
Federal de Pernambuco como requisito para a
obtenção do título de licenciado em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Regina Beatriz Guimarães
Neto

RECIFE

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do
SIB/UFPE

Medeiros, Vinícius Borges de.

O Reitorado de Murilo Guimarães na Universidade Federal de Pernambuco:
modernização e autoritarismo (1964-1971) / Vinícius Borges de Medeiros. -
Recife, 2022.

119 : il.

Orientador(a): Regina Beatriz Guimarães Neto

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de
Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, História - Licenciatura,
2022.

Inclui referências, apêndices.

1. Universidade. 2. Ditadura Civil-Militar. 3. Brasil-história. 4. Murilo
Guimarães. I. Guimarães Neto, Regina Beatriz. (Orientação). II. Título.

900 CDD (22.ed.)

VINCIUS BORGES DE MEDEIROS

**O REITORADO DE MURILO GUIMARÃES NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE
PERNAMBUCO: modernização e autoritarismo (1964-1971)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de História da Universidade
Federal de Pernambuco como requisito para a
obtenção do título de licenciado em História.

Aprovado em: 27/05/2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Regina Beatriz Guimarães Neto (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Me. Nita Keoma Lustosa de Sousa (Examinador Externo)

Prof. Me. Rodrigo Lins Barbosa (Examinador Externo)

AGRADECIMENTOS

Dedico este espaço para fazer ternos agradecimentos para as pessoas que possibilitaram que este trabalho pudesse ser realizado. Não poderia, é claro, deixar de mencionar em primeiro lugar a minha família que me apoiou, sem resistência, meu ingresso ao curso de História e toda a minha permanência durante todos esses anos. Sem eles, cada um ao seu modo, seria impossível ter tido um aproveitamento tão bom pelo curso.

Como toda graduação, presencial pelo menos, nós enquanto alunos nos relacionamos e conhecemos pessoas incríveis em nossa trajetória. Essa sociabilidade é enriquecida por meio de debates, brigas, conversas, amizades e, claro, uma boa cachaça, que ninguém é de ferro. Não irei nomear nomes, pois claro que serei injusto com muitos, mas que fique registrado com presteza meu agradecimento a todas essas pessoas que me constituíram como estudante de história e que levarei, com salutar admiração, pro resto da vida e memória.

Reservo algumas frases aqui também a dois professores que me ajudaram nessa caminhada. Primeiramente, gostaria de agradecer a professora Regina Guimarães pela oportunidade por me introduzir na pesquisa em História, por meio do Pibic, e também pelas suas reflexões sobre o ofício da nossa profissão. Em segundo lugar, agradeço a Evson Malaquias, professor que me ajudou enormemente na presente pesquisa e por ter me feito despertar o interesse pelo tema das universidades, enquanto objeto de pesquisa.

Este agradecimento ficaria incompleto se eu não poupasse algumas dessas palavras a ela, Stephanie Alencar. Companheira, amiga e namorada, Stephanie esteve comigo nos momentos mais incríveis e difíceis da universidade. Minhas dificuldades e realizações não seriam as mesmas sem sua presença afável, a que pude depositar confiança e amor. Compartilhar essas experiências com ela foi minha segunda graduação na vida.

Agradeço a todos.

RESUMO

Procuramos neste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) contribuir com a história da ditadura civil-militar no Brasil pós-64, evidenciando as malhas de colaboração entre a Universidade Federal de Pernambuco e a ditadura que se instalou no país. Ao longo do texto, buscamos aprofundar os estudos relacionados às relações de poder que se estabeleceram no ensino superior após 1964, dando destaque às reformas implantadas, mudanças nos estatutos, conflitos internos e à contribuição que o reitor Murilo Humberto de Barros Guimarães proporcionou para as mudanças verificadas ao longo de seu mandato. Desse modo, será central destacar o perfil da UFPE antes do golpe, suas tensões e as concepções em disputa que gravitavam em torno de sua modernização. As universidades brasileiras, ao longo dos anos de 1960 e 1970, protagonizaram um conjunto de reformas que as orientaram rumo a um modelo específico de modernização, caracterizado, no seu ceio, por um perfil conservador e autoritário. Nossa pesquisa se insere, deste modo, no debate sobre como os reitores das universidades se posicionaram diante das transformações em curso no ensino superior. A Reforma Universitária, o imaginário anticomunista, legislações repressivas, e disputas internas na UFPE serão alguns dos temas mais destacados de nossa pesquisa.

Palavras chave: Universidade, Ditadura civil-militar, Brasil-história.

ABSTRACT

In this Course Conclusion Paper (TCC) we seek to contribute to the history of the civil-military dictatorship in Brazil after 1964, highlighting the collaborative meshes between the Universidade Federal de Pernambuco and the dictatorship that was installed in the country. Throughout the text, we seek to deepen the studies related to the power relations that were established in higher education after 1964, highlighting the reforms implemented, changes in the statutes, internal conflicts and the contribution that the rector Murilo Humberto de Barros Guimarães provided for the changes verified throughout his mandate. Thus, it will be central to highlight the profile of the UFPE before the coup, its tensions and the conceptions in dispute that gravitated around its modernization. The Brazilian universities, throughout the 1960s and 1970s, underwent a series of reforms that guided them towards a specific model of modernization, characterized, at its core, by a conservative and authoritarian profile. Our research is inserted, in this way, in the debate about how university rectors positioned themselves before the transformations underway in higher education. The University Reform, the anti-communist imaginary, repressive legislation, and internal disputes at UFPE will be some of the most prominent themes of our research.

Keywords: University, civil-military dictatorship, Brazil-history.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** - Primeiras imagens registradas do primeiro dia de intervenção das tropas militares à Faculdade de Direito do Recife.....61
- Figura 2** - Primeiras imagens registradas do primeiro dia de intervenção das tropas militares à Faculdade de Direito do Recife.....62
- Figura 3** - Murilo Guimarães, em nome dos industriais do açúcar de Pernambuco, saúda o presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool.....79
- Figura 4** - Murilo Guimarães, como diretor-secretário do Banco Comercial e Indústria de Pernambuco, proferindo discurso na inauguração dos cofres fortes.....80
- Figura 5** - Castelo Branco desembarca na cidade do Recife e é recebido por personalidades importantes da política e da cultura. Na foto, Murilo Guimarães recebe com afabilidade o Presidente da República.....102

LISTA DE ABREVIACÕES

ANL	Aliança Nacional Libertadora
AP	Ação Popular
CCC	Comando de Caça aos Comunistas
CCEP	Conselho Coordenador de Ensino e Pesquisa
CCP	Centros de Cultura Popular
CFE	Conselho Federal de Educação
CFE	Conselho Nacional de Educação
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CISEX	Comissão de Investigação Sumária do Exército
CISMEC	Comissão de Investigação Sumária do MEC
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CPC	Centro Popular de Cultura
Crutac	Centro Rural Universitário de Treinamento de Ação Comunitária
DA	Diretórios Acadêmicos
DAC	Departamento de Assistência às Cooperativas
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DEE	Diretório Estadual dos Estudantes
DNE	Diretório Nacional dos Estudantes
DOPS/PE	Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco
DSI	Divisão de Segurança e Informações
Ebap	Escola de Belas Artes
ESG	Escola Superior de Guerra
FAFIRE	Faculdade de Filosofia do Recife
FDR	Faculdade de Direito do Recife
IBAD	Instituto Brasileiro de ação Democrática
IPES	Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
IPM	Inquérito Policial Militar
ITA	Instituto Tecnológico de Aeronáutica

LDB	Lei de Diretrizes de Bases
MAC	Movimento Anticomunista
MCP	Movimento de Cultura Popular
MEB	Movimento de Educação de Base
MEC	Ministério de Educação e Cultura
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
Rita	Projeto Rural Industrial Technical Assistance
SEC	Serviço de Extensão Cultural
SNI	Serviço Nacional de Informação
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UnB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
UR	Universidade do Recife
USAID	United States Agency for International Development
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 AS UNIVERSIDADES E O GOLPE MILITAR	18
2.1 O lugar das universidades nos anos 1960	18
2.2 A universidade brasileira em reforma	28
2.3 O ensino superior golpeado	37
3 A UNIVERSIDADE DO RECIFE: DA CRIAÇÃO AO GOLPE (1946-1960)	44
3.1 Recife e o golpe	44
3.2 A Universidade do Recife (1946-1964)	48
4 O REITORADO DE MURILO HUMBERTO DE BARROS GUIMARÃES E A UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	70
4.1 1964: A campanha pública contra João Alfredo e a escolha de Murilo Guimarães para reitor: alguns apontamentos	70
4.2 “Um dos poucos reitores que merecem o tratamento de magnífico”: Murilo Guimarães e a Universidade Federal de Pernambuco	83
4.3 A UFPE entre reformas, convênios e projetos	85
4.4 Considerações sobre o perfil político de Murilo Guimarães	100
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
REFERÊNCIAS	112
APÊNDICE A – INSTITUIÇÕES PESQUISADAS E DOCUMENTOS	119

1 INTRODUÇÃO

Uma das primeiras preocupações dos golpistas – forças do exército, políticos, empresários – em 1964, foi expurgar e cassar seus antigos inimigos que estavam ligados, principalmente, ao governo deposto de João Goulart e aos dirigentes dos movimentos trabalhistas e sociais. Assim, os militares viam nas universidades verdadeiras fábricas de “proselitismo das propostas revolucionárias e de recrutamento de quadro para as esquerdas”¹. Isto se deve ao fato das camadas mais conservadoras da sociedade brasileira sentirem-se inseguras e amedrontadas com o crescimento dos sindicatos nas cidades e no campo, expresso principalmente nas greves, e também ao avanço de projetos modernizantes e reformistas orientados pelas esquerdas estudantis.

É no âmbito desse processo político que a pesquisa propõe analisar o primeiro reitorado da Universidade do Recife (UR)² no período da ditadura civil-militar de 1964. Quem ficara encarregado da responsabilidade de gerir a UR (futura Universidade Federal de Pernambuco – UFPE), na qualidade de reitor, durante os anos de 1964 até 1971 fora o antigo diretor da faculdade de direito do Recife, o professor catedrático Murilo Humberto de Barros Guimarães. Tido como um homem apreciador da cultura europeia e com posições moderadas, Murilo iniciou sua vida docente em 1935 na FDR (Faculdade de Direito do Recife), destacando-se nas cadeiras de Teoria Geral do Estado e depois, em 1937, na cadeira de Direito Judiciário Penal. Ao lado da vida catedrática, compartilhava também uma trajetória no espaço empresarial, em virtude de seu histórico como advogado no setor da indústria do açúcar e das usinas no estado de Pernambuco.

Antes da instauração do golpe civil-militar no Brasil, o ensino superior no Brasil experimentava um período considerado como os tempos da “universidade crítica”³, em face da crescente necessidade de repensar o lugar da universidade na sociedade brasileira em um período histórico que clamava por reformas sociais enérgicas no campo dos direitos sociais e

¹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 23.

² No mês de agosto de 1946 a Universidade do Recife (UR) foi criada com base no Decreto nº 21.904. Ela reunia um total de cinco escolas e faculdades distribuídas no centro da cidade do Recife. Suas principais funções, como de todas as universidades no Brasil, eram primordialmente com a formação de bacharéis e formar profissionais ou técnicos, sem nenhuma grande preocupação com a produção científica. Cf. CANUTO, Vera Regina. *UFPE: projetos institucionais e conjuntura política*. Recife: Pimes, 1987.

³ CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. 2ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

políticos dos trabalhadores, das demandas das classes médias no mercado de trabalho e da exigência por reformas econômicas.

Nesse momento de efervescência política, destaca-se o reitorado de João Alfredo (1959-1964) que foi responsável por colocar a UR dentro desse processo de reivindicação por reformas. Ao lado do educador e intelectual Paulo Freire, o então reitor criou no ano de 1962 o Serviço de Extensão Cultural (SEC) que tinha como objetivo “desenvolver atividades no âmbito da cultura e da realidade brasileira, fomentar a educação popular e promover políticas de extensão universitária”⁴. Toda essa mudança no campo cultural da universidade provocou uma reação negativa das frações mais conservadoras da intelectualidade do estado de Pernambuco. Uma figura que ganhou muito destaque, sobretudo nos jornais, foi o sociólogo Gilberto Freyre, que denunciava quando podia as iniciativas supostamente subversivas do reitor. Reunindo vários catedráticos e políticos de grande influência, Freyre iniciou uma verdadeira campanha após 1964 contra João Alfredo e toda sua gestão, no esforço de substituí-lo por um reitor patriótico e que não conduzisse a universidade a partir de interesses ideológicos⁵.

Com a saída de João Alfredo da reitoria da UR, ocupou seu lugar com unanimidade do Conselho Universitário e do Ministério de Educação e Cultura (MEC) o professor e advogado Murilo Guimarães. Os sete anos do seu reitorado atravessaram os períodos mais importantes dos projetos políticos-educacionais da ditadura militar. Nesses anos, as universidades passaram por fortes mudanças em suas estruturas físicas, curriculares e administrativas. Foi o tempo da implantação dos Inquéritos Policiais Militares (IPMs) que favoreceram a Operação limpeza com os expurgos de docentes e estudantes resistentes ao regime. Foi no reitorado de Murilo Guimarães que a Reforma Universitária foi implementada, trazendo profundas mudanças no interior das universidades e recuperando algumas exigências dos próprios setores opositores. “Aboliram-se as cátedras vitalícias, introduziu-se o regime departamental, institucionalizou-se

⁴ VERAS, Dimas Brasileiro. *Sociabilidades letradas no Recife: a Revista Estudos Universitários (1962-1964)*. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010, p. 232.

⁵ Ao ler as críticas que João Alfredo sofria de Gilberto e outros catedráticos nos jornais da época, com destaque para o Diário de Pernambuco, faz-se crer que o reitor tinha inclinações esquerdistas ou que era entusiasta de alguma forma das revoluções sociais. Os trabalhos recentes desconfiam dessas afirmações e destacam as características conservadoras e oligárquicas do reitorado de João Alfredo, distanciando-se até mesmo de alguns consensos que atribuíam esses anos a concepções modernizantes e democráticas na universidade. Para um amplo debate sobre o tema, conferir SILVA JUNIOR, Edelson de Albuquerque. *O reitorado de João Alfredo na Universidade do Recife-UR (1959-1964): patrimonialismo populista e modernização científica*. Dissertação (Mestrado em Educação) – PPGE/UFPE, Recife, 2012.

a carreira acadêmica, a legislação pertinente acoplou o ingresso e a progressão docente à titulação acadêmica”⁶.

Vamos lembrar, a propósito, que as universidades não foram apenas vítimas da ditadura, elas também foram instituições importantes para a implantação do projeto nacionalista autoritário-conservador no período. As universidades, juntamente com os dirigentes administrativos (reitores e diretores de centros de ensino), estudantes, professores e técnicos que apoiavam a ditadura foram atores fundamentais para a difusão das três principais fontes ideológicas do regime militar: nacionalismo, liberalismo e conservadorismo. Embora as universidades tenham sido palco de grandes disputas e confrontação à ditadura, não podemos perder de vista que ela também operou como um dos tentáculos da maquinaria de vigilância, informação e perseguição políticas naqueles anos. Em 1969, foram instaladas as “Comissões de Investigação Sumária”⁷ que ligava os ministérios e as universidades. Para tanto, foram criadas a Comissão de Investigação Sumária do Exército (Cisex) e a Comissão de Investigação Sumária do MEC (Cismec). Para a elaboração dessas comissões, a elite universitária atuou decisivamente para sua formulação.

Os anos de 1960 são considerados anos de modernização conservadora em todo país. Em novembro de 1964, através da Lei 4.464, chamada também de Lei Suplicy, o ministro do MEC Flávio Suplicy de Lacerda e ex-reitor da Universidade do Paraná autorizava a intervenção policial nas lideranças estudantis e obrigava novas regras para as representações estudantis nos Conselhos, como os Diretórios Central dos Estudantes (DCEs) e Diretórios Acadêmicos (DAs), todas agora vigiadas por agentes militares ligados aos Órgãos de Informação.

Na historiografia brasileira atual as universidades são uma instituição privilegiada para se entender a ditadura civil-militar. Elas foram fundamentais para a construção das estratégias políticas do regime e contribuíram decisivamente para a consolidação de uma política nacional caracterizada pela modernização conservadora e um desenvolvimento autoritário, que tinha em seu bojo ideológico um anticomunismo primitivo e a preservação de uma moral patriótica. É fundamental pensar também como foi se constituindo relações entre os civis e os militares nesse momento, tendo em vista que a comunidade universitária, a partir de órgãos colegiados e conselhos, firmaram projetos para a educação (Projeto Rondon, criação de agências de

⁶ MARTINS, Carlos Benedito. *A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil*. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>.

⁷ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. 2014, *Op., Cit.*, p. 154.

informação, Decretos) e acordos (MEC-Usaid, DSI-MEC) que permitiram que o projeto militar de educação obtivesse vigor⁸

Sobre a UFPE, em particular, ainda não há um balanço geral sobre o período da ditadura e muito menos uma interpretação ampla sobre qual o verdadeiro lugar da instituição como contribuinte do regime. Evidentemente que nossa pesquisa não tem a intenção de realizar tal empreitada, no entanto há certamente algumas questões que entendemos poder aprofundar um pouco mais e até mesmo oferecer novas análises no que diz respeito às relações travadas entre a elite universitária (reitores, diretores, docentes e estudantes de direita) e o regime civil-militar. Encontram-se hoje apenas dois grandes trabalhos de monta sobre a UFPE durante os tempos de chumbo. O primeiro deles fora defendido em 2018, através da tese de doutorado de Dimas Veras Brasileiro, “Palácios cariados: a elite universitária e a ditadura militar – o caso da Universidade Federal de Pernambuco (1964 – 1975)”. Nesta tese o historiador busca analisar quais as principais mudanças no campo político e cultural que a cidade universitária sentiu, além de tentar compreender as mutações físicas da UFPE no processo de desenvolvimento urbano que a cidade do Recife testemunhou naqueles anos.

Outra tese que tem como tema a UFPE na ditadura é a do historiador Thiago Nunes Soares que no ano de 2020 publicou sua tese de doutorado intitulada “‘Um clima de agitação criado por alunos esquerdistas’: vigilância, militância política e lutas pelas liberdades democráticas na UFPE (1973-1985)”. Mesmo que o período desta tese seja complementar à obra passada, ela não é apenas uma mera continuação, trazendo dessa forma outros elementos importantes para reflexão sobre as universidades brasileiras. Nesta tese, Thiago Nunes investiga principalmente as tensões entre o movimento estudantil universitário e as campanhas pela anistia, o conflito contra os estudantes adeptos ao regime (na época chamados de “democratas”) e a luta pela redemocratização do país. Ademais, novas documentações são analisadas, como os documentos do Serviço Nacional de Informação (SNI) e um dos seus tentáculos estaduais, o Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco (DOPS/PE).

Mas os estudos sobre a UFPE não se concentram somente no período de interesse da pesquisa. O primeiro trabalho investigativo sobre a instituição data de 1987, de autoria da socióloga Vera Regina Canuto, cuja obra se chama “UFPE: projetos institucionais e conjuntura política”. A obra investiga a gestão do segundo reitor da UR, João Alfredo, e defende a tese,

⁸ CUNHA, Antônio Cunha. *Diretrizes para o estudo histórico do ensino superior no Brasil*. Fórum educação, Rio de Janeiro. Abril/jun. 1981

muito difundida por Paulo Freire, de que a universidade rompeu com as amarras conservadoras e oligárquicas do primeiro reitor (Joaquim Amazonas) e protagonizou a luta por uma universidade democrática e moderna. Na contramão dessa avaliação, o sociólogo Gadiel Perruci, em seu artigo “Um projeto oligárquico-liberal de universidade” afirma que o reitorado de João Alfredo não rompeu com o projeto oligárquico do primeiro reitor e, ainda complementa, dizendo que houve um aprofundamento das relações conservadoras da instituição. Compreende que, uma vez que os conselheiros catedráticos concentraram mais poderes de decisão frente às cadeiras do Conselho Universitário, isso contribuiu para diminuir a força dos estudantes no órgão.

Deve-se, ainda, mencionar as obras do sociólogo Evson Malaquias dos Santos que hoje é o pesquisador que mais tem contribuído para uma análise institucional da UFPE. Suas obras variam desde os primeiros reitorados da UR até entrevistas coletadas de ex-funcionários da instituição no período da ditadura⁹. Atualmente o autor vem desenvolvendo pesquisas sobre as perseguições antes da ditadura aos docentes que tinham alguma participação política em defesa de causas sociais. A contribuição que Evson dos Santos nos oferece é sem dúvida seu olhar sobre os processos históricos, sempre tentando traçar pontes interdisciplinares entre história, antropologia e a psicanálise.

A proposta de nossa pesquisa, como indicamos anteriormente, é a de estudar a participação de Murilo como reitor e como suas ações contribuíram para o enraizamento do planejamento universitário desenvolvido pela ditadura na UFPE. Para isso, a pesquisa pretende investigar qual a relação do reitorado de Murilo para com as propostas de aproximação da universidade com setores privados da economia, uma vez que o reitor estava em defesa estreita com os setores da sociedade que defendiam tais interesses. No entanto, nossa pesquisa se deterá também em analisar às motivações que levaram o professor Murilo Guimarães ao cargo de reitor, bem como verificar como suas ações políticas permitiram que a UFPE obtivesse êxito em seus programas universitário.

Outro objetivo a ser considerado seria a presença do Murilo no Conselho Universitário, na tentativa de explorar quais posições o reitor tomou com respeito aos movimentos estudantis, aos centros de pesquisas, aos docentes, à reforma universitária, dentre outras temáticas que assumiram lugar de destaque na administração da instituição. Por fim, objetiva-se analisar a construção do perfil do Reitor nos jornais (especialmente o Diário de Pernambuco) e na

⁹ Cf. SANTOS, 2009; 2010; 2012.

bibliografia especializada como uma persona ilustrada, culta e afeiçãoada com posições democráticas.

Alguns pontos não serão contemplados com detalhes em nossa pesquisa, tais como os aspectos culturais da universidade (criação da TV Universitária, Seminário de Tricologia, Departamento de Extensão Cultural) e a os processos que envolveram a mudança da cidade universitária ao campus no Engenho do Meio. Apesar de fazer menções e discutir pontualmente essas questões, iremos centralizar esforços no sentido de compreender as disputas políticas em torno da gestão de Murilo, as mudanças administrativas da universidade e as relações de poder que marcam o período estudado.

Este trabalho irá situar suas análises específicas – a participação do reitor Murilo Guimarães na administração universitária entre 1964 e 1971 – com base, principalmente, em documentações administrativas e oficiais: Estatuto Universitário e Atas do Conselho e Relatórios. Estes documentos estão localizados no arquivo da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e serão importantes para analisar as mudanças organizacionais impulsionadas pelo estabelecimento da ditadura civil-militar.

Neste sentido, será indispensável compreender quais mudanças e debates estavam ocorrendo nos anos de 1960 com relação às universidades no Brasil, para assim compreender as particularidades da UFPE. Com a ditadura, as universidades sofreram mudanças radicais em sua administração: racionalização de recursos, busca de eficiência, expansão de vagas, reforço da iniciativa privada, organização da carreira docente, criação de departamentos em substituição ao sistema de cátedras, fomento à pesquisa e à pós-graduação, a Reforma Universitária.

É no âmbito desse cenário político que o projeto aqui apresentado irá focalizar a participação do reitor Murilo Guimarães dentro dessas mudanças administrativas na UFPE. Assim, será necessário analisar como o reitor irá se portar diante dos temas mais discutidos dentro do Conselho Universitário, a maneira como ele reage às pressões dos estudantes às principais demandas do período, a postura dele nas homenagens realizadas na reitoria, sua disposição em modernizar a universidade etc.

Mas cabe esclarecer que, se, por um lado, esses documentos institucionais são necessários para compreender o reitorado do Murilo no que diz respeito às mutações institucionais da UFPE, elas não são suficientes para pensar a maneira como o reitor é idealizado enquanto gestor de uma universidade. Neste caso, a pesquisa terá que estudar a

maneira como Murilo é enquadrado dentro da imprensa, uma vez que a universidade fazia parte dos temas mais discutidos nos jornais da época, com destaque para o Diário de Pernambuco. Essas fontes serão extraídas do arquivo da hemeroteca digital (<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>).

Buscaremos no **primeiro capítulo** explorar as principais mudanças que as universidades brasileiras vivenciaram no correr dos anos 1960 até 1970. Neste sentido, será estudado a ameaça que os programas reformistas produziam nos setores mais conservadores da sociedade e da universidade, os projetos de reforma universitária para implementação em 1968 e a legislação autoritária que abala toda a vida do ensino superior do país. Vários dos pontos tratados neste capítulo serão retomados ao longo do TCC, servindo também como uma apresentação inicial que busca contextualizar o período problematizado na pesquisa.

No **segundo capítulo** abordaremos a vida política do estado de Pernambuco poucos momentos antes do golpe e a vida política da Universidade do Recife. Analisaremos brevemente a criação da universidade, os grupos dominantes em sua constituição, seus dois primeiros reitorados, e seus traços mais conhecidos entre os anos de 1946 e 1964. Discutiremos também a interferência militar na universidade antes mesmo do golpe, a disposição de parcela da comunidade universitária em conduzir uma modernização mais democrática e as posições políticas dos reitores Joaquim Amazonas (1946-1959) e João Alfredo (1959-1964)

Por fim, no **terceiro capítulo** iremos iniciar a pesquisa levantando questões sobre o afastamento de João Alfredo e a escolha de Murilo Guimarães ao cargo de reitor. Neste momento inicial, traçaremos uma análise biográfica sobre a carreira universitária de Murilo antes de assumir o cargo de reitor, indo desde suas conquistas como professor de direito até sua subida ao cargo de diretor da Faculdade de Direito do Recife (FDR). Em seguida, passaremos a analisar a gestão de Murilo frente à reitoria da universidade, estudando as principais mudanças com a incorporação da Reforma Universitária. Por fim, problematizaremos a conduta política do reitor, debatendo suas escolhas como gestor na condução de conflitos na universidade.

2 AS UNIVERSIDADES E O GOLPE MILITAR

Neste capítulo buscar-se-á percorrer pelos momentos e episódios mais significativos do desenvolvimento das universidades brasileiras, dando ênfase nos anos de 1960-70. Com o golpe civil-militar perpetrado em março de 1964, as universidades brasileiras deveriam sofrer alterações importantes em suas infraestruturas disciplinares, pedagógicas, curriculares e espaciais. Havia entre os golpistas a intensão de modernizar essas instituições, carreando uma série de medidas legais e políticas para seu desenvolvimento tecnológico, diplomático e econômico. Mas, se as universidades deveriam ser uma das representações da modernização brasileira, essa face modernizadora deveria ser pautada sobre regras e ditames conservadores. Conservador porque direcionava os projetos de remodelação da universidade sob a ótica de preservação da ordem social dominante e combate aos grupos – em especial os estudantes – vistos como ameaçadores aos comportamentos normatizados, ao ensino e à moral¹⁰.

Para este capítulo utilizaremos dados fornecidos por bibliografia especializada sobre o tema, matérias de jornais e relatórios concernentes à reforma universitária. Através desse corpus bibliográfico e documental iremos adentrar nas mudanças ocorridas na vida política do Brasil, nos esforços da ditadura e seus apoiadores na implantação da reforma universitária e, por último, uma rápida apresentação referente às estratégias adotadas pelo regime para neutralizar¹¹ as forças de oposição nas universidades, bem como apresentar o projeto modernizador e autoritário da ditadura.

2.1 O lugar das universidades nos anos 1960

Com a vitória dos militares em 1964 no cenário político brasileiro, as universidades são logo colocadas como uma das principais inimigas do regime. Vistas pelos golpistas como uma instituição propícia a cultivar e propalar ideologias subversivas, o regime não hesitou em consagrar as universidades como um ninho de corrupção e degeneração da intelectualidade brasileira. Já nos primeiros dias do regime é clara a posição que as universidades assumem como inimigas da pátria. No estado de Pernambuco, a Secretaria de Educação, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), o Banco do Brasil, os

¹⁰ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A modernização autoritário-conservadora nas universidades e a influência na cultura. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *A ditadura que mudou o Brasil: 50anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 51.

¹¹ O termo era muito evocado pelos agentes de segurança. Para os golpistas, de acordo com a Escola Nacional de Informações (EsNI), neutralizar o inimigo correspondia ao ato de inutilizar e anular os inimigos políticos. ISHAQ, Vivian; FRANCO, Pablo E. Franco; TEREZA E. de Sousa. *A escrita da repressão e da subversão*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012. p. 219.

sindicatos, a Universidade do Recife (UR), dentre outras organizações, deveriam passar por um “saneamento” em seus quadros profissionais, com vistas a corrigir as “várias irregularidades praticadas pelas administrações anteriores”¹² e logo serem entregues ao “Comando Revolucionário” para que se tomem as imediatas e devidas atitudes.

Parte dessa desconfiança em torno das instituições federais e estaduais no Brasil tinha uma justificativa política: a ameaça de proselitismo das esquerdas. “Medo, insegurança e a reação ao processo de esquerdização ou ‘comunização’ supostamente em curso no país”¹³ estavam entre as principais preocupações da agenda política dos militares e dos civis que lhes deram sustentação.

O anticomunismo cultivado pela ditadura residia na crescente politização que se dava no campo do debate público no Brasil. No início da década de 1960, o país testemunhou o crescimento do acirramento político e ideológico entre setores reformistas (sindicatos, estudantes, entidades de classe, parcelas da Igreja Católica e do exército, trabalhadores rurais e urbanos) e os setores conservadores da classe média e da elite econômica. Veremos de maneira resumida os principais grupos envolvidos na luta por reformas sociais.

O movimento sindical pode ser dividido em três principais correntes antes do golpe civil-militar de 1964. Existiam no período os chamados vermelhos, agrupados em sua maioria em torno do PCB (Partido Comunista do Brasil) e em tendências nacionalistas como o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Devemos mencionar também os chamados amarelos ou pelegos que tinham uma aproximação maior com o Ministério do Trabalho e geralmente eram anticomunistas. Há que acrescentar, por fim, uma corrente que se destacou por seu anticomunismo mais forte, organizados e dirigidos geralmente por membros da Igreja Católica, “que defendiam os interesses dos trabalhadores nos marcos da colaboração de classes”¹⁴. Diante desse quadro de medo e tensão, as organizações sindicais do campo também sofreram represálias dos militares. “O terror oficial que se estabeleceu tinha como um de seus propósitos amedrontar os trabalhadores para desestimular qualquer tentativa de resistência ou de reorganização”¹⁵. No país inteiro estima-se que 965 sindicatos foram atingidos pela repressão

¹² Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 14 de abril de 1964, primeiro caderno, Local. pp. 1-8.

¹³ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014a. p.23.

¹⁴ MOMESSO, Luiz. *Lutas e organização sindical em 68, apesar da ditadura*. CLIO. Revista de Pesquisa Histórica. N. 26-1, 2008/ Programa de Pós-graduação em História/Universidade Federal e Ciências Humanas. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009. p. 156.

¹⁵ MOMESSO, 2008, *Op. cit.*, p. 157.

do regime político ditatorial. No fundo, o que os militares desejavam com essas intervenções eram a despolitização dessas entidades classistas, reduzindo sua atuação a práticas assistencialistas e pacíficas. Os interventores buscaram com isso a substituição dos dirigentes dos sindicatos, optando por aqueles que não se ocupassem por questões políticas, sendo meros administradores eficientes que buscassem soluções que não resultassem em conflitos agudos.

No campo da cultura, o ano de 1962 se mostrou fecundo no florescimento e renovação de vários projetos que visavam democratizar a cultura e pôr em prática um projeto “nacional-popular”¹⁶. Estavam em defesa deste projeto o Cinema Novo¹⁷ e o Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE). Entre os setores religiosos, parcela da Igreja Católica mobiliza grupos de esquerda com a criação do Movimento de Educação de Base¹⁸. “Todos esses movimentos são tributários do clima de utopia e debate propiciado pela agenda reformista do governo Jango não como meros reflexos da política na cultura, mas como tentativa de tradução estética e cultural das equações políticas”¹⁹.

Na região Nordeste os trabalhadores do campo vão assumir protagonismo central na vida política do país. Nascida de revoltas – por vezes armadas – de pequenos agricultores e sem posses de terras no final dos anos 50, as Ligas Camponesas²⁰ ganharam destaque nacional pelas relações tempestuosas contra proprietários de engenhos. Vistos pela imprensa como “agitadores

¹⁶ O termo foi empregado para designar uma cultura política dos setores de esquerda, “cujo sentido poderia ser traduzido na busca da expressão da cultura nacional, que não deveria ser confundida nem com o regional folclorizado (que representava uma parte da nação) nem com os padrões universais da cultura humanista (vivenciada pela burguesia ilustrada, por exemplo)”. Cf. NAPOLITANO, Marcos. *História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2019. p. 21

¹⁷ O Cinema Novo nasceu em meados dos anos 1950 e tinha como características mais acentuadas o rompimento com a estética que primava por rigor técnico – com traços popularescos – e denúncias sociais. Seus membros – Glauber Rocha, Joaquim Pedro de Andrade, Paulo César Saraceni, Leon Hirszman, Carlos Diegues e David Neves – preocupavam-se, sobretudo, com a politização por meio da cinematografia, na qual se encontravam denúncias sociais de toda ordem: “a escravidão, o misticismo religioso e a violência predominantes na região Nordeste” Cf. Carvalho, Maria do Socorro. Cinema Novo brasileiro”, em Fernando Mascarello (comp.), *História do cinema mundial*. Campinas: Papirus, 2006. p. 292.

¹⁸ Criado em 1961 pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Movimento de Educação de Base (MEB) procurou desenvolver uma agenda e um projeto de educação popular de base. O movimento buscava fornecer para famílias pobres uma educação de base mínima de conhecimentos gerais, “mas levando em conta os problemas da coletividade, e promovendo a busca de soluções para essas necessidades e esses problemas, através de métodos ativos”. Através de escolas radiofônicas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil, a Igreja Católica se colocava na posição de evangelizadora das *massas* (termo utilizado em seus manuais) e carregava um programa que visava superar o subdesenvolvimento dos mais pobres. Para um artigo de síntese das propostas da MEB, ver: FÁVERO, Osmar. *MEB – Movimento de Educação de Base – primeiros tempos: 1961-1966*. V Encontro Luso-Brasileiro de História da Educação. Évora, Portugal. 5 a 8 de Abril de 2004.

¹⁹ NAPOLITANO, *Op. cit.*, p. 20.

²⁰ Vale destacar, como estudo emblemático: MONTENEGRO, Antônio Torres. *As ligas camponesas e os conflitos no campo*. In: Revista de História: Saeculum nº 18 – jan./jun, 2008.

armados que invadem pequenas propriedades e destroem plantações”²¹, as Ligas faziam contestação direta e frontal às classes dominantes agrárias possuidoras de vastas porções de terra. Diferente do que a imprensa denunciava como “foco de agitação, de desordem e de caos que desejam paralisar a pequena propriedade”²², a Liga, nas próprias palavras do advogado Francisco Julião²³, o inimigo não era o pequeno comerciante, o estudante ou o soldado; “o inimigo é o latifúndio”²⁴.

Nos centros urbanos, o movimento estudantil era o grupo social mais visado entre as autoridades públicas. Tornando-se um dos maiores estorvos para os militares pós-64, os estudantes atuaram decisivamente em transformações amplas na política nacional: a luta contra o nazi-fascismo nos anos 40; a campanha pela monopolização do petróleo e a criação da Petrobrás; a luta pela Reforma Universitária e as discussões em torno da Lei de Diretrizes de Bases; nas manifestações de 1966 e 1968 contra a ditadura²⁵. No entanto, antes de continuarmos a descrever o movimento estudantil nos anos 1960, algumas considerações breves são necessárias.

A luta do movimento estudantil em torno de melhorias sociais e políticas é muito específica na história brasileira. Como todo movimento social, o movimento estudantil não obedece a fases contínuas e crescentes. Neste sentido, cumpre assinalar que o movimento estudantil perpassou por três fases de atuação até a ditadura militar: atuação individual, atuação coletiva e atuação organizada. Utilizaremos, como obra basilar dos estudos sobre movimentos estudantis, o livro de Arthur José Poerner *O poder jovem* (1968) para descrever, mesmo que brevemente, os principais momentos de atuação política dos estudantes no Brasil.

²¹ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diario de Pernambuco*, 24 de abril de 1964, primeiro caderno, Local. p. 5.

²² Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diario de Pernambuco*, 7 de abril de 1964, primeiro caderno, Local. p. 4

²³ Francisco Julião Arruda de Paula, filho de Adauto Barbosa de Paula e Maria Lídia Arruda de Paula, concluiu bacharelado em Direito no ano de 1939. Por constantes divergências dentro do Partido Republicano (PR) – o qual ingressou no ano de 1940 – logo aderiu ao Partido Socialista Brasileiro (PSB) no ano de 1947. Um ano depois fora convidado para se vincular, como advogado, aos membros da Sociedade Agrícola e Pecuária de Pernambuco (Sapp), “primeira associação camponesa do estado organizada pelos moradores do engenho Galiléia, situado no município de Vitória de Santo Antão”. Com o tempo a multiplicação das associações de trabalhadores rurais resultaram no aparecimento das Ligas Camponesas, organização que lutava pela extensão dos direitos dos trabalhadores e por uma série de reformas sócias, sendo a principal delas a reforma agrária. Tidos como arruaceiros pelos latifundiários, as Ligas sofreram forte repressão policial privada e estadual.

Informações coletadas de <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/francisco_juliao>.

²⁴ Trecho do discurso de Francisco Julião retirado de TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. p. 77.

²⁵ Para uma explicação detalhada de cada um desses acontecimentos, ver: JUNIOR, Antonio Mendes. *Movimento estudantil no Brasil*. 2º ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

A “atuação isolada” corresponde, grosseiramente, ao final do período colonial e início do Império. No período, não existiam entidades ou organizações que mobilizassem um grupo de estudantes em defesa de uma causa em comum e por este motivo é descrita pelo autor como uma ação isolada, circunscrita a pequenos grupos particulares de estudantes. Estava no horizonte de reivindicações dos estudantes do período colonial a luta pela independência econômica perante a metrópole portuguesa. Porém, imbuídos por ideias liberais importados da Europa, a contestação dos estudantes não ia além da luta pela independência, não incluindo qualquer tipo de alteração das estruturas socioeconômicas escravagistas. Num segundo momento, como observou Poerner, a fase “coletiva” sinalizou a virada de participação política dos estudantes no campo ideológico do Brasil com a emergência das Sociedades Acadêmicas, ou Clubes Acadêmicos²⁶, no final do século XIX.

Nesta fase do movimento estudantil, as exigências dos estudantes percorriam duas palavras de ordem: o abolicionismo e a defesa pela república. Diversas escolas de nível superior no país se empenharam na Campanha Abolicionista e na crescente oposição ao Império, o que provocou uma guinada republicana no interior do movimento estudantil. Figuravam como as principais Sociedades Acadêmicas a *Libertadora da Escola Militar*, localizada no Rio de Janeiro; a *Emancipadora Acadêmica*, em São Paulo; e o *Clube Republicano Acadêmico*, no Recife. É pela primeira vez na história brasileira que se faz sentir os sintomas de uma presença coletiva dos estudantes na cena política. O envolvimento dos estudantes no corrente período variou desde publicações em jornais abolicionistas, a luta pelo voto impresso e a contestação ostensiva às estruturas oligárquicas.

Em agosto de 1937 é fundada a União Nacional dos Estudantes e marca o início da “atuação organizada” do movimento estudantil, descrita por Poerner. No mesmo ano de sua criação, a UNE já tinha como desafio principal a luta pelas liberdades democráticas, ameaçadas pelo golpe dado por Getúlio Vargas e que instaurou uma ditadura que perdurara por oito anos. Considerada como “associação de natureza política”²⁷, a UNE representou politicamente a

²⁶ As Sociedades Acadêmicas surgiram bem antes do final do século XIX, no entanto elas estavam limitadas a atividades meramente culturais e intelectuais, e não fazia parte de sua rotina institucional temáticas e discussões que animassem a vida política.

²⁷ Utilizaremos este termo baseado na perspectiva crítica da historiadora Angélica Müller, na qual defende a tese de que UNE estava longe de ser uma organização com características sindicais ou mesmo partidárias, uma vez que sob a ditadura varguista organizações com tais características tinham sido controladas por mecanismos de Estado. O termo associação é investido no sentido de perceber que o ME não se configura como uma organização que tenciona a tomada do poder, mas uma expressão política que pressiona o poder, podendo contribuir para uma desestruturação do sistema político. MÜLLER, Angélica. *A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979)*. Tese (doutorado em história) – USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2010. p. 21.

juventude universitária brasileira e esteve presente em muitos debates políticos em curso nos anos de 1950 e 1960: luta pela ampliação da cultura, ensino popular obrigatório, implantação de uma Lei de Diretrizes de Bases que extinguisse as escolas privadas, reestruturação das universidades para atender às classes sociais oprimidas.

Todo este envolvimento dos estudantes e dos trabalhadores brasileiros em torno de reformas sociais ameaçava os setores da sociedade brasileira que percebiam nessa crescente participação política um caminho para a “agitação generalizada”.

Neste plano criminoso e impatriótico, forçoso é convir em que os elementos da agitação vêm alcançando êxitos sucessivos. [...] O que está constituindo a tônica desta agitação generalizada é sua virulência, sua afoiteza, sua agressividade, que nada poupam. Se alguém, mas calmo e prudente, ousa divergir desta linha avassaladora de subversão e de badernas logo se une a minoria atrevida e organizada, a espalhar o terror, o pânico, a coação²⁸.

Os anos de 1960 ficaram marcados por intensas disputas sociais no campo e nas cidades. Essas disputas se aglutinavam em torno de um pacote de reformas, na época conhecidos como reformas de base²⁹. “Criou-se na sociedade, lentamente, uma atmosfera geral a favor de mudanças, de reformas”³⁰. Tais reformas visavam uma democratização política em diversas esferas sociais: distribuição mais equitativa da terra, planejamento e melhoramento na urbanização das cidades, alteração das formas de arrecadação de impostos, ampliação dos direitos do eleitor aos analfabetos, mudança no planejamento do sistema bancário para priorizar o financiamento de áreas fundamentais para o desenvolvimento nacional. Dentre essas propostas de mudanças citadas, e muitas outras, uma que ocupou larga discussão nos círculos estudantis e intelectuais da década de 1960 estava direcionada para mudanças estruturais no ensino, em especial nas universidades.

No centro dessa discussão, colocava-se a universidade brasileira dentro de uma discussão que tinha em mira superar seu atraso. Diferente das universidades latino-americanas³¹, a criação das universidades brasileiras fora uma criação tardia, lenta e inapta no

²⁸ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diário de Pernambuco*, 10 de maio de 1963, primeiro caderno, local, p. 4.

²⁹ “As ‘reformas de base’, como ficaram conhecidas, abrangiam algumas reformas — bancária, fiscal, urbana, agrária e universitária —, bem como mudanças políticas e institucionais, particularmente a extensão do direito de voto aos analfabetos e oficiais não-graduados das Forças Armadas, assim como a legalização do Partido Comunista. Incluíam, também, políticas nacionalistas que iam desde o controle sobre o capital estrangeiro até a nacionalização e o monopólio estatal de setores específicos da economia” Trecho retirado do livro: FIGUEIREDO, Angelina Cheibub. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

³⁰ REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p. 20.

³¹ A criação de instituições universitárias na América Latina remonta ainda o período de dominação espanhola, marcado pelo colonialismo. Dentre as mais antigas temos a Universidade de São Domingos (1538), Bogota (1580), Guatemala (1679) e Universidade Pontifícia do México (1553). Adentrando o século XVIII ainda temos a

que diz respeito principalmente à produção científica. O atraso era tal que até mesmo a designação universidade não era adequada para o século XX, por efeito de existir apenas um amontoado de faculdades que não estavam articuladas entre si e não tinham como prioridade a produção de pesquisa, que na época estava mais concentrada na mão de institutos especializados. Os diretores não respondiam bem às exigências e obrigações dos reitores; os cursos sofriam com duplicações em uma mesma unidade³²; fragmentação das instituições brasileiras do ensino superior em escolas separadas e desarticuladas. Enfim, as universidades brasileiras necessitavam fazer alterações em sua estrutura organizacional e educacional, o que implicava alterar seus estatutos, redefinir seus regimentos internos, modernizar as formas de contratação de docentes, priorizar a formação de pesquisadores com abertura de cursos de pós-graduação.

A grande questão que se colocava nos anos 60 era como se poderia mudar a universidade. Apesar de dedicarmos mais detalhes a esta questão na seção posterior, algumas considerações são importantes destacar. A universidade era uma instituição que deveria ser reformada e esta necessidade não era defendida apenas por grupos afinados com posições reformistas de esquerda ou mesmo revolucionárias; vários setores empresariais, nacionalistas de direita, grupos liberais e parte significativa da imprensa que se declarou abertamente favorável à ruptura política de março de 1964 também eram entusiastas de reformas sociais³³.

Se por um lado eram visíveis os segmentos reacionários que defendiam posições contrárias a qualquer tipo de alteração na estrutura econômica e política do Brasil, existiam também diversos grupos liberais que entendiam que o país necessitava realizar transformações em suas instituições para passar por um desenvolvimento econômico e assegurar uma modernização na burocracia estatal. Esse apelo por desenvolvimento e modernização recaía até mesmo na reforma mais polêmica no pacote de reformas de base, como era o caso da reforma agrária. No caso desta, defendia-se que deveria haver uma distribuição de terras, mas que

Universidade de Havanas (1721), Caracas (1721) e Assunção (1733). Para um breve esboço da criação das instituições mencionadas, ver PRADO, Maria Ligia Coelho. *América Latina no Século XIX: trama, telas e textos*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2004. Já para compreender as primeiras instituições universitárias no Brasil ainda no século XIX ver. CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade temporã: o ensino superior, da colônia à Era Vargas*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

³² Na Universidade do Recife, por exemplo, uma das maiores reclamações dos conselheiros era com as Faculdades de Farmácia e de Nutrição que se encontravam ligadas à Faculdade de Medicina e buscou, por meio de muitas discussões, autonomia perante aquela faculdade e reivindicava uma nova unidade para dar continuidade às suas atividades. UNIVERSIDADE DO RECIFE. *Atas do conselho universitário*. Recife: UR, 27 de fevereiro. 1964.

³³ MOTTA. Rodrigo Patto Sá. *Os olhos do regime militar brasileiro nos campi. As assessorias de segurança e informações das universidades*. Topoi, v. 9, n. 16, jan.-jun. 2008, p. 30-67.

mantivesse a estrutura agrária pautada nos limites demarcados pelo latifúndio, aumentasse o número de proprietários e ampliasse o mercado interno³⁴.

Atinente à Reforma Universitária iremos explorar à frente com mais detalhes. Por ora, cabe dizer que os setores golpistas e, sobretudo, liberais de 1964 vislumbravam uma universidade mais eficiente e produtiva, “visando à formação de quadros para o desenvolvimento econômico e administrativo”³⁵, seguindo os modelos norte-americanos para o ensino superior. Diferente de uma visão popular e libertária defendida pelo movimento estudantil de esquerda e outras entidades com visões políticas semelhantes, a universidade, para os setores conservadores, era concebida como uma instituição central para o Brasil entrar na modernidade capitalista através de uma forma de produção científica que visasse corresponder às necessidades da indústria e da produção e formar quadros especializados para a máquina da burocracia estatal.

Esta preocupação dos conservadores para com a universidade não abriga nenhuma vinculação com uma preocupação genuína desses setores. As universidades deveriam ser controladas e constantemente vigiadas por agentes da ditadura ou até mesmo por membros da própria comunidade acadêmica, sob pretexto de que no ensino superior estava destinado a formar militantes com tendências comunistas entre os jovens estudantes e parte importante dos quadros docentes. A universidade brasileira entre o período do final dos anos 50 e início dos 60 fora categorizada pelo historiador Luiz Antônio Cunha (2007) como *Universidade Crítica*. Em sua interpretação, neste período as universidades testemunharam uma crescente guinada de intelectuais, artistas e estudantes – em sua maioria de esquerda – a posições políticas que compreendiam que o Brasil deveria se esforçar em uma agenda política que favorecesse sua autonomia econômica, condição fundamental para o país entrar nas trilhas do desenvolvimentismo. E para tanto o desenvolvimento da universidade era uma pedra angular para tal realização.

Para o referido autor, esse setor da intelectualidade ansiava romper com o atraso da sociedade brasileira e suas estruturas arcaicas (o latifúndio e a dependência internacional), construindo no país uma política de desenvolvimento nacional que tivesse a capacidade de

³⁴ REGINA, Bruno. *Guardiões da reforma agrária: servidores públicos e técnicos em defesa de uma reforma agrária durante a ditadura militar do Brasil*. Tempos Históricos. Volume 16. 2º Semestre de 2012. p. 71 – 97.

³⁵ MOTTA, 2014. *Op. cit.*, p. 70.

desatar a dependência do país com relação aos países desenvolvidos e ao mesmo tempo contribuir para uma modernização democrática das instituições.

Tal era nossa responsabilidade e nossa tarefa em relação ao povo brasileiro. Ajudando-o a esclarecer-se e a organizar-se estaremos contribuindo para criar essa força que, pela pressão da legalidade vigente, ou a criação de uma nova ordem legal, deverá realizar a missão histórica da nossa geração, tornando o Brasil um país realmente livre e soberano³⁶

Nesse contexto, em que se entrecruzam diversos fatores, parcela de professores, estudantes e a comunidade universitária de maneira geral fazia uma crítica radical à forma como a universidade estava organizada e alicerçada. Foram realizados debates e seminários no intuito de repensar o lugar das universidades, inserindo-as em um projeto de democratização³⁷ de seus espaços e adentrá-las no “espírito universitário moderno”. Como Cunha bem assinalou fora neste espírito de modernidade científica que se reclamava pela autonomia das faculdades profissionais, aperfeiçoamento dos institutos de altos estudos, estabelecimento de salários permanentes a professores através de um sistema de vitaliciedade nas contratações, superação do sistema de cátedra em detrimento de departamentos, criação de pós-graduações em todas as áreas do conhecimento para aprimoramento da pesquisa. Porém inserir as universidades não significava o mesmo que desenvolvimento de pesquisas e saber desinteressado. Ao lado dessa modernização, como vimos, as universidades deveriam se inserir em um processo de politização estudantil e popular que aspirava se mesclar a um projeto de desenvolvimento e, no limite, até mesmo na consolidação de uma revolução social.

Era justamente por esse processo de crítica que as universidades estavam enfrentando que desagradava os golpistas e as esferas conservadoras. Este fato é importante, pois o golpe de Estado não foi produto de uma mera disposição de grupos de direita que, por meio uma decisão fortuita, ambicionavam apoderar-se do poder político. Como defende a historiografia recente³⁸ o golpe de 64 foi reflexo de um projeto que, apesar de multifacetado e complexo, já vinha se projetando e ganhando cada vez mais espaço de legitimação nos anos 60. E esta projeção tinha como um de seus alvos o desmantelamento do avanço político das esquerdas,

³⁶ CORBISIER, Roland. *Reforma ou revolução?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. p. 132.

³⁷ Ao longo destes anos os críticos da universidade brasileira advogam da ideia que essas instituições serviam apenas para reprodução das classes dominantes e dirigentes do país, formando uma elite intelectual apartada das necessidades mais urgentes do povo brasileiro. Portanto, a universidade brasileira deveria ser modernizada sob uma ótica democrática que ampliasse seus espaços de acesso ao mesmo tempo em que formaria pesquisadores críticos da realidade do país. CUNHA, Antônio Cunha. *Diretrizes para o estudo histórico do ensino superior no Brasil*. Fórum educação, Rio de Janeiro. Abril/jun. 1981.

³⁸ REIS, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge (orgs.). *As esquerdas no Brasil*, V. 3, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

que pouco a pouco ganhava ressonância nas ruas e tencionava mudanças enérgicas para a política nacional.

Após o golpe de 1964, o que se pôde ver de imediato, sobretudo de determinados pontos de vista, é que ele era um projeto violento, recorrendo a prisões e torturas abertamente. Os golpistas, que se chamaram de revolucionários, cassavam e caçavam seus inimigos. E pobres daqueles que foram definidos como inimigos dessa revolução³⁹.

Com apoio massivo dos setores empresariais, é criado como difusão de campanha doutrinária contra as reformas de base o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD)⁴⁰. Tendo papel decisivo em afugentar a mobilização institucional e ideológica das esquerdas, o IPES/IBAD se colocava como portador da defesa da democracia e contra a subversão. Estes institutos foram fundamentais para arregimentar setores da sociedade que viam com desconfiança e advertência o crescimento de grupos reformistas e revolucionários. Contribuíram implacavelmente com a formação de grupos paramilitares e anticomunistas, particularmente o Movimento Anticomunista (MAC), a Organização Paranaense Anticomunista, a Cruzada Libertadora Militar Democrática, o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco, a Campanha da Mulher pela Democracia⁴¹.

No entanto, é preciso ressaltar que o apoio antirreformista não estava orientado apenas entre os grandes empresários e os grupos mais extremados anticomunistas. As classes médias – o que incluía parte significativa de professores e estudantes universitários – figuraram como coparticipes do golpe de 1964. “Na lógica particular da classe média brasileira, a ascensão dos de ‘baixo’ é sempre vista como ameaça aos que estão nos andares de cima do edifício social”⁴². O conservadorismo das classes médias teve como um de seus momentos mais expoentes a reputada Marcha da Família com Deus pela Liberdade, a qual agrupou mais de 200 mil pessoas em que carregavam fochas orgulhosas sob o título de “O Brasil não será uma nova Cuba”, “Tá chegando a hora de Jango ir embora” e “Vermelho bom, só batom”⁴³.

Ao mesmo tempo que as ruas eram ocupadas pela onda reacionária, os jornais de grande divulgação não foram apenas coniventes com o espírito golpista; anunciaram orgulhosamente o antirreformismo que estava difuso no discurso das direitas.

³⁹ GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Jorge. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 373

⁴⁰ Para um estudo aprofundado da formação desses institutos, desde sua criação, passando pelos seus financiamentos e apoios políticos até seus objetivos ver a obra clássica: DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Ação política, poder e golpe de classe. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

⁴¹ Sobre cada um desses grupos ver: TOLEDO, 1985. *Op. Cit.* p. 83-5

⁴² NAPOLITANO, 2019. *Op. Cit.*, p.48.

⁴³ Frases retiradas de GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 48.

Impressionante massa humana, calculada em cerca de um milhão de pessoas, transformou a Marcha da Família com Deus pela Liberdade” [...] na maior manifestação democrática jamais vista [...] e que serviu como demonstração esplêndida do repúdio do povo ao comunismo⁴⁴.

“O golpismo de direita, liberal ou autoritária, nunca aceitou o voto popular, o nacionalismo econômico, a agenda distributiva, a presença dos movimentos sociais de trabalhadores”⁴⁵. O golpe disferido em 64 foi o desenrolar de uma trama profundamente conservadora, combinada a reações multifacetadas, e que não titubearam em se posicionar contra um projeto reformista – e não apenas a um governo –, em que as universidades estavam inseridas.

2.2 A universidade brasileira em reforma

A 13 de março de 1964, cercado por mais de 200 mil pessoas, João Goulart profere no Rio de Janeiro o célebre discurso que ficou conhecido, principalmente na imprensa, pelo nome de Comício da Central. Na ocasião, Jango “atacou setores das elites quem em nome da democracia, procuravam perpetuar privilégios intoleráveis, criticou a indústria do anticomunismo [...] e lamentou a cegueira de parcela da sociedade de instrução superior de que continuam insensíveis à realidade nacional”⁴⁶. Em torno de camponeses, trabalhadores do campo e das cidades, jornalistas, estudantes e até mesmo empresários nacionalistas Jango se pronunciou partidário à emancipação política e social do país. Em torno de diversas pautas que enfatizavam reformas na sociedade brasileira, as universidades não ficaram de fora do discurso evocado pelo presidente em curso:

Também está consignada na mensagem ao Congresso a reforma universitária, reclamada pelos estudantes brasileiros. Pelos universitários, classe que sempre tem estado corajosamente na vanguarda de todos os movimentos populares nacionalistas. Ao lado dessas medidas e desses decretos, o governo continua examinando outras providências de fundamental importância para a defesa do povo, especialmente das classes populares⁴⁷.

Com isto, Jango denunciava nas ruas – e por vezes no congresso – as forças reacionárias que se manifestavam orgulhosa e abertamente contra reformas sociais, melhorias no nível de vida da população e a todo projeto de democratização da sociedade.

⁴⁴ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diario de Pernambuco*, 4 de abril de 1964, capa, p. 1.

⁴⁵ NAPOLITANO, 2019, *Op. Cit.*, p.66

⁴⁶ FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves Delgado. *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. 7. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. (O Brasil Republicano; v.3), p.384-5

⁴⁷ Trecho do discurso de Jango disponível em: <https://memoria.etc.com.br/cidadania/2014/03/discurso-de-jango-na-central-do-brasil-em-1964>.

O anticomunismo dos envolvidos no golpe estava mais próximo de um antirreformismo do que um temor contra uma ameaça comunista real⁴⁸. Com isto, as reformas defendidas pelos ditos subversivos não poderiam ser descartadas de todo; elas deveriam sofrer alterações em suas reivindicações, sendo factível retirar seu conteúdo crítico e adequá-las aos projetos que a ditadura iria empreender por 21 anos. No caso específico das universidades, a ditadura empreendeu medidas que tencionavam ao mesmo tempo sofisticar suas esferas infraestruturais (desenvolvimento de pesquisas, ampliação de convênios, reestruturação na arquitetura etc.) e vincular o desenvolvimento dessas instituições aos programas de planejamento do regime.

No fundo, as universidades não estavam sendo inseridas pela primeira vez, no Brasil, dentro de uma lógica política com o golpe militar, mas, é inegável que com a emergência deste, as universidades brasileiras passam a ser uma das pontas de lança do projeto militar. Chauí (2001, p. 116), somando-se à Fávero (2004, p.199), apontam para o fato de que as universidades, desde suas primeiras experiências no Brasil, desenvolvem uma dupla vocação concernentes aos diversos modos de apropriação e produção dos saberes, qual seja, a vocação de desenvolver ciência e de se projetarem politicamente. Com a ditadura não foi diferente, combinando assim, como já indicamos, um projeto modernizador com traços profundamente autoritários.

Se o anticomunismo era suficiente para amalgamar os diversos setores conservadores, sobretudo militares, em torno de um projeto de nação, ele era insuficiente na prática. As reformas desejadas pelos golpistas desde o começo se traduziam em muitas incertezas: “muitas escolhas foram tomadas ao sabor dos eventos, das pressões e das lutas travadas ao longo dos anos, às vezes de maneira improvisada”⁴⁹. Com relação às universidades tentar modernizá-las e satisfazer totalmente os interesses dos órgãos repressivos era uma tarefa difícil. “Expurgo muito agudo de professores e pesquisadores comprometeria as metas modernizantes, pois afastaria das instituições quadros indispensáveis ao seu sucesso”⁵⁰.

A Reforma Universitária coincidiu com o período em que o autoritarismo mais recrudescia. Com a assinatura do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968, as liberdades individuais e públicas, já diminutas, foram extirpadas em todo o cenário político, artístico, jurídico e intelectual. Curiosamente, o estopim para deliberação do AI-5 fora motivado

⁴⁸ FERNANDES, Florestan. O significado da ditadura militar. In: TOLEDO, Caio Navarro (org.). *1964: visões críticas do golpe*. Democracia e reformas no populismo. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

⁴⁹ MOTTA, 2014, *Op, Cit.* pp.49-50.

⁵⁰ MOTTA, 2014a, *Op, Cit.* p. 243.

por um debate no Congresso Nacional, em face de uma discussão sobre as universidades. No centro do debate estava o deputado federal do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Marcio Moreira Alves, que no momento realizou uma denúncia contra a invasão, realizada pela polícia militar, à Universidade de Brasília (UnB) e ainda pediu que o desfile de 7 de setembro fosse susgado, como forma de protesto.

O AI-5 veio como resposta do governo. Com ele, era permitido ao Executivo decretar o recesso dos poderes legislativos em todos os níveis, podendo, nesse ínterim, legislar em todas as matérias. Também delegava ao presidente da República o poder de decretar intervenção em estados e municípios, “sem as limitações previstas na Constituição”, suspender os direitos políticos de “quaisquer cidadãos” pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos em todos os níveis. Suspendia todas as garantias de vitaliciedade e estabilidade de magistrados e funcionários públicos e assegurava ao Executivo o direito de demitir, remover e aposentar funcionários e transferir para a reserva ou reformar militares ou policiais militares. Permitia ainda o confisco de bens de quem houvesse enriquecido ilicitamente, a decretação de estado de sítio e sua prorrogação⁵¹.

A lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, conhecida como Reforma Universitária, já em seu primeiro artigo fazia questão de anunciar a modernização das universidades. Dizia: “O ensino superior tem por objetivo a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes e a formação de profissionais de nível universitário”⁵². As alterações mais nítidas da reforma universitária foram: introdução do regime integral e dedicação exclusiva aos docentes, sistema de crédito para as disciplinas, extinção das cátedras e sua substituição por departamentos, introdução do sistema semestral, indissociação entre ensino e pesquisa, nova política nacional para as pós-graduações, incentivo à ciência e tecnologia⁵³. Por extensão, a racionalização da reforma implicou em reorganizar suas atividades, redefinir seus estatutos e regimentos internos (incluindo os regimentos das faculdades e institutos), modificar os sistemas de ingresso à universidade, facultando-lhes em dois sentidos: produtividade e eficiência.

Possivelmente o problema das cátedras fora o tema mais debatido por toda comunidade universitária antes e após o golpe, e estava inserida nos anseios de mudanças reivindicada pelas próprias esquerdas. Um dos intelectuais que contribuiu para o debate sobre a reforma universitária com tendências de esquerda fora Álvaro Vieira Pinto. Tendo influenciado muitos

⁵¹D’ARAUJO, Maria Celina; JOFÀLY, Mariana. Os dias seguintes ao golpe de 1964 e a construção da ditadura (1964-1968). In: FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização Quarta República (1964-1985)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. (O Brasil Republicano; 4). pp. 51-52

⁵² <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>

⁵³ MARTINS, Carlos Benedito. *A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil*. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009 15. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>.

estudantes nos anos de 1960, a posição deste filósofo era clara quanto às alterações que a universidade deveria sofrer: “consiste em impedir a reprodução da classe dominante, a qual tem na universidade sua fábrica mais importante, no que se refere aos expoentes intelectuais”⁵⁴. Com destaque para as cátedras, o filósofo carioca não media esforços para criticá-las ao afirma que elas se configuravam como “instrumento retardador do processo transformador da universidade”⁵⁵.

As cátedras⁵⁶ (ou simplesmente cadeiras, como eram chamadas ainda em períodos da era moderna) constituíam-se como um agrupamento de professores que gozavam de amplos poderes nas universidades. Elas eram consideradas pelos estudantes e parte de professores que aspiravam por um ensino superior avançado como o grande atraso da organização da vida universitária. As cátedras possuíam em sua organização características até mesmo de perfil monárquico. “O professor catedrático era, por direito de conquista ou de investidura, o chefe nato, o dirigente vitalício da cadeira que se vinculava”⁵⁷. Tal forma de organização catedrática tinha como efeito a imobilização das universidades e a estagnação dos quadros de professores.

Importa ainda ressaltar que as cátedras dificultavam a produção e divulgação de pesquisas. A respeito desta questão, assinala Chamilian que diversas faculdades isoladas – como o Instituto de Medicina da Universidade de São Paulo, por exemplo – sofriam com o arranjo enrijecido das cátedras que, além de dificultar atividades de pesquisas e outros serviços, ainda davam brechas para práticas nepotistas, facilitando a entrada de parentes para atuarem como auxiliares de cátedra. “Como a cátedra era, tradicionalmente, uma instituição docente e não de pesquisa ou realização de serviços, estes dois últimos aspectos tenderam, inicialmente, a se desenvolver como uma extensão ou prolongamento das cátedras”⁵⁸. Portanto, não era fundamental nem prioritária a produção de pesquisas entre os catedráticos.

⁵⁴ PINTO, Álvaro Vieira. *A questão da universidade*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1994. p. 77.

⁵⁵ PINTO, 1994. *Op. Cit.*, p. 101.

⁵⁶ A história das cátedras no Brasil tem seu início desde a vinda da família real em 1808. Com a criação das cadeiras de anatomia, no Rio de Janeiro, e de Cirurgia, na Bahia, o príncipe D. João VI apresenta o regime de cátedras como a “alma” das instituições superiores, seu núcleo. Esta estrutura catedrática passa por pequenas alterações até a ditadura militar. As reformas de Carlos Maximiliano (1915) e a de Rocha Vaz (1925) e a Reforma Francisco Campos (1831) não alteraram o conteúdo enrijecido das cátedras. A reforma Francisco Campos ainda facilitava o ingresso à cátedra sem obrigação do candidato se submeter a um concurso, caso o “candidato insigne que tenha realizado invento ou descoberta de alta relevância, ou tenha publicado obra doutrinária de excepcional valor”. FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *Da cátedra ao departamento: subsídios para discussão*. 23ª Reunião Anual da ANPEd, 2000, Caxambú-MG. p. 2-3.

⁵⁷ CHAMILIAN, Helena Coharik. *Estudo da organização departamental nas universidades mantidas pelo governo do estado de São Paulo*. Relatório de pesquisa. R. Fac. Educ. , São Paulo. 10 (1): 41-124, jan./jun. 1984. p. 61.

⁵⁸ CHAMILIAN, 1984, *Op, cit.*, p. 63.

No geral a pessoa pegava o título de professor catedrático e não se interessava mais. Vivia do título de professor catedrático. Muitos bons professores catedráticos continuavam dando aula ou dirigindo o ensino. Com o título de catedrático ele se sentia livre de qualquer tipo de obrigação. Então isso se tornou um vício⁵⁹.

A disputa para superação das cátedras não estava limitada a círculos acadêmicos; ela havia ganhado espaço nos debates públicos. Como mencionou Fávero (1977, p. 45) pesquisar as universidades sem pensar a relevância dos estudantes é inviável sob quaisquer possibilidades. Assim sendo, a reforma universitária vai ganhar espaço de grande relevo com o I Seminário Nacional de Reforma Universitária, encabeçado pela UNE em 1961. O seminário reclamava um amplo conjunto de reformas na universidade, dentre as quais figuravam entre as principais exigências a autonomia das universidades, a melhora na formação dos docentes e discentes, a não reeleição de reitores, elaboração de currículos em consonância com o desenvolvimento do país e a extinção das cátedras, em benefício dos departamentos e de adoção de regime integral do tempo de trabalho dos professores. Junto a isto, os estudantes, em torno da UNE, identificavam na cátedra um grande empecilho para a participação dos estudantes nos órgãos colegiados e um obstáculo da atuação dos mesmos nas demais instâncias administrativas da universidade⁶⁰.

Com os governos militares, sobretudo no ano de 1965 em diante, os golpistas passam a ampliar os debates sobre a Reforma Universitária, no entanto, com esta nova configuração política, os esforços no intuito de moldar as universidades rumo à sua renovação não será pautada sob uma perspectiva humanista e democrática, mas, ao contrário, a reforma será orientada sob o abrigo de uma visão tecnicista, produtivista e sempre vigilante com os membros que a compõe. Nesta perspectiva pedagógica, a qual os governos militares endossaram, o conhecimento científico projetava-se como uma forma de conhecimento neutro e apolítico. “Inspirado nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade, essa pedagogia advoga a reordenação do processo educativo de maneira a torná-lo objetivo e operacional”⁶¹.

O modelo da reforma fora diretamente influenciado pelos modelos de modernização que estavam em curso nos Estados Unidos. Instalado no Brasil desde os anos de 1950, a United States Agency for International Development (Usaid) desempenhou a tarefa de estreitar relações diplomáticas com o Brasil, a fim de proporcionar assistência e colaboração culturais

⁵⁹ MATTOS, Meira. [Entrevista concedida a Otávio Luiz Machado]. In: MACHADO, Otávio Luiz Machado. *O relatório do general Meira Mattos em 1968: a educação superior e repressão ao movimento estudantil no Brasil*. Revista eletrônica Cadernos de História, vol. 1, núm. 2, 2006, pp. 1-21. p. 8.

⁶⁰ FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *A universidade em busca de sua identidade*. Petrópolis: Editora Vozes, 1977. pp. 46-7.

⁶¹ SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia*. São Paulo: Cortez, 1983. p. 12-3.

entre os dois países. Contudo, entre os anos de 1965 a 1968, as relações estabelecidas com a Usaid estavam sendo direcionadas para a elaboração de planejamentos educacionais. Vemos, com efeito, que o intuito da Usaid, no que diz respeito ao ensino, era de adaptar valores educacionais com base em valores políticos. “Escolas e faculdades tornaram-se espaços estratégicos nos embates ideológicos, trincheiras a serem disputadas”⁶².

A visão tecnicista defendida pela Usaid pautaram muitos dos acordos estabelecidos com o Ministério de Educação e Cultura (MEC) e que pretendiam aumentar convênios com empresas privadas, flexibilizar o financiamento de projetos de pesquisa com fundações norte-americanas e europeias, realizar projetos de extensão que visassem ao mesmo tempo desmobilizar atividades de cunho político – principalmente de estudantes – e ampliar práticas assistencialistas direcionadas para populações pobres e carentes⁶³.

Destes projetos nasceram o Projeto Rondon, o Projeto Rural Industrial Technical Assistance (Rita) e o Centro Rural Universitário de Treinamento de Ação Comunitária (Crutac). Todos contribuíram para atrair jovens estudantes e professores a direcionarem suas atividades acadêmicas aos interesses governamentais da ditadura, tais como incentivar atividades econômicas em áreas de grande contingente de pessoas necessitadas, estimular atividades assistenciais em lugares interioranos e incutir nas regiões pobres do país, através de programas de alfabetização, ideais nacionalistas que corroboravam com a propaganda governamental⁶⁴.

Uma figura importante para a reforma universitária e que trazia consigo os ideais versados pela Usaid fora o professor e consultor do MEC Rudolph P. Atcon. De origem grega e depois radicado nos EUA, Atcon se dedicou profissionalmente a reestruturar as universidades latino-americanas (sobretudo Brasil, México e Chile) e europeias (Alemanha)⁶⁵. Sob bases tecnocratas, Atcon defendia, em seu relatório produzido em 1966, que a universidade deveria superar a ideia de transmitir saberes historicamente acumulados no tempo e sustar uma relação desinteressada para com o conhecimento. As universidades deveriam se projetar como instituições que tivesse funções sociais bem planejadas. Para o autor, as universidades brasileiras tinham quatro tarefas urgentes para o seu desenvolvimento:

1. Oferecer os meios para o livre desenvolvimento da personalidade humana e a eficaz educação do indivíduo, de acordo com seus interesses e talentos;

⁶² MOTTA, 2014a, *Op, Cit.*, p. 112.

⁶³ CUNHA, Luiz Antônio Cunha. *A universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2007. p. 158.

⁶⁴ MOTTA, 2014a, *Op, Cit.*, p. 88.

⁶⁵ Para mais informações bibliográficas sobre o conselheiro, ver: CUNHA, 2007, *Op. Cit.*, p. 187-190.

- 2.Promover contatos estreitos com a comunidade, para servir às suas instituições espirituais, sociais, artísticas, econômicas, científicas e industriais;
- 3.Emprender a consolidação e ampliação do conhecimento humano e seguir aberta a toda corrente de pensamento, difundindo os princípios de liberdade que exige a busca objetiva da verdade;
- 4.Conseguir a formação do espírito cívico e da consciência social, conforme os ideais do desenvolvimento pacífico, de respeito aos direitos humanos e de justiça social⁶⁶

Atcon também fez a defesa de que a estrutura universitária se adequasse à organização de uma empresa privada, “para criar um local apropriado para empreender estudos sistemáticos sobre o ensino superior e planejamento ininterrupto”⁶⁷. Aconselhava Atcon, com otimismo, que professores, estudantes, pró-reitores, diretores de unidades de ensino e, sem dúvida, reitores conformassem suas condutas na instituição universitária às condutas de um administrador de empresas, sempre racional, íntegro e eficiente. Nesta qualidade, o reitor de uma universidade deveria ser um “técnico em administração, de preferência contratado da indústria; um gerente, porque é exatamente isso; um *gerente*”⁶⁸.

Advogando do mesmo tecnicismo para as universidades, Carlos de Meira Mattos foi também um dos protagonistas do projeto de Reforma Universitária e um dos militares que mais cooperou para a redação da lei nº 5.540 de novembro de 1968. Meira Mattos teve participação intensa ao lado dos golpistas de 64, tendo colaborado para a cassação de seis deputados federais em 1966, com base no Ato Institucional nº 2 (AI-2)⁶⁹. Um ano depois fora indicado para ocupar o cargo de adjunto da Divisão de Assuntos Militares, na Escola Superior de Guerra (ESG)⁷⁰. Devido a intensas manifestações de estudantes contra a ditadura reclamando por melhorias no sistema de ensino superior (principalmente sobre o problema dos excedentes) e denunciando medidas autoritárias do regime, o então presidente da república Arthur Costa e Silva, mediante um decreto em dezembro de 1967, elaborou uma comissão especial que tinha como tarefa

Emitir parecer sobre as reivindicações, teses e sugestões referentes às atividades estudantis; planejar e propor medidas que possibilitassem melhor aplicação das

⁶⁶ ATCON, Rudolph P. *Rumo à reformulação estrutural da universidade brasileira*. Brasil: Ministério da Educação e Cultura, 1966. p. 8-9.

⁶⁷ ATCON, 1966, *Op, Cit.*, p. 121.

⁶⁸ ATCON, 1966, *Op, Cit.*, p. 86-7.

⁶⁹ O AI-2, decretado em outubro de 1965, dava poderes especiais ao Congresso, como eleger o presidente da república, permitia que opositores fossem cassados e presos com mais facilidade, aumentava o poder dos militares sob o Supremo Tribunal Federal, dentre outras características. Para muitos, o AI-2 revelava o autoritarismo da aparente moderação de Castelo Branco e buscava aprofundar o aparato repressivo. ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru: Edusc, 2005.

⁷⁰ Instituição militar criada no final dos anos de 1940, a Escola Superior de Guerra tinha como uma de seus lemas centrais a defesa da segurança nacional. Sua criação contou com apoio financeiro dos EUA que colaborou com a escola para difundir, por intermédio de livros, revistas e trabalho técnicos, valores que corroboravam com o imaginário nacionalista com elementos fortemente ocidentais e anticomunistas. ISHAQ, Vivian; FRANCO, Pablo E. Franco; TEREZA E. de Sousa, 2012, *Op, Cit.*, p. 139.

diretrizes governamentais no setor estudantil e supervisionar e coordenar a execução dessas diretrizes mediante delegação do ministro de Estado⁷¹

Quem ficara responsável para presidir a comissão fora o general Meira Mattos, que, ao término das atividades na comissão, escreveu um relatório conhecido por receber seu próprio nome. Pelas razões já mencionadas, a Comissão Meira Mattos tinha como objetivo central propor um estudo que orientasse mudanças no sistema educacional, com vistas a solucionar os problemas estudantis. Os problemas apontados pelo relatório da comissão visavam atingir pontos nevrálgicos da vida universitária e que inspiravam debates arenosos entre os estudantes de maneira geral. Tais pontos estavam concentrados em: cobrança de anuidades aos estudantes; solucionar os problemas dos vestibulandos excedentes; estreitar laços com os estudantes, no sentido de fazê-los cooperar com a reforma; superar a insuficiência de remuneração dos professores; incutir na comunidade estudantil liderança democrática que esteja em conformidade com responsabilidades para o país; e aumentar a fiscalização para com os recursos destinados às universidades⁷².

Meira Mattos afirmava que a ditadura compreendia que a principal motivação para tanta politização entre os estudantes estava baseada no fato de que as universidades estavam passando por uma crise em todos os sentidos. “O que acontecia na realidade é que a universidade pública estava estacionada”⁷³. Havia, nas ambições de Meira Mattos, bem como no planejamento da Usaid e do relatório Atcon, uma vontade de construir uma universidade sem características arcaicas, mas essa tentativa de reorganizar as universidades deveria estar em sintonia com o aumento no controle das atividades vistas como subversivas dos alunos bem como nas diversas atividades do meio acadêmico.

Meira Mattos defendia também que um dos objetivos para com a reforma universitária seria de acomodar os estudantes e a universidade como um todo às atividades de estudo e de produção de pesquisa, no intuito de afastá-los da vida política e, no limite, da política partidária.

Você sabe que o meio estudantil acabou se acalmando. E hoje está relativamente calmo. Está relativamente dedicado ao ensino, dedicado ao estudo. Porque você não pode transformar um grêmio estudantil em partido político. Partido político é uma coisa, grêmio estudantil é outro. Você não pode misturar as coisas. A ideia de que o estudante tenha uma ideia política e uma participação política está certo. Mas que ele vá ao partido, mas não no grêmio. O grêmio é para ajudar a melhorar o ensino⁷⁴.

⁷¹ <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/carlos-de-meira-matos>

⁷² Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Correio da Manhã*, 25 de agosto de 1968, sétimo caderno. p. 1-4.

⁷³ MATTOS, Meira. 2006, *Op, Cit.*, p. 11.

⁷⁴ MATTOS, Meira. 2006, *Op, Cit.*, p. 13-4.

Em resumo, os projetos que auxiliaram o texto final da reforma universitária ambicionavam fixar valores administrativos tais como eficiência e produtividade, ao passo que adequavam esses valores à doutrina de segurança nacional, como praticamente todas as reformas encabeçadas pelo regime em curso. Esses valores empresariais não diziam respeito apenas à maneira como as universidades deveriam ser orientadas administrativamente; correspondiam também a um anseio, apesar de paulatino, de privatização das instituições de ensino, a qual as universidades não passavam despercebidas. As universidades passaram a receber o título de empresa pública e como tal eram compreendidas, a partir do próprio relatório da Relatório de Planejamento para o ensino superior em 1969, como instituições dotadas de “desempenhar atividades de natureza empresarial”⁷⁵. Evidentemente que esta não era apenas sua função, mas tal posicionamento dos redatores do relatório da reforma já indicavam os objetivos de comungar desenvolvimento em pesquisas com interesses empresariais.

Não é atoa que muitos historiadores apontam para o fato da ditadura privilegiar sistemas de pós-graduação voltados para áreas estratégicas dos projetos econômicos. Estas áreas englobavam os cursos de administração pública e de empresas, economia, ciências agrárias e áreas de saúde.

Ao aumentar recursos para pesquisa, o interesse prioritário dos planejadores governamentais não era direcioná-los para as universidades, mas para centros desvinculados das instituições de ensino. Os agentes governamentais acreditavam que esses centros dariam resposta mais rápida aos investimentos, gerando produtos e tecnologias com maior potencial de utilização econômica, ao passo que as universidades se voltariam para si mesmas e seriam menos capazes de acompanhar as demandas do mercado⁷⁶.

A ideologia da Reforma projetou efetivar o desenvolvimento do país pela vertente acadêmica. Entretanto sua implantação comprometeu ainda mais a autonomia da instituição e permitiu a disseminação da empresa educacional também em nível superior e aos seus conceitos de rendimento, eficácia, produtividade, consolidando a educação como negócio lucrativo⁷⁷.

Como falamos em parágrafos anteriores, as medidas mais evidentes da reforma universitária foram a extinção das cátedras, substituídas por departamentos que incluía tempo integral ao trabalho docente; ampliação dos sistemas de pós-graduação e financiamento para diversas áreas de pesquisa; aproximação das atividades de ensino com as de pesquisa; superar o problema dos excedentes com novas orientações para a realização dos vestibulares; conter o avanço do movimento estudantil e retardar sua crítica ao regime; união entre os

⁷⁵ BRASIL. *Relatório da Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior*. Ministério da Educação e Cultura (acordo MEC-USAID), 1969. p. 68.

⁷⁶ MOTTA, 2014a, *Op, Cit.*, p. 262.

⁷⁷ BOSCHETTI, Vania Regina. *Plano Atcon e Comissão Meira Mattos: construção do ideário da universidade do pós-64*. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.27, p.221 –229, set. 2007 - ISSN: 1676-2584. p. 229.

estabelecimentos de nível superior com os estabelecimentos produtivos; aproximação dos setores privados e militares para com a administração da universidade.

Com isto, a título de síntese, vale listar os principais resultados que a ditadura efetivou para com as universidades. Apesar de extenso, Rosas (1992, p.23), faz uma exposição do projeto da ditadura que vale a pena ser considerada aqui:

- a) Proteção e fortalecimento do golpe, dos princípios que fundamentaram seu discurso e o poder político conquistado;
- b) Formação de um quadro de profissionais – e apoio ao já disponível –, capazes de dar sustentação e continuidade, no plano intelectual – filosófico, científico e tecnológico –, às mudanças decorrentes do golpe;
- c) Desarticulação do quadro de profissionais competentes então ausentes e que ameaçavam o novo poder por suas posições divergentes;
- d) Transferência gradativa de responsabilidade de manutenção do ensino superior para a iniciativa privada, conservando, entretanto, o poder de autorizar, fiscalizar, favorecer, dificultar e proibir o funcionamento dos estabelecimentos de ensino particulares, tanto como resultado de avaliações qualitativas quanto de manifestações políticas e ideológicas;
- e) Adoção de medidas controladoras das instituições e acadêmicas, envolvendo seu financiamento, sua estrutura interna e centralização do poder, bem como a avaliação burocrática de seus projetos e atividades;
- f) Adoção de medidas repressivas, inclusive com a edição de instrumentos legais, desestimulando de modo dramático e “exemplar” comportamentos individuais ou de grupos ditos “subversivos”, porque independentes ou contrários às determinações do governo;
- g) Adoção de medidas estimuladoras ou reforçadoras de comportamentos de professores, estudantes e funcionários que representem apoio, colaboração e execução fiel das ordens recebidas do poder central; ou, pelo menos, a juízo dos serviços de segurança instalados nas universidades, não significassem ameaça à continuidade do novo regime, a palavra-chave é *modernização*;
- h) Adoção de medidas facilitadoras da ampliação das matrículas na rede privada e obstaculização da expansão da rede pública, na dependência de normatização e parecer do CFE (Conselho Federal de Educação) e decisão final do próprio governo.

2.3 O ensino superior golpeado

Passaremos em revista, por fim, um rápido apanhado sobre as consequências mais imediatas do golpe de 1964 para as universidades até meados início dos anos de 1970.

Como mencionamos em algumas ocasiões, a vida universitária fora visada pela repressão militar poucos dias após o golpe. A perseguição política nas instituições de ensino superior não fora papel apenas das forças policiais; contou com participação ostensiva de entidades de direita como o Comando de Caça aos Comunistas (CCC) que estava ligada a universidade Presbiteriana Mackenzie e muitos dos seus integrantes tinham simpatia por ideais compartilhados por integralistas. Neste caso, os militantes do CCC trabalhavam na coleta e

compartilhamento de informações sobre atividades que perturbassem a ordem estabelecida pelos militares⁷⁸.

O apoio aos militares, no entanto, não ocorrera apenas nos meios estudantis. Muitos professores posicionavam-se otimistas com a intervenção nas universidades e se portaram como colaboradores do regime. Essas relações solidárias com os militares tinham tons diferentes, variando ora para ações de combate direto aos opositores, ora ações mais tímidas e discretas, como era o caso de algumas homenagens ou moções de prestígio ao governo. Não eram raras também situações de professores que apoiavam o regime para fomentar situações oportunistas. As rivalidades entre professores de uma mesma cátedra ou departamento não é algo raro em nenhuma universidade, e por vezes essas rivalidades eram momentos propícios para alguns professores optarem por realizar denúncias difamatórias com o intuito de ascender algumas posições no interior da instituição. “Pessoas que em outras circunstâncias teriam dificuldade de ascender na carreira universitária virão na adesão aos novos mandatários preciosa oportunidade, sobretudo porque os expurgos geravam posições vagas a serem ocupadas”⁷⁹. Este apoio fora de fundamental importância para que os militares mantivessem o discurso liberal de não intervenção nas instituições. Com este apoio de professores simpatizantes com o regime os militares se sentiam a vontade de defender que estavam apenas cumprindo a lei e que na verdade eram as próprias universidades que eram responsáveis pelos expurgos⁸⁰.

Os momentos iniciais de perseguição após março de 1964 foram acompanhados pela expressão Operação Limpeza. Esta expressão tinha a conotação de afastar a “subversão” de várias instituições. Ao lado destas, a operação visava “excluir comunistas e extremistas de todos os poderes do Estado, inclusive o Legislativo e o Judiciário”⁸¹. Era comum, principalmente nos jornais, a ideia de que a operação triunfaria na medida em que, com o encaminhar das apurações, o país restabeleceria a democracia, uma vez que os traidores da pátria estariam sendo derrotados no campo de batalha.

E iremos permitir que, em nome da democracia, continuem agindo estes germes patógenos, estes venenos, este ópio letal que nos ameaçava? [...] Devem ser esmagados todos quanto serviram ao governo passado, e pelo simples fato de o

⁷⁸ MOTTA, 2014a, *Op, Cit.*, p. 25.

⁷⁹ MOTTA, 2014a, *Op, Cit.*, p. 37.

⁸⁰ MOTTA, 2014a, *Op, Cit.*, p. 48.

⁸¹ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diario de Pernambuco*, 9 de abril de 1964, Capa. p.3.

haverem feito. [...] A Operação Limpeza há de atingir os aproveitadores, aqueles inautênticos, ontem em núpcias sacrílegas com a agitação vermelha⁸².

No imaginário anticomunista pouco importava as relações históricas das ideias e experiências comunistas no mundo. A única coisa que importava era que o comunismo existia e era a reencarnação do mal. O comunismo era visto como um pecado, “pois questionava a moral cristã tradicional defendendo o divórcio, o amor livre e o aborto”⁸³. Dentre as descrições feitas aos comunistas, incluindo descrições anteriores ao golpe de 64, estes eram contemplados como o anúncio do final dos tempos, a corporificação do demônio na terra, uma seita internacional. Muitas das descrições anticomunistas chegavam até mesmo a comparar os comunistas com doenças infecciosas e não como humanos. “Tal como doenças, os comunistas foram denunciados como um grupo dedicado a infiltrar-se nos organismos sociais, debilitando-os internamente”⁸⁴. Se um grupo de pessoas tinha ou não algum tipo de relação com movimentos comunistas isto era uma questão secundária, de nula importância. O que tinha valor, no fundo, era se estes grupos de pessoas defendiam os valores da sociedade ocidental, circundados na família, na igreja, nos valores cívicos e na defesa da nação. E era neste aspecto que as universidades, com destaque para os estudantes, eram uma ameaça visível ao regime.

Foi sob esse imaginário, sempre mutável, que se baseavam as intervenções da ditadura nas universidades. Uma das primeiras maneiras de cerceamento das liberdades fora o uso dos famosos Inquéritos Policiais Militares (IPMs) e as comissões de sindicância. O recurso aos IPMs não fora criado pelos militares com o golpe. A diferença é que os inquéritos passaram a serem utilizados de maneira generalizada. Só em 1964 há estimativas que tenham sido feitos mais de 760 IMPs de natureza política. Na prática “os IPMs tornaram-se palco de atuação para militares interessados em radicalizar medidas repressivas. [...] Não tinham instrumentos legais para demitir ou condenar ninguém, mas tiveram poder suficiente para amedrontar e coagir, causando muito aborrecimento”⁸⁵.

Essa modalidade de rastreamento político seguia os ideais da doutrina de Segurança Nacional, que fora colocado em prática através da ESG e da chamada comunidade de

⁸² Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diário de Pernambuco*, 14 de abril de 1964, Segundo caderno. Periscópio. p.10.

⁸³ MOTTA, Rodrigo Patto Sá Motta. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. Tese (doutorado em história) – USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2000. p. 71-2.

⁸⁴ MOTTA, 2000, *Op, Cit.*, p. 80.

⁸⁵ MOTTA, 2014a, *Op, Cit.*, p. 49-50.

informação⁸⁶. O que se tinha em mira era o combate de ideologias que, na visão dos órgãos de informação e repressão, ameaçavam permanentemente os países ocidentais. Para que os objetivos dos militares e sua ampla gama de apoiadores civis fossem bem sucedidos na tarefa de exaurir o inimigo interno, as ideias difundidas pela doutrina de Segurança Nacional teve importância decisiva no esforço de “desmoralizar o inimigo, produzir deserções, criar o silêncio, fazer cooperar e fazer aderir às políticas do Estado”⁸⁷.

Sua base de comando era dirigida por um amplo corpo burocrático composto por militares e/ou civis adeptos ao governo, que tornavam a máquina administrativa extremamente burocratizada, centralizada, tendo pouco ou nenhum compromisso com o bem-estar social. Esse controle da máquina estatal pelas forças armadas proporcionará um reordenamento administrativo reorganizado, aos moldes militares, numa perspectiva tecnocrática modernizante, implantando uma nova modalidade de governabilidade ao estado⁸⁸.

Contudo, a presença de agentes de informação e segurança não era suficiente para manter um controle permanente no ensino superior brasileiro. Era preciso mais. Desta feita, fora institucionalizado, por toda a segunda metade dos anos 60, uma série de novas leis e portarias que aspiravam asfixiar as diversas liberdades nos meios acadêmicos. Visto como um dos elementos de antagonismo da ditadura, os estudantes deveriam ser compelidos a se adequarem a uma série de exigências cobradas pelos ministros da educação.

A primeira expressão desse tipo de controle esteve refletida na Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964, também conhecida como Lei Suplicy. Anticomunista convicto, Flávio Suplicy de Lacerda fora ministro da Educação entre os anos de 1964 e 1966. Esteve muito ativo nos trabalhos relacionados à modernização da educação no nível superior, participando com afinco de fóruns científicos, reuniões nacionais com reitores e protagonizando acordos com

⁸⁶ Na conjuntura política que se seguiu após o golpe de 64 os presidentes militares, juntamente com militares de várias patentes e civis que ocupavam cargos de poder, tomaram a iniciativa de criar vários órgãos que fossem responsáveis por realizar serviços secretos de informação e que tivessem o objetivo de munir presidentes e agentes da ditadura de informações sobre todas as atividades técnica e política das instituições brasileiras. A comunidade de informação, como ficou conhecida, era composta pelo Serviço Nacional de Informações, Divisões de Segurança e Informação (DSI), Assessorias de Segurança e Informação (ASI), Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA), Centro de Informações do Exército (CIE), Centro de Informação da Marinha (CINEMAR) e muitos outros. “Tratava-se da criação de uma vasta rede de espionagem, implantada em todo o país, pois, além dos ministérios civis, as pastas militares obviamente também contavam com seus órgãos de informações, bem como todas as funções de autarquias, fundações e demais órgãos públicos”. FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: O tempo da ditadura: regime e movimentos sociais em fins do século XX.* (vol.4) 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. p. 176. Ver também: FICO, Carlos. *Como eles agiam.* Rio de Janeiro: 2001.

⁸⁷ BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA; DELGADO, 2017, *Op. Cit.*, p. 28.

⁸⁸ SILVA, Marcília Gama da. *Informação, repressão e memória: a construção do Estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985).* Tese (doutorado em história) – UFPE, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 2007. p. 89.

universidades e fundações internacionais. A lei a qual recebera seu nome teve como objetivos centrais domesticar o movimento estudantil às novas orientações legais da ditadura.

A Lei Suplicy fora responsável por criar o Diretório Nacional dos Estudantes (DNE), com sede em Brasília, com intenção de desarticular e pôr fim a atuação da UNE. No artigo 10 da lei, este diretório tinha a obrigação de coordenar atividades dos Diretórios Estudantis (entre eles o Diretório Acadêmico (D.A.), Diretório Central de Estudantes (D.C.E.) e Diretório Estadual de Estudantes (D.E.E.) com fins de articular e aproximar os estudantes com o MEC. Os debates eram permitidos dentro da lei desde que fossem feitos em períodos de férias e que o conteúdo do debate fosse de caráter técnico. Quem era responsável por emitir relatórios sobre as atividades dos demais diretórios eram os professores, em nome das congregações e dos Conselhos Departamentais de cada faculdade. Quanto ao DNE, o responsável pela sua fiscalização seria o Conselho Federal de Educação (CFE)⁸⁹. Não se pode deixar de enfatizar que a lei buscava regulamentar o movimento estudantil e contou com ampla aprovação da comunidade universitária, sobretudo alguns grupos da direita estudantil – que viram nela oportunidades de ascensão social –, professores, diretores e reitores.

Mas em 1967 a Lei Suplicy fora revogada e, em sua substituição, a criação do Decreto Aragão intensificou algumas normas previstas na lei anterior, mas dispendo de dispositivos mais coercitivos. O Decreto-Lei nº 228, de 28 de Fevereiro de 1967, também recebera o nome do ministro do MEC em curso, a saber, Raimundo Muniz de Aragão. Diferente da lei que o antecederia, o Decreto Aragão não media palavras ao impor restrições punitivas às atividades estudantis nas universidades. Dizia seu artigo 11: “é vedada aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, racial ou religioso, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares”. O não cumprimento de tal dispositivo acarretaria a suspensão em todas as entidades representativas, incluindo qualquer possibilidade de reivindicação formal perante os órgãos colegiados das universidades. Em substituição ao DNE, fora instituída a Conferência Nacional do Estudante Universitário, cujo propósito era o “exame e o debate objetivo de problemas universitários, para a elaboração de teses, sugestões e reivindicações a serem apresentadas às

⁸⁹: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4464-9-novembro-1964-376749-publicacaooriginal-1-pl.html>

autoridades e órgãos competentes, sendo vedados os temas de cunho religioso, político-partidário ou racial”⁹⁰.

Finalmente, não podemos deixar de destacar, o temido Decreto-477. Pelas razões já mencionadas, a promulgação do AI-5 representou um ataque direto a todas as liberdades de manifestações políticas em todo o país. O temido decreto atuou como a manifestação mais radical e truculenta de violência física e simbólica que recaiu sobre as universidades brasileiras ao longo de toda a sua história. Diferente dos decretos-leis anteriores, que colocaram imposições restritivas ao movimento estudantil, o 477 estendia seus dispositivos legais a toda a universidade, incluindo infrações disciplinares a professores e todos os funcionários empregados no ensino superior. No caso destes, qualquer forma de organização ou manifestação pública que não tivesse autorização prévia das autoridades militares deveriam ser punidos com demissões e afastamentos, além de serem proibidos de participar de qualquer atividade universitária por pelo menos cinco anos. Quanto aos estudantes, além das restrições previstas anteriormente, seriam penalizados com desligamento da instituição de ensino por pelo menos três anos e não poderiam se matricular em outro curso no limite de mesmo período. O texto do decreto aponta ainda para a suspensão de salários ou bolsas de estudos, sob pena de instauração de inquérito policial⁹¹.

O 477 fora recebido com mal estar até mesmo por pessoas de confiança do próprio governo militar. Em sua autobiografia, Jarbas Passarinho, logo que assumira o posto de ministro da educação nos idos de 1969, declarava que tal decreto continha uma legislação draconiana, “muito mais severo que os regulamentos disciplinares das Forças Armadas, cujas raízes rigorosas provinham do drástico elenco do código medieval do Conde de Lippe”⁹². Advertia ainda que o decreto era demasiado perigoso por abrir brechas de injustiças contra inimigos políticos. Nesta qualidade, o ministro relata na referida autobiografia que durante sua gestão junto ao MEC sempre optou em utilizar o decreto em última instância e decidiu ainda absolver cerca de 106 acusações impetradas contra estudantes e funcionários de universidades públicas e privadas. Na visão do 477, “todos os professores ou candidatos ao magistério eram considerados suspeitos, até que se mostrassem o contrário”⁹³.

⁹⁰<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-228-28-fevereiro-1967-376022-publicacaooriginal-1-pe.html>

⁹¹<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html>

⁹² PASSARINHO, Jarbas. *Um híbrido fértil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura: 1996. p. 369.

⁹³ CUNHA, Luiz Antônio Cunha; GÓES, Moacyr. *O golpe na educação*. 11. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. p. 39.

De modo geral, pode-se notar, as universidades após o golpe interromperam seu processo de lenta democratização. O saldo da ditadura sobre estas instituições fora penoso. Entidades estudantis foram reprimidas, professores afastados compulsoriamente, reitores demitidos, programas educacionais e sistemas educacionais desmantelados. Ao lado disso, os militares e civis golpistas não tardaram em intervir no Ministério da Educação (MEC), nas secretarias estaduais e municipais, demitindo funcionários dessas instituições e redefinindo seus quadros, no intuito de limpar ambientes contaminados pela corrupção e subversão, garantindo desta feita a ordem desejada.

3 A UNIVERSIDADE DO RECIFE: DA CRIAÇÃO AO GOLPE (1946-1960)

Neste capítulo iremos analisar a história da Universidade do Recife de 1946 a 1964. Objetivamos estudar o clima político e social da cidade do Recife nos anos de 1960, as implicações que levaram à criação da universidade e o cenário de polarização vivenciado no reitorado de João Alfredo Gonçalves da Costa (1961-1964). Para tanto, iremos utilizar neste capítulo livros de memórias, entrevistas realizadas por outros pesquisadores e principalmente matérias de jornais.

3.1 Recife e o golpe

Pernambuco protagonizou uma série de campanhas políticas durante os anos 50 e 60 do século passado, agrupando grupos de matizes ideológicos distintos. Dentre os principais grupos políticos não podemos deixar de mencionar vertentes de inclinações progressistas, notadamente comunistas, cristãos de esquerda, diferentes correntes socialistas e reformistas. Todos estes, reservando algumas diferenças entre si, empenharam-se em mobilizações que tencionavam ampliar a consciência popular, modificar a ordem política vigente e institucionalizar um projeto democratizante.

Em muitos aspectos, especialmente na segunda metade dos anos 50, o empenho destes setores fora bem sucedido. Ainda que sofressem todo tipo de resistência das camadas conservadoras e de grupos declaradamente antidemocráticos, muitas conquistas foram obtidas. No nível governamental, Miguel Arraes de Alencar fora eleito governador do estado de Pernambuco e, ao se apossar do cargo, realizou projetos voltados para as camadas pobres e trabalhadoras. Na trilha de seus projetos, podemos destacar mudanças no planejamento urbano, atinentes à ampliação de ruas e avenidas; ampliação de sistemas de transporte público; urbanização dos mocambos; colaborou para o fortalecimento das associações de moradores e de “lideranças locais na identificação dos problemas específicos e mais urgentes de cada comunidade, ao mesmo tempo em que as redesenhava no espaço público da capital”⁹⁴.

Pela primeira vez, um homem de classe média, desprovido de fortuna, não comprometido com os tradicionais grupos políticos e econômicos de Pernambuco, assumia o governo do Estado, deixando atrás de si, fumegantes, os destroços de uma campanha eleitoral que se caracterizar pela mais desabrida interferências de forças

⁹⁴ ALENCAR, José Amino; NETO, Silva. Vigência da democracia na constituição de 1946 em Pernambuco. In: Pernambuco. In Pernambuco. *Comissão Estadual de Memória e Verdade Dom Helder Câmara*: relatório final. V. 2. Recife: CEPE, 2017. p. 25.

conservadoras, internas e externas, com o propósito de invalidar a vontade soberana das urnas⁹⁵.

Seu maior feito na administração do governo do estado fora a criação do Movimento de Cultura Popular (MCP), no ano de 1960. Durante seu trajeto, o movimento tinha objetivos claros quanto à superação das desigualdades, sobretudo culturais, podendo ser destacados iniciativas como alfabetização popular, realização de eventos culturais e populares que visassem ampliar o horizonte político dos marginalizados, contando também com a colaboração de educadores, artistas e intelectuais em torno de um projeto que contribuísse com os andamentos do projeto de desenvolvimento cultural-regional⁹⁶.

O MCP foi um movimento que sofreu várias críticas nos anos iniciais de sua criação, advindas principalmente dos quadros mais conservadores da intelectualidade pernambucana. Desse modo, com o golpe de 1964, o ataque ao MCP se deslocou da crítica formal dos jornais para ganhar intervenção direta sobre o órgão. Indicado para ser interventor do MCP, o professor Carlos Frederico Maciel, da Universidade do Recife, fora convidado pelo presidente Castelo Branco para dirigir as atividades do movimento. Em resposta, Carlos Maciel sentiu-se prestigiado pelo convite e ainda sentiu-se lisonjeado pelo reconhecimento do regime.

Assim, não é de se espantar que Carlos Maciel, nos jornais da época, declare na ocasião de sua posse como presidente: “aqui (no MCP) se destilava o álcool ideológico que vinha impestando a atmosfera que respiramos”⁹⁷. O “álcool ideológico” aqui na verdade consistia nas representações do movimento advindas dos setores progressistas da intelectualidade pernambucana – por vezes ligados ao Partido Comunista Brasileiro – e por educadores ligados ao reitorado de João Alfredo Gonçalves da Costa Lima (1959-1964), identificado na época como uma figura de esquerda para os conservadores. O intuito do professor era claro: esvaziar a crescente politização e popularização do movimento, em prol de uma educação alinhada com os preceitos conservadores da ditadura.

A prática de apossar interventores nas instituições públicas foi uma das ditadura de 1964. E o estado de Pernambuco não fugiu a esta regra. Os sindicatos dos trabalhadores urbanos e rurais, as secretarias do estado e ministérios sofreram intervenções dos golpistas, no intuito de blindar a influência de pessoas consideradas uma ameaça para o regime militar. Com isso,

⁹⁵ CAVALCANTI, Paulo. *O caso eu conto como o caso foi*: da coluna prestes à queda de Arraes: memórias. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1978. p. 305.

⁹⁶ COSTA, Maria Aparecida Alves da. As Contribuições do movimento de cultura popular (MCP) para a educação brasileira. *Revista Expedições: Teoria & Historiografia* | V. 6, N.2, Agosto- Dezembro de 2015.

⁹⁷ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diário de Pernambuco*, 8 de abril de 1964, primeiro caderno, local, p. 9.

as áreas com destaque para a cultura e educação sofreram forte intervenção em seus quadros, representando, assim, um estorvo para a democratização dos espaços educacionais.

Por outro lado, há que destacar ainda uma crescente participação dos meios estudantis, ligados à Universidade do Recife (UR) e a grupos secundaristas, em torno de movimentos sociais. A título de exemplo podemos mencionar, além do MCP, os Centros de Cultura Popular (CCP), com forte participação da UNE, e o Movimento de Educação de Base (MEB), de iniciativa católica mediante ação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Com o golpe militar e, por extensão, pelo desmantelamento e intervenção desses movimentos de caráter popular, os estudantes universitários de Pernambuco passam para um processo de reorganização de atuação e tática política ao se concentrarem no Partido Comunista Brasileiro (PCB) e também em torno da Ação Popular (AP), esta derivada de uma corrente do pensamento católico com inclinações marxistas⁹⁸.

Esmorecidas pelo golpe civil-militar, todas essas ricas experiências na vida política brasileira sofreram forte retaliação e perseguição das autoridades militares e civis, que no momento se encontravam em íntegra disposição em salvaguardar os valores difundidos pela mentalidade de segurança nacional e pelo controle (e, no limite, eliminação) do inimigo interno.

Em Pernambuco, como em outros estados brasileiros, não houvera dura resistência à articulação golpista. Nem o governo do estado nem a sociedade civil assumiram uma postura aguerrida de enfrentamento ao Exército, de tal forma que o governador Miguel Arraes tomou a decisão de neutralizar alguns revoltosos e corresponder a uma saída acomodada com relação às movimentações do exército. Procurou corresponder ao golpe pela via da negociação e o diálogo.

Assim, um movimento que começara no final da década de 1950 e que estava ameaçando alterar o equilíbrio entre o poder político e o econômico no estado mais importante do Nordeste do Brasil desmoronou no curso de um único dia como um castelo de cartas. Apoiada na cuidadosa preparação de um grupo de conspiradores civis, a força militar prevaleceu, num golpe súbito e aparentemente fácil. As massas, que supostamente apoiavam Arraes, não levantaram um dedo para ajudá-lo. Após a confusão inicial no Recife durante horas incertas da manhã e no começo da tarde, não houve virtualmente qualquer resistência à tomada do poder⁹⁹.

Se a postura das esquerdas e democratas pernambucanas fora de tolerância para com os golpistas, estes não responderam com afabilidade à oposição. O que se refletiu depois de 31 de março de 1964 em Pernambuco fora uma série de prisões profundamente arbitrárias e

⁹⁸ BRAYNER, Nadja Maria Miranda; BARBOSA, Maria do Socorro Ferraz. Graves violações dos direitos humanos nos meios educacionais culturais. In Pernambuco. *Comissão Estadual de Memória e Verdade Dom Helder Câmara: relatório final*. V. 2. Recife: CEPE, 2017. p. 222.

⁹⁹ PAGE, Joseph A. *A revolução que nunca houve*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1972. p. 236.

assassinatos a lideranças sindicais, dirigentes ligados às Ligas Camponesas, estudantes e professores de várias instituições de ensino, militantes de movimentos populares e assim a lista prossegue a todos aqueles que em algum grau colaborava para o que se chamou de maneira generalizada e canhestra de “subversão”.

Mas não se deve, como no resto do país, tributar toda culpabilidade do golpe em Pernambuco aos setores militares e policiais. Usineiros, grandes proprietários de terra e engenho, empresários urbanos e políticos oportunistas e defensores da ordem conservadora estavam na esteira dos apoiadores e representantes da trama golpista. “Saudosistas do poder absoluto que haviam exercido durante séculos de escravidão, como que, de repente, se sentiam livres para dar vazão ao ódio acumulado”¹⁰⁰.

A procurar por reprimir a oposição não tardou em Pernambuco. O Primeiro de abril de 1964 já anunciava a postura que a ditadura iria tomar ao longo de seus vinte e um anos. Neste dia, a Avenida Dantas Barreto amanheceu sob o clima de euforia com uma manifestação contrária em aceitar as medidas arbitrárias das Forças Armadas, sobretudo com a deposição do governador Miguel Arraes. A iniciativa fora encabeçada pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e pelo Conselho Sindical dos Trabalhadores e contou também com apoio de distintos setores da sociedade civil, particularmente de estudantes universitários que na ocasião estavam em sintonia com as reivindicações dos trabalhadores.

Vigiados pela Polícia Militar e pelo Exército, trabalhadores e universitários – principalmente da Escola de Engenharia – percorriam pela Rua Nova em direção à Dantas Barreto, onde estaria ocorrendo a concentração da manifestação. Com o entardecer, a polícia militar disparou vários tiros para o céu no intuito de dispersar os manifestantes e em seguida a passeata foi perdendo o controle e os manifestantes, em resposta, investiram provocações e jogaram pedras nos policiais. Nessa altura, um dia após o ocorrido, os jornais já denunciavam as práticas “subversivas”, “reconhecidamente comunistas”. “Além das ofensas e dos impropérios dirigidos aos militares, os estudantes procuravam atirar-lhes pedras”¹⁰¹.

O que se seguiu fora uma resposta acintosa e truculenta das autoridades militares: o assassinato de dois estudantes. Às dezesseis horas, chegaram já mortos ao Pronto Socorro os estudantes Jonas José de Albuquerque Barros, secundarista de 17 anos, e Ivan da Rocha Aguiar,

¹⁰⁰ COELHO, Fernando Vasconcellos. *Direita, volver: o golpe de 1964 em Pernambuco*. Recife: Bagaço: 2004. p. 40-1.

¹⁰¹ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diário de Pernambuco*, 2 de abril de 1964, primeiro caderno, Local. p. 7

estudante universitário de 23 anos. Os ferimentos disferidos pelos militares indicavam ser de um fuzil; os tiros atingiram os rostos dos garotos, deixando-os desfigurados. O saldo do infortúnio ainda fora maior, pois, além das vítimas mencionadas, Ubirajara Nunes da Silva, estudante da Faculdade de Filosofia de Pernambuco, também foi recebido às pressas no hospital por ter sido ferido na perna por um projétil de fuzil em uma das pernas¹⁰². Na esteira do ocorrido, ainda foram presas lideranças sindicais, principalmente aquelas ligadas ao Sindicato dos Tecelões e diversos trabalhadores fugiram do local, receando prisões arbitrárias.

Os estudantes no Brasil passam, desde meados dos anos 50, a atuarem de maneira mais próximas dos trabalhadores, correlacionando suas lutas por melhorias no ensino com a emancipação dos trabalhadores urbanos¹⁰³. Essa relação simbiótica invade os anos 60 com ainda mais força. O que pode se verificar, portanto, por meio do acontecimento descrito, é o fato da Universidade do Recife, por meio de seus estudantes, figurar como uma das instituições que avançava em pautas reformistas que desagradavam os setores que fundamentariam o golpe de 1964.

3.2 A Universidade do Recife (1946-1964)

A Universidade do Recife (UR) foi fundada em 11 de agosto de 1946, através do Decreto nº 21.904. Nos primeiros artigos de seu estatuto cabia à recém-universidade aperfeiçoar seus quadros profissionais através da cultura e da técnica. Suas faculdades, escolas e institutos deveriam ser integradas e regidas a partir de um Conselho Universitário¹⁰⁴. Esta necessidade se deve em decorrência da cidade do Recife abrigar diferentes faculdades que se encontravam dispersas pela região e que necessitavam integrar-se para se tornarem uma universidade. Estas faculdades e escolas passaram a se concentrar em sua maioria no bairro da Boa Vista, que era considerado na ocasião como um bairro bem localizado na vida urbana da cidade do Recife. As condições favoráveis encontradas no bairro foram de valiosa importância para as pensões estudantis, permitindo certa estabilidade de moradia para aqueles que estudavam no centro da cidade¹⁰⁵.

¹⁰² Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Op, Cit.*, 2 de abril de 1964, p. 7

¹⁰³ CUNHA, 2007, *Op, Cit.*, p. 54.

¹⁰⁴ <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-21904-8-outubro-1946-341888-publicacaooriginal-1-pe.html>

¹⁰⁵ Para uma descrição entre a cidade do Recife e a Universidade do Recife ver: VERAS, *Dimas Brasileiro. Sociabilidades letradas no Recife: a revista estudos universitários (1962-1964)*. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFHC. História, 2010.

A fundação da UR possibilitou uma ampliação na construção de novos edifícios e na diversificação de novas áreas do conhecimento científico. No estado de Pernambuco no século XIX, o ensino superior estava destinado em sua maioria a cursos jurídicos, Seminários e algumas escolas voltadas para o comércio. Esta parca oferta do ensino superior cumpria seu dever de formar as classes produtoras da região que optavam pela carreira eclesiástica ou jurídica ou iam estudar medicina e engenharia na região sul do país. Esta pouca amplitude no oferecimento de cursos superiores repousava em boa medida na alta concentração econômica do estado de Pernambuco na área rural, pouco industrializada e pouco exigente quanto à necessidade de formação profissional especializada¹⁰⁶.

Esta realidade mitigada no ensino superior pernambucano irá conhecer suas primeiras transformações apenas no final do século XIX e início do XX. As mudanças que se seguiram nas instituições de ensino superior não resultaram de um caso específico de Pernambuco, ganhando assim ressonância em quase todo o país em detrimento do processo de urbanização e da necessidade de uma mão de obra mais qualificada para ocupar setores importantes da industrialização nacional.

É diante dessas mudanças e da demanda de profissionais dos centros urbanos que vão surgir as primeiras faculdades da região. Dentre elas podemos destacar a Faculdade de Medicina (1827), Escola de Engenharia (1895), Faculdade de Direito (1827), Escola de Belas Artes (1932), Faculdade de Química (1920), Faculdade de Filosofia do Recife (FAFIRE), Faculdade de Odontologia (1913). Até o ano de 1946, todas essas faculdades funcionavam de maneira dispersa, sem articulação e sem uma perspectiva de desenvolvimento de pesquisas sólidas, ficando dependentes de iniciativas pontuais de alguns catedráticos dispostos à realização de investigações científicas. Diante do exposto, era necessário organizar, reunir e integrar essas faculdades em uma verdadeira Universidade, representada em torno de um conselho composto por um reitor, diretores de centros e representantes de cada escola.

É dessa necessidade que surge em agosto de 1946 a Universidade do Recife. As reuniões em torno de sua instalação foram levadas a exaustão pelo diretor da faculdade de direito, Joaquim Ignácio de Almeida Amazonas, e futuro reitor da UR. O professor de Direito Comercial Marítimo da Faculdade de Direito, juntamente com uma comissão de professores encarregada de discutir a importância da criação de novas universidades no Brasil, desde abril

¹⁰⁶ PERRUCCI, Gadiel. *Um projeto oligárquico-liberal de universidade: notas para uma história da UFPE*. GetL Est. Soc., Recife, v. 2 a 2, p. 505-520, jul, dez., 1986.

do corrente ano, já vinha fazendo frequentes reuniões no estado do Rio de Janeiro com o ministro da educação, Clemente Mariani Bittencourt, sobre os projetos em torno da criação de uma universidade para a cidade do Recife¹⁰⁷.

De início, a UR seria composta pelas Faculdades de Direito, Medicina, Engenharia e Belas Artes. A Faculdade de Filosofia, central para a constituição de uma universidade, apenas seria integrada momentos depois da criação da universidade, até porque, nas palavras do ministro da educação, “não se compreende que, numa organização universitária, faltasse uma Escola de capital importância”¹⁰⁸.

Em torno de sua criação, duas vertentes digladiavam-se sobre o caminho que a universidade deveria trilhar. Por um lado, havia professores que se caracterizavam por uma postura conservadora e eram simpáticos a um “projeto oligárquico” de universidade. Esses professores catedráticos davam sustentação às chamadas “Grandes Escolas” (Direito¹⁰⁹, Engenharia e Medicina) e se interessavam apenas em acolher para o ensino superior estudantes vindos da elite do estado ou das classes médias emergentes. Aos formandos de direito cabia apenas advogar e fornecer uma elite intelectual humanista; aos engenheiros estava reservada a tarefa de planejador-administrador da cidade do Recife; já os médicos era os únicos dignos de serem chamados de cientistas e aqueles responsáveis pela administração da saúde pública. Não era de interesse desses setores uma ampliação dos cursos no estado de Pernambuco, tampouco uma modernização universitária que visasse ultrapassar o arcaísmo que caracterizava o ensino superior¹¹⁰.

O segundo grupo que propunha uma outra perspectiva de universidade eram aqueles que defendiam um discurso liberal de modernização da educação. Neste caso, os intelectuais que se empenhavam no discurso modernizador estavam inspirados com o fim do Estado Novo e a redemocratização do país em 1945, proporcionando uma autonomia entre os estados – outrora chefiados por interventores – o que permitiria maior autonomia administrativa e poder de decisão nos assuntos acadêmicos. À modernização política, figurava também uma motivação de caráter econômico, traduzida pela ideologia desenvolvimentista. A universidade, além de

¹⁰⁷ Informações obtidas em Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diario de Pernambuco*, 19 de abril de 1946, p. 3.

¹⁰⁸ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diario de Pernambuco*, 21 de abril de 1946, p. 4.

¹⁰⁹ Para a socióloga Vera Regina Canuto, a Faculdade de Direito do Recife conseguia arregimentar o que havia de mais conservador e oligárquico nos espaços educacionais de Pernambuco. A referida faculdade tinha interesses centrípetos, buscando apenas a formação de bacharéis e a manutenção das feições classistas da elite do estado. Ver: CANUTO, Vera Regina. *UFPE: projetos institucionais e conjuntura política*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1987. p. 8-9

¹¹⁰ PERRUCCI, Gadiel. 1986, *Op, Cit.*, p. 507.

contribuir para a democracia do país, poderia proporcionar o desenvolvimento urbano-industrial a fim de superar o atraso econômico da região pernambucana, marcado sobretudo pelo predomínio da economia açucareira¹¹¹.

Apesar de alguns dissabores entre os dois grupos, tanto os setores oligárquicos da universidade quanto o segundo grupo que visava integrar economia desenvolvida, redemocratização e autonomia universitária, compreendiam que a fundação de uma universidade no estado era urgente. Desta feita, sua criação se fez sob tons elogiosos.

A universidade conferirá ao Recife um alto prestígio intelectual, a que o seu passado e a sua tradição estavam fazendo jus. Infelizmente o espírito universitário tarde chegou ao Brasil. Enquanto nas demais repúblicas latino-americanas, há universidades que datam de séculos, agora é que começamos a tratar disso. A falta que nos fez a universidade foi enorme, no preparo de nossas elites¹¹².

No mês de abril de 1946, o futuro reitor da UR, professor Joaquim Amazonas, fez declarações entusiastas anunciando ao público recifense sobre a aprovação da Comissão de Organização da Universidade do Recife e complementou falando que logo em breve a cidade do Recife iria prestigiar a instalação de uma universidade. Por ter um caráter federal, a universidade contaria com uma reitoria, responsável por coordenar, centralizar e fiscalizar as atividades da universidade e que estaria ligada diretamente ao governo federal. Também seria de fundamental relevância para a construção da universidade a criação de um Conselho Universitário. Em torno deste, anuncia o futuro reitor, deverá ser composto por “diretores de todas as faculdades, um representante de cada congregação, um representante dos docentes livres, um representante de cada instituto técnico, e um representante do diretório central dos estudantes”¹¹³. Apesar das escolas e faculdades, fisicamente, ainda se manterem separadas (coisa que só irá mudar com a ditadura militar), o Conselho Universitário permitiria que elas se arregimentassem administrativa e financeiramente à União. Ainda que a distribuição dos recursos fosse desigual, era sem dúvida um avanço para as outras faculdades não tão prestigiadas quanto às Grandes Escolas, uma vez que o regime fiscal passará a se concentrar na reitoria.

De início, as faculdades que fariam parte da UR seriam: a Faculdade de Direito, a Escola de Engenharia de Pernambuco, a Escola de Medicina do Recife (e as escolas anexas a esta, como Farmácia e Odontologia), e a Escola de Belas Artes de Pernambuco. Posteriormente a

¹¹¹ PERRUCCI, Gadiel. 1986, *Op, Cit.*, p. 508-509.

¹¹² Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diario de Pernambuco*, 21 de abril de 1946, p.4

¹¹³ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diario de Pernambuco*, 23 de abril de 1946, p.3

sua criação, seriam incluídas as Faculdades de Ciências Econômicas e Filosofia, bem como institutos de pesquisa.

O ano da criação da universidade fora visto como “o ano das universidades brasileiras”¹¹⁴. Em torno de ministros, deputados, jornalistas, professores e altos funcionários, Joaquim Amazonas, “o ‘timoneiro’ que levava a universidade a um destino”¹¹⁵, proclamava que “aquele que, semeando escolas e universidade, agradecerá ao Brasil”¹¹⁶. Para o futuro reitor, o que estava se processando com o estabelecimento da Universidade do Recife era a realização do sonho de Maurício de Nassau que, no século XVII, projetava modernizar culturalmente as terras coloniais. E este sonho seria concretizado com uma universidade para o Recife (visto pelo reitor não como uma cidade, mas como uma Civilização), “tão necessária ao desenvolvimento do ensino naquele Nordeste”¹¹⁷.

Um dos maiores méritos da Universidade do Recife seria de agrupar em uma única instituição aquelas faculdades que se encontravam esparsas pela cidade. Em entrevista, a neta de Joaquim Amazonas, a professora de Filosofia da Educação, Maria Antonia Amazonas Mac Dowell, considera que o feito mais original de seu avô, na qualidade de reitor, foi reunir essas Unidades de Ensino em uma universidade. “Aqui, no Brasil, isso era uma ideia nova e em muitos setores mal aceita”¹¹⁸. Nas palavras do próprio reitor, esta junção

forjou o elo que as levará a um só pensamento, a um impulso só, a Universidade que quer dizer União, solidariedade, uma comunhão magnífica de desígnios, de trabalhos em benefício do ensino e da cultura, o que vale dizer em benefício da pátria¹¹⁹.

No entanto, essa percepção exagerada da Maria Mac Dowell do pioneirismo de seu avô deve ser relativizada. Que Joaquim Amazonas estava se esforçando para formalizar uma universidade, disso não há dúvida. Mas o futuro reitor estava colocando em prática apenas uma exigência imposta pelo decreto-lei 8.457, de 1945, em que determinava que as escolas e faculdades deveriam ser aglutinadas para obterem o reconhecimento de universidade¹²⁰.

Natural de Pernambuco, Joaquim Amazonas teve uma carreira educacional típica das elites locais do estado, passando pelos melhores colégios, tendo destaque como um dos

¹¹⁴ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diario de Pernambuco*, 21 de junho de 1946, p.3

¹¹⁵ SANTOS, Evson Malaquias de Moraes; SILVA, Talita Maria Soares da. *O reitorado de Joaquim Amazonas através das atas do Conselho Universitário – 1946-1959*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.

¹¹⁶ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. 1946, *Op, Cit.*, p. 3

¹¹⁷ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diario de Pernambuco*, 22 de junho de 1946, p.3

¹¹⁸ MAC DOWELL, Maria Antonia Amazonas. Entrevista. In: SANTOS, Evson Malaquias de Moraes (Org.). *UFPE – Instituição, política seus bastidores*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.

¹¹⁹ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. 1946, *Op, Cit.*, p. 3

¹²⁰ Sobre o decreto 8. 457 ler CUNHA, Luiz Antônio. 2007, *Op, Cit.*, p. 80

melhores alunos nos tempos de escola e logo ingressando no curso de direito com apenas 17 anos, em que também se notabilizou como laureado da turma. Aos 29 anos, em 1909, tornou-se professor catedrático da Faculdade de direito, ocupando a cadeira de Direito Comercial Marítimo da Faculdade. Dez anos depois passou a integrar o corpo de representantes da Congregação da mesma faculdade e em 1943 ocupou o cargo de diretor da FDR onde permaneceu até sua escolha para reitor em 1946¹²¹.

Seu reitorado foi o mais longo de toda a história da universidade, tendo se estendido por longos 12 anos (1946-1959). Além da criação da universidade, Joaquim Amazonas foi responsável pela criação de novos cursos, a instalação de um restaurante universitário para os estudantes de Direito, a construção de novas salas de aula para a Faculdade de Medicina, novos laboratórios pra o instituto de Química, criação de institutos especializados destinados à realização de pesquisas científicas – Antibióticos (1952), Micologia (1954) e Fisiologia e Nutrição (1957) e a federalização de todas as faculdades e escolas¹²². Outro fato importante de sua biografia como reitor foi seu pioneirismo em projetar a transferência da cidade universitária para o Engenho do Meio, transferência esta que só foi realizada ao longo dos anos sessenta e setenta, sob a égide dos governos militares. Mas já em 1949, o reitor já se prontificava em convidar jornalistas para anunciar seu interesse no deslocamento dos edifícios das faculdades e escolas para a região da Várzea e também suas intenções em construir um hospital universitário.

Um ponto que achamos oportuno destacar, e que nos servirá para analisar o reitorado de Murilo Humberto de Barros Guimarães, é o posicionamento neutro que muitos conferiam a Joaquim Amazonas. “Ele é considerado por alguns como apolítico: tinha uma missão aqui em Pernambuco e era ‘desprovido de pretensões políticas’ e, evidentemente um ser neutro”¹²³. Muitas dessas afirmações encontravam justificativas diante da recusa de Joaquim Amazonas a cargos políticos, como ocorrera em 1902 quando o presente governador do estado, Estácio de Albuquerque Coimbra, pretendia indicá-lo ao cargo de deputado federal. Essa rejeição a cargos políticos é uma verdade parcial, haja vista que o Joaquim Amazonas ocupou cargos políticos em sua trajetória. Como lembra Santos e Silva (2009), seguido de Veras (2010), o professor de Direito Comercial entre os anos de 1927 a 1930 foi deputado estadual e em 1930 exerceu a

¹²¹ Dados biográficos fornecidos pela Universidade Federal de Pernambuco. Consultar site: https://www.ufpe.br/arquivoccj/curiosidades/-/asset_publisher/x1R6vFfGRYss/content/dr-joaquim-ignacio-de-almeida-amazonas-eleito-o-primeiro-reitor-da-universidade-do-recife/590249.

¹²² Todos esses pontos foram identificados no Jornal Diário de Pernambuco entre os anos de 1946-1959.

¹²³ SANTOS, Evson Malaquias de Moraes; SILVA, Talita Maria Soares da. 2009, *Op, Cit.*, p. 22

função de membro da Comissão de Economia e Finanças do Estado e, no mesmo ano, presidente do Conselho Administrativo do Estado.

Ainda que essas observações sejam destacadas pelos pesquisadores citados, o que mais nos interessa por ora é evidenciar os traços anticomunistas do reitor naquele período, o que até então não fora destacado em pesquisas anteriores. Como veremos mais a frente essas posturas também serão assumidas pelo reitor Murilo Guimarães. Como a qualidade de “apolítico” se faz presente em ambos os reitores na opinião pública, consideramos que seja importante fornecer algumas documentações que indicam que o discurso contra movimentos sociais era um requisito comum na história da Universidade do Recife.

Um ano após a instalação da universidade e também da redemocratização após o fim do Estado Novo, o reitor é convidado pelo Diário de Pernambuco para tecer algumas declarações sobre o primeiro ano da retomada da democracia brasileira. O intuito do convite era reunir políticos, magistrados e homens de letras a se posicionarem com relação aos ensinamentos que a retomada da democracia deu ao estado de Pernambuco, após as últimas eleições no país. O primeiro a depor fora Joaquim Amazonas que em suas primeiras linhas de fala afirma que uma das maneiras de fortalecer um regime democrático é “salvar o mundo de ser atraído, e absorvido, pelo bolchevismo russo”. No imaginário anticomunista, a ameaça da URSS figurava como uma ameaça real e premente e neutralizá-la era uma missão a ser feita com urgência. “Durante sete décadas, aproximadamente de 1920 a 1990, a URSS ocupou lugar central no imaginário anticomunista, desempenhando o papel de foco propagador da ‘ameaça revolucionária’”¹²⁴.

Na ocasião, o grande temor do reitor era que o PCB avançasse sua influência sobre a Assembleia Legislativa de Pernambuco e obtivesse penetração entre os trabalhadores analfabetos¹²⁵. O reitor não mede esforços em chamar a atenção da desorganização e displicência dos partidos democráticos em chegar no horário das reuniões da Assembleia e na falta de comprometimento para com as futuras eleições estaduais. No centro das preocupações, como ressaltado, estaria a possível adesão dos pobres “as ideias mirabolantes do bolchevismo

¹²⁴ MOTTA, Rodrigo Patto. 2000. *Op. Cit.*, p. 80-81.

¹²⁵ Não podemos esquecer que o PCB, durante os anos de 1940 e antes de sua ilegalidade, estava se tornando um partido de força eleitoral nacional, principalmente no sul do país. Em janeiro de 1947, o partido conquistou a terceira posição em termos eleitorais, ultrapassando inclusive a influente União Democrática Nacional (UDN), expressão partidária dos setores conservadores e anticomunistas do país. O clima de tensão e medo, impulsionadas também pelo ambiente político gerado pela Guerra Fria, possibilitou que vários sindicatos e organizações dos trabalhadores fossem colocadas na ilegalidade por supostas ações vinculadas ao PCB. Para uma breve exposição do tema, ver: DREIFUSS, René. 1981, *Op. Cit.*, p. 29-30.

longínquo, aqui desenvolvidas e apresentadas com as cores do arco-íris e da esperança por dias melhores”. Por fim, lançava um apelo para que “as forças democráticas se unam”, combatam a premente ameaça comunista e assim impeçam a “russificação do Brasil”¹²⁶.

Um acontecimento da história do país que ficou marcado como referência de forte polarização política fora o levante comunista de novembro de 1935, conhecido pejorativamente por “Intentona Comunista”. A ação insurrecional, grosso modo, fora motivada pela organização de esquerda Aliança Nacional Libertadora (ANL), sob liderança de Luiz Carlos Prestes, e que lutava contra o governo varguista e os integralistas. As revoltas ganharam força no Rio de Janeiro, Natal e Recife e não tardaram em serem duramente reprimidas pelo Governo Federal. A derrota do movimento traduziu-se, no imaginário conservador, como um símbolo vitorioso da pátria contra o mal, a saber, o comunismo.

Símbolo este que motivava celebrações anuais na imprensa brasileira como forma de homenagear as vítimas que lutaram contra a chamada agitação subversiva dos comunistas. Uma dessas homenagens contou, inclusive, com a presença do reitor Joaquim Amazonas. A 27 de novembro de 1949, em torno do Palácio do Governo de Pernambuco, representantes do Comando da 7^o Região Militar e de políticos reuniam-se para comemorar a resistência militar ao levante. Evento de “alto caráter cívico”, o reitor foi convidado para encerrar a cerimônia e ainda assegurou que a Secretaria de Educação e Cultura promovesse nos diversos níveis de ensino “comemorações constantes de prelações escolares incitando a infância e a juventude à compreensão dos princípios democráticos e instituições republicanas”¹²⁷.

Como indicado, o reitorado de Joaquim Amazonas se estendeu até 1959 (devido seu falecimento), sendo substituído pelo professor de medicina e vice-reitor, João Alfredo Gonçalves da Costa, que por sua vez foi interrompido como reitor em 1964, pelo golpe de Estado. Em seu mandato, as ideias de alinhar a universidade com projetos econômicos e pautar a educação superior na investigação científica vão ganhar corpo sólido. Os anos que percorrem pelo seu reitorado são fortemente marcados por disputas políticas em todo o país. A UR, nesse período, experimenta um clima de ebulição político-ideológico progressista que reúne decentes e discentes que passam a contestar a organização da instituição e descredenciam sua hierarquia

¹²⁶ Todas as falas de Joaquim Amazonas foram retiradas de Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diário de Pernambuco*, 29 de janeiro de 1947, p. 10

¹²⁷ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diário de Pernambuco*, 27 de novembro de 1949, p. 3

conservadora. Apesar desses grupos serem minoritários, as modificações na universidade serão visíveis, como veremos adiante.

João Alfredo, antes de sua nomeação para reitor da UR, já figurava como importante professor na administração da instituição. Em fevereiro de 1948, o catedrático de medicina ocupou a função de vice-diretor da Escola de Belas Artes (Eba). Sua proveitosa trajetória lhe rendeu, após dois meses, a nomeação a diretor da mesma escola, sendo notabilizado por manter “um corpo docente invejável que reunia artistas, técnicos e professores de grande competência e distinção”¹²⁸. No decurso de sua gestão como diretor, são evidenciadas também uma ampliação e diversificação dos cursos e matérias oferecidos. A título de exemplo, podemos destacar cursos de extensão como o de “Sociologia da Arte” levado a cabo por Gilberto Freyre e a inauguração dos cursos de Música e Artes Dramáticas¹²⁹. Por indicação do diretor da Escola de Engenharia, Manuel Antônio de Moraes Rêgo João Alfredo também tem passagem pelo Conselho de Curadores, assumindo uma das cadeiras mais importantes na administração da universidade.

João Alfredo inseria-se na natureza institucional da UR, ocupando cargos que lhe asseguravam o direito de pertencer aos recintos deliberativos da Universidade, seja enquanto gestor da Escola de Belas Artes, seja enquanto membro dos Conselhos ou, ainda, como vice-reitor e reitor da respectiva instituição¹³⁰

Em oito de junho de 1959, a comunidade universitária fica informada que o professor Joaquim Amazonas acabava de falecer, acometido por um ataque cardíaco. O vice-reitor, João Alfredo, de imediato, ordena que todos os estabelecimento da universidade deveriam suspender suas atividades durante três dias, em memória ao “idealizador incomparável” da UR. Comunicava também aos professores que comparecessem à faculdade de direito para o velório, vestidos adequadamente. Ainda que sob forte chuva, estavam presentes no dia familiares, administradores do Estado, embaixadores, políticos, intelectuais e funcionários da universidade. “Era um homem que varava o espaço dos aviões desdobrando-se em atividades no Recife e no Rio, sem descanso e esmorecimento, em benefício de obras de tão grande vulto que honram as gerações presentes e futuras de nosso Estado”¹³¹. De passagem, jornalistas indagam ao vice-reitor como a universidade irá continuar com suas atividades após aquele dia fatídico. Em resposta, João Alfredo se porta de maneira incerta quanto o futuro da UR e complementa sucintamente: “a capacidade de planejamento e realização do magnífico reitor

¹²⁸ VERAS, Dimas Brasileiro, 2010, *Op, Cit.*, p. 81.

¹²⁹ VERAS, Dimas Brasileiro, 2010, *Op, Cit.*, p.81.

¹³⁰ SILVA JUNIOR, Edelson de Albuquerque. *Op, Cit.*, p.137.

¹³¹ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diario de Pernambuco*, 10 de junho de 1959, p. 14-18.

difícilmente poderá encontrar substituto com possibilidades de reunir tudo quanto se exige, do ponto de vista espiritual e objetivo à continuidade das realizações da Universidade do Recife”¹³².

Por falta de consenso sobre a sucessão ao cargo de reitor, o Conselho Universitário definiu que, em 20 de junho de 1959, se formasse uma lista tríplice para escolha do presidente da UR. O posto fora disputado pelo professor Antônio Figueira (Medicina), Soriano Neto (Direito) e João Alfredo, que, após as eleições na Assembleia, seria encaminhado ao presidente da República para nomeação oficial. No processo, João Alfredo se saiu vitorioso e prometeu orientar o ensino para uma fase prática que ultrapassasse o período que julgava meramente teórico. No primeiro de julho do corrente ano, o reitor tomou posse ao lado de personalidades ilustres da elite pernambucana, como deputados federais, dirigentes do Ministério da Educação e acadêmicos da UR. Sua posse fora recebida com forte tom de homenagem pelo então ministro interino da Educação, Pedro Calmon, que não esqueceu de lembrar aos ouvintes da “obra deixada por Joaquim Amazonas” e acentuou que a tarefa do novo reitor era carregar a nau de um grande timoneiro para um porto seguro. Agradecendo às palavras ternas do ministro, João Alfredo reitera as palavras de tributo ao falecido Joaquim Amazonas e anuncia que pretende guiar a universidade para novos caminhos, rumo a uma modernização do ensino superior em Pernambuco.

Avulta a necessidade de atender às exigências crescentes de um ensino que precisa sair de um período teórico ainda vigente em muitos pontos para o da vivência técnica, da pesquisa e da experiência criadoras, como reclama o país, agora quando grandes coisas começam a ser feitas e hão de nos libertar de um atraso demasiadamente prolongado [...]. Sendo a universidade a fonte em que os povos vão buscar elementos que lhes garantem enriquecimento, pela aplicação ordenada de conhecimentos científicos e pela criação de novas técnicas, impõe-se, na impressionante evolução dos nossos dias, determinante de novas e múltiplas oportunidades às vocações que se inclinam para a pesquisa, ampará-las no oferecimento de condições apropriadas pela existência de recursos materiais abundantes e pela presença de técnicos, a quem se deve a tranquilidade indispensável ao trabalho intelectual e que bem se expressa da dedicação exclusiva que gostarei de desenvolver¹³³.

O discurso do reitor estava alicerçado nas mudanças destacadas no primeiro capítulo, sobre a qual vários grupos – especialmente ligados às classes médias emergentes – pensavam na possibilidade de mudanças organizacionais e pedagógicas das universidades, através de reformas. Nesse particular, deve-se indicar, que o modelo humanista tradicional – fortemente baseado em uma perspectiva desinteressada do conhecimento – estava ultrapassado para setores docentes e discentes. O ensino necessitava de uma correspondência com a pesquisa, visando

¹³² Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diário de Pernambuco*, 10 de junho de 1959, p. 14-18.

¹³³ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diário de Pernambuco*, 1 de julho de 1959, p. 1.

compreender os problemas nacionais¹³⁴. Um ponto que chama atenção também em sua fala é o interesse em relação ao tempo integral para uma reestruturação da carreira docente. De fato, a dedicação exclusiva só irá se estabelecer em âmbito nacional em dezembro de 1965, através da Lei n.4.881-A, no entanto João Alfredo já alertava para esta necessidade, tendo em vista o aperfeiçoamento das atividades de pesquisa na UR. Provavelmente o reitor tinha conhecimento desse modelo de regime de trabalho em outras instituições de ensino como era o caso do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e na Universidade de São Paulo (USP) que já tinham implantado o tempo integral para os docentes antes da ditadura e que inclusive serviram de modelo para a reforma universitária. “A implantação do regime de tempo integral estava no cerne das propostas de modernização, pois daria aos professores condições efetivas de pesquisa, com redução da carga didática”¹³⁵

Sua gestão como reitor encoraja muitas interpretações divergentes. Por certo, dois pesquisadores merecem destaque aqui: Regina Vera Canuto e Gadiel Perruci. Para este, o reitorado em questão não procurou romper completamente com a tradição oligárquica que animava a atmosfera política, administrativa e pedagógica da UR. Com efeito, Perruci qualifica a gestão de João Alfredo como um “interregno populista” e que foi marcado por um discurso mítico da modernização. O termo populista, na verdade, foi uma resposta – acompanhada de um esmero de ironia – dirigida a alguns ciclos intelectuais, “ainda jovem e mal equipada cientificamente”¹³⁶ que à época se dirigiam ao reitorado de João Alfredo como uma gestão que superou os elementos conservadores da universidade, numa tentativa clara de interiorizar o discurso da “modernização”, tão vigente nos discursos acadêmicos no período em âmbito nacional.

Já na leitura da socióloga Regina Vera Canuto a gestão de João Alfredo como dirigente máximo da UR rompe com os setores oligárquicos da universidade, no sentido de reestruturar a organização desta instituição. Dentre as mudanças em curso podemos destacar a diminuição paulatina do poder dos catedráticos nas esferas de decisão e controle; participação dos estudantes nos órgãos deliberativos; incentivo à adaptação e cooperação entre ensino e pesquisa; centralização administrativa entre as unidades de ensino; e maior alocação de recursos financeiros. Ainda com Vera Canuto, a universidade testemunhava os “tempos novos” da educação no Brasil “onde o progresso é a meta a ser alcançada através da ciência e da técnica,

¹³⁴ VERAS, Dimas Brasileiro, 2010, *Op, Cit.*, p.52.

¹³⁵ MOTTA, Rodrigo Patto. 2000. *Op, Cit.*, pp. 244-245

¹³⁶ PERRUCCI, Gadiel. 1986, *Op, Cit.*, p.513.

consciente da especificidade do Nordeste no cenário nacional, e da nação frente aos países desenvolvidos do capitalismo”¹³⁷.

Este “tempo novo” estava circunscrito também no ideal nacional-desenvolvimentista ao qual muitos intelectuais críticos da realidade brasileira e cientes da desigualdade regional defendiam. Tais ideias, não é demais salientar, foram importantes para a criação da Sudene, para a qual tinha como uma de suas aspirações a industrialização da região do Nordeste, condição vital para sua emancipação social. Neste sentido, a reestruturação da universidade se fazia necessário buscando integrar a universidade a um projeto de desenvolvimento regional. Na bibliografia consultada, essa questão é defendida por outros pesquisadores. Apesar de Dimas Veras (2010) não fazer referência à professora Vera Cauto em sua dissertação de mestrado é nítido que sua interpretação sobre o posicionamento político-pedagógico de João Alfredo vai ao encontro das ideias defendidas pela socióloga. Para ele, o reitor “se apropria de um determinado léxico da ideologia nacional-desenvolvimentista”¹³⁸ em que incorpora uma visão empreendedora e técnica de universidade.

Uma dessas expressões de unir os interesses do desenvolvimento regional com as novas exigências por pesquisa na UR ficou marcada pelos acordos do Departamento de Assistência às Cooperativas (DAC) com a Sudene. O acordo conhecido por DAC-Sudene ganhou repercussão no início de 1964. Tendo à frente o diretor Walter Costa Porto, o DAC planejou, juntamente com a Sudene, instalar em Pernambuco cooperativas de consumo nas fábricas e desenvolver um movimento cooperativista com a universidade. Sob prolongadas reuniões na UR, o reitor João Alfredo e o diretor da Faculdade de Direito, o professor Murilo Humberto de Barros Guimarães, chegaram a um acordo com Walter Porto aspirando um projeto de “ação conjunta com o DAC na difusão da doutrina cooperativista no Estado”. Dentre os acordos com a universidade, estavam previstos: transferência da Cooperativa Cultural de Material Escolar Ltda. para as instalações do Serviço de Extensão Cultural (SEC) – propriedade da universidade –, localizada na Gervásio Pires; formação e contribuição de pesquisadores do Centro de Pesquisas em Direito Econômico, da Faculdade de Direito; e difundir as ideias do “movimento cooperativista” através da Imprensa Universitária, Rádio Universitária, Boletins do SEC e revista universitária. Todas essas iniciativas tinham em mira o aperfeiçoamento técnico da universidade e levá-la à doutrina cooperativista¹³⁹.

¹³⁷ CANUTO, Vera Regina, 1987. *Op. Cit.*, pp. 12-13.

¹³⁸ VERAS, Dimas Brasileiro, 2010, *Op. Cit.*, p.84.

¹³⁹ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diário de Pernambuco*, 21 de maio de 1964, p. 18.

Outras iniciativas de atrelar a indústria e a universidade também marcaram a história UR. Em agosto de 1960 o catedrático de Economia das Indústrias, da Escola de Química da UR, o professor Alberto Cavalcanti de Figueiredo, salientava para a necessidade de pesquisas para melhoria da produtividade das indústrias de Pernambuco e sinalizava que estava interessado em criar órgãos para coordenar estudos a esse respeito. A proposta recebeu aprovação e reconhecimento não apenas do reitor João Alfredo, mas também do governador Cid Feijó Sampaio, que conciliava suas atividades políticas com as atividades industriais e usineiras no estado de Pernambuco¹⁴⁰.

Antes de prosseguirmos convirá pontuar que esta união entre a indústria, pesquisa e universidade é de importância ímpar para compreendermos o período pré-64, visto que o regime militar, através de sua propaganda política, utilizará da ideologia do desenvolvimento industrial para afirmarem seu suposto pioneirismo na modernização das universidades, onde encontrará sua maior expressão na Reforma Universitária. Antes mesmo da ditadura, a defesa de um país capaz de desenvolver sua produtividade industrial era acompanhado da ideia de que o aumento dos níveis educacionais era prioritário se se desejava alcançar os níveis de desenvolvimento dos países centrais do capitalismo¹⁴¹.

A Universidade do Recife, sob a direção de João Alfredo, testemunhou um dos acontecimentos políticos mais marcantes do início dos anos 60 e que pôs o movimento estudantil pernambucano em evidência para o país. Se maio de 1968 ficou conhecido como o ano em que as hierarquias e a disciplina rígida do Estado foram contestadas e colocadas sob suspeita, para a escritora Ana Maria César, junho de 1961 em Recife antecipou muitas das pautas que os estudantes, anos depois, iriam se debruçar. Não foi qualquer greve, abaliza a autora, foi uma greve que atraiu o Exército e o Governo Federal, tornando a cidade em uma verdadeira praça de guerra. A greve que se instala naquele ano reunia estudantes que estavam interessados em mudanças concretas na paisagem da universidade e denunciavam o regime carcomido que guiava a instituição, a saber, o regime de cátedras. “O atual regime universitário é anacrônico, está fundado sobre uma espécie de direito divino, o direito divino do professorado universitário que se credencia a si mesmo, nele morre”¹⁴².

¹⁴⁰Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diário de Pernambuco*, 14 de agosto de 1960, pp. 5-10.

¹⁴¹ CUNHA, Luiz Antônio. *Diretrizes para o estudo histórico do ensino superior no Brasil*. Fórum educ., Rio de Janeiro, 5 (2): 3-28, abr.jun. 1981. p. 23.

¹⁴² CÉSAR, Ana Maria. *A faculdade sitiada*. Recife: CEPE, 2009. p. 93.

Naquele junho de 1961 a faculdade mais tradicional da universidade, de Direito, fora ocupada por seus estudantes e transformou a vida da universidade por um mês. A crise tinha sido motivada por ocorrência de uma palestra, patrocinada pelos estudantes de Direito, que iria ocorrer em frente ao prédio da FDR, na Praça Adolfo Cirne. O evento estava para acontecer na noite do dia 31 de maio e contava com a ilustre presença da mãe do revolucionário cubano Ernesto Che Guevara, a militante política Celia de la Serna. No entanto, o evento não era reconhecido pelo diretor da escola, o professor José Soriano de Souza Neto, que alegava ilegalidade dos alunos, por efeito de não ter sido notificado e tinha “o desejo de punir os responsáveis”. Tal decisão não agradou os estudantes, que interpretaram as colocações do jurista como “a gota d’água que fez esborrar o copo cheio”¹⁴³.

Soriano Neto relutou para que o Conselho Universitário tomasse iniciativas emergentes frente à rebeldia estudantil. Uma das alternativas oferecidas ao Conselho seria tomar medidas punitivas aos envolvidos, o que fora negado por unanimidade entre os pares. Como segunda proposta, o professor reclamou que uma comissão de inquérito fosse elaborada para apurar os supostos crimes cometidos contra a FDR pelos estudantes. Esta última proposta fora recebida de forma muito negativa pelos mais de 400 estudantes. Em resposta, exigiam a renúncia do diretor e declaravam que só iriam desocupar as residências do prédio da faculdade caso Soriano Neto fosse substituído por Abgar Soriano de Oliveira, professor de Direito Civil¹⁴⁴.

De mãos atadas e sem apoio da universidade, Soriano Neto recorreu ao Ministério de Educação e ao Presidente da República. Após uma semana de negociações frustradas, o Governo Federal, seguido do Exército da IV Região, resolveu iniciar os primeiros ataques aos estudantes ocupados. O ministro da Educação, Brígido Fernandes Tinoco, enviou às pressas um documento informando de maneira preocupada aos estudantes sobre a necessidade de desocupação da faculdade. No texto, Brígido Tinoco expressava que se os estudantes se desmobilizassem não iria puni-los sob nenhuma hipótese. Caso a administração do prédio fosse restabelecida, prometeu o ministro, nenhum aluno perderia suas matrículas devido às faltas, muito menos atenderá às solicitações de sindicância. Do contrário, daria ampla permissão para que os militares pudessem invadir o prédio para que assim a autoridade e as leis vigentes do país fossem zeladas¹⁴⁵.

¹⁴³ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diário de Pernambuco*, 3 de junho de 1961, p. 5.

¹⁴⁴ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diário de Pernambuco*, 3 de junho de 1961, p. 5.

¹⁴⁵ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diário de Pernambuco*, 8 de junho de 1961, p. 1.

A primeira alternativa não logrou. Por ordens do general Oswaldo Araújo Mota, os militares – que contaram inclusive com reforços do Rio de Janeiro – deveriam permanecer em frente da FDR até que a “Campanha de Manutenção” fosse realizada com sucesso. Essa atitude dos militares fora justificada pelo Ministro Brígido Tinoco como a única alternativa viável, em face da não colaboração dos estudantes. “Os estudantes romperam o compromisso [...], o que me obrigou a solicitar a intervenção militar”¹⁴⁶, exclamava o ministro. As cenas do que se sucederam se traduziram em tanques, fuzis e soldados mirando as escadarias da faculdade, onde se localizavam os grevistas. A “invasão vermelha”, como divulgava a imprensa, deveria ser neutralizada. A greve, em alguma medida era considerada legítima, porém havia “elementos estranhos, que estavam a exaltar os ânimos, a agitar e a confundir”¹⁴⁷.

A greve estudantil [...] tem sofrido a consequência da atuação de elementos reconhecidamente agitadores, que deturparam o movimento e conturbam a vida da cidade [...]. Tais elementos, usando sua habitual técnica, lançaram moças e crianças em atitudes provocadoras à tropa encarregada da manutenção da ordem. As forças armadas no Recife [...], demonstrando alto grau de serenidade [...] não vem respondendo às provocações que lhe são dirigidas. O Comando do IV exército, cômico de suas responsabilidades, e convencido de que as pessoas de bem distinguem com quem está a razão, continuará firme no cumprimento de sua missão, certo de contar com a esclarecida e patriótica compreensão do povo e da família pernambucana¹⁴⁸.



¹⁴⁶ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diário de Pernambuco*, 8 de junho de 1961, p. 1.

¹⁴⁷ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diário de Pernambuco*, 11 de junho de 1961, p. 4.

¹⁴⁸ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diário de Pernambuco*, 11 de junho de 1961, pp. 3-12.



Figura 1 e 2 – Primeiras imagens registradas do primeiro dia de intervenção das tropas militares à Faculdade de Direito do Recife.

Fonte: *Diário de Pernambuco*, 8 de junho de 1961.

Em nossa pesquisa não constatamos sequer uma manifestação da imprensa pernambucana solidária à greve ou que ao menos que criticasse as ações das Forças Armadas e do Governo. Mas como a greve repercutiu em vários outros veículos da imprensa nacional, alguns jornais não tardaram em contestar a força da repressão que se acometeu sobre os estudantes. Com posições próximas à esquerda, o jornal carioca *O Seminário*, no dia 5 de junho, oferecia aos seus leitores a intervenção dos militares aos grevistas como um reflexo da política de Jânio Quadros, que se demonstrava cada vez mais próxima da política norte-americana de tentar controlar toda e qualquer ação que aparentasse se ajustar à Cuba revolucionária.

Uma brutal mobilização policial-militar, uma afronta ostensiva à autonomia estadual, só porque os estudantes da Faculdade de Direito do Recife resolverem pleitear a demissão de seu diretor. Nada mais. E o sr. Jânio Quadros, a quem pouco importa o fato de ser idôneo ou não o professor Soriano Neto (Diretor da FDR), aproveitou a chance para promover um ensaio geral de terrorismo e intimidação, que servirá de teste para suas almeçadas investidas ditatoriais¹⁴⁹

Durante toda a greve, João Alfredo estava de mãos atadas. A greve causou um imenso desgaste para os grevistas, mas também para a comunidade universitária. Com posicionamentos neutros, apenas desejava o bom senso e que a situação pudesse ser resolvida de maneira conciliatória. Tentou buscar explicações do general Oswaldo Araújo e, ao lado do prefeito Miguel Arraes, viajou à Brasília numa tentativa de encontrar uma saída amistosa para a greve junto ao ministro da Educação. Tendo como papel de administrar a UR, o grande desejo do

¹⁴⁹ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *O Seminário*, 5 de junho de 1961, p. 7.

reitor era que a relações entre “mestres e alunos” se restaurasse para o bem da instituição, haja vista que era necessário que a normalidade acadêmica voltasse a repousar a vida universitária. O mesmo não esqueceu de homenagear as atitudes dos militares que por seu caráter “elevado e patriótico” restaurou o clima regular da faculdade e concluía dizendo que se sentia particularmente muito aliviado que a ordem fora estabelecida. Expressava João Alfredo:

Esta perspectiva de paz repercute em particular na minha sensibilidade de reitor, diminuindo as minhas apreensões e fortalecendo a minha confiança de que toda a anomia será sanada em tempo oportuno e capaz de não prejudicar os estudos desse pugilo de jovens que faz a grandeza da Universidade do Recife¹⁵⁰.

Com o fim da greve, uma coisa deveria ficar esclarecida: a sociedade não deveria nutrir nenhum ranço das Forças Armadas e precisava amadurecer o respeito para com tal instituição. Para os setores que divergiam das posições dos grevistas, as autoridades militares estavam apenas cumprindo seu dever preventivo frente à desordem dos estudantes. Quando questionados sobre a abusiva intromissão do Exército à autonomia estadual, esses mesmos setores respondiam que os militares apenas estavam respeitando os artigos 176 e 177 da Constituição Federal, que garantia às Forças Armadas o dever de certificar a ordem interna da Pátria, mesmo sem permissão prévia dos estados¹⁵¹. No bojo desse discurso, estava jacente o caráter moderador presente no imaginário das instituições militares brasileiras, sobre a qual advogam que era dever das casernas pacificar a insubordinação civil, por insuficiência de suas próprias instituições¹⁵².

Esta atmosfera de conciliação não inspirava apenas as palavras e condutas do reitor João Alfredo. No livro de memórias da FDR, escrita pelo professor Nilo de Oliveira Pereira, está registrado inúmeros ensaios da vida escolar da faculdade. Seu texto, não contém apenas descrições formais da escola; há na verdade uma homenagem àqueles que passaram pela instituição entre os anos de 1920 até meados de 1977. Ao fio das palavras de Nilo Pereira, o ensaísta rememora que o ano de 1961 foi um ano difícil para todos que se ligavam ao ensino do Direto.

¹⁵⁰ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diário de Pernambuco*, 16 de junho de 1961, p. 3.

¹⁵¹ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diário de Pernambuco*, 29 de junho de 1961, p. 4.

¹⁵² Deve-se atentar para o fato que tal discurso não se limita às experiências vigentes do século XX, tampouco diz respeito apenas ao caso brasileiro. Para muitos historiadores, com a emergência da classe operária nos fim do século XIX na América Latina o papel das Forças Armadas fora direcionada para uma posição de árbitra dos conflitos internos, promovidos pelas inúmeras greves trabalhistas. Já nos anos 20 e 30 do século passado o que marca a posição moderadora das instituições militares é sua forte ligação em manter o poder do fenômeno populista, que se traduzira em líderes carismáticos com forte apelo patriótico. Já nos anos 40 em diante, o Exército latino americano assume a responsabilidade de conter o inimigo comunista, em detrimento da polarização gerada pela Guerra Fria. “O adversário [...] se transforma num ‘monstro’ tentacular e informe: o Movimento Comunista Internacional”. ROSSI, Clóvis. *Militarismo na América Latina*. 4. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990. p. 26.

A rememoração desses fatos não se faz para reabrir feridas nem polêmicas, e sim para que ao relato histórico, por ventura completo, não faltem os pormenores, ainda que pouco realçados pelo poder que tem o tempo de ir esmaecendo as tintas fortes em proveito, naturalmente, de mais tranquilidade na visão objetiva das coisas e dos homens¹⁵³.

Para o ensaísta e professor, o que a Faculdade de Direito presenciou no ano de 1961 foi um conflito que agitava a vida escolar desde sua criação. Toda a greve é subtraída pelo professor por uma mera questão de convivência entre professores e alunos, que por vezes se encontrava amargurada pela relação rotineira do convívio escolar. Em certa altura do texto declara o biógrafo da FDR que a greve desgastou as inquietações de interesses dos alunos para com os representantes da docência, mas adverte que a greve estimulou uma lição democrática. Para ele não houve culpados nem lesados. “Os mestres nem sempre compreendidos no momento em que definem posições ou problemas; os estudantes, por sua vez, agindo com um idealismo que é sempre sincero, mesmo quando apaixonados na sua maneira de serem estudantes”¹⁵⁴.

Falar da reitoria de João Alfredo sem falar do Serviço de Extensão Cultural é quase impossível, além de ser fundamental para compreendermos o golpe civil-militar na universidade, dada sua dimensão política. Conhecido por SEC, o serviço foi criado em 1962 e tinha como objetivo compreender os problemas regionais e dotar de sentido o progresso social. Era central em suas prioridades “fomentar a educação e a cultura popular e promover políticas de extensão universitária”¹⁵⁵. Para o reitor, a Universidade do Recife – para que pudesse se tornar moderna – tinha o dever para com o desenvolvimento econômico e social da região Nordeste e a universalização da cultura era vista como basilar para uma integração entre sociedade e universidade. As atribuições de uma universidade, na visão do reitor, não poderiam ficar limitadas em suas escolas e em seus espaços rotineiros. Era preciso mais. Nas palavras de João Alfredo o SEC:

Destina-se a prolongar a ação educativa da Universidade, isto é, de promover a difusão da cultura a fazer com que a comunidade melhor sinta a presença de sua universidade, a colaborar na educação, em setores extra universitários, através de cursos, palestras, publicações¹⁵⁶.

À frente do projeto, como seu diretor, estava o educador e pensador Paulo Reglus Neves Freire que se integrou ao SEC pela sua notável defesa de alfabetização de adultos. A efervescência política dos anos 1960, que incorporava a vida política e cultura no Brasil,

¹⁵³ PEREIRA, Nilo. *A faculdade de direito do Recife (1927-1977): ensaio biográfico*. Recife: Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, 1977. p. 489.

¹⁵⁴ PEREIRA, Nilo. 1977, *Op, Cit.*, p. 492.

¹⁵⁵ VERAS, Dimas Brasileiro, 2010, *Op, Cit.*, p. 93.

¹⁵⁶ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diario de Pernambuco*, 29 de maio de 1962, p. 3.

começa a desestruturar o arranjo tradicional que marcava o perfil da UR até então. O SEC, nesse sentido, buscava tornar a universidade e a cidade do Recife cada vez mais próximos, em uma nova dinâmica educacional que estimulasse a população do estado ao espírito científico, mobilizando seus saberes culturais com a produção acadêmica. Apesar de sofrer resistências de diversos catedráticos, o esforço na criação desse novo departamento agradava a vários setores – heterogêneos politicamente – da vida docente. O sociólogo e antropólogo Antônio Vinícios Vilaça não economizava nas palavras quando se tratava de parabenizar o reitor e seus colaboradores para com tal realização.

Não se pensa mais na universidade como empresa construtora, só visando ao bem instalar suas escolas, sem atentar para dinamizá-las, atualizá-las. Agora despertar-se dos serviços universitários [...]. Andou certo o reitor João Alfredo abrindo novas frentes de esforços na universidade, aproximando-a do povo e lavando-o a ela¹⁵⁷

Na dissertação mais recente sobre o reitorado de João Alfredo, o pesquisador Edelson de Albuquerque Silva Junior (2012) fornece informações detalhadas sobre a composição interna do SEC. A respeito dos membros do departamento, assinala o autor que conviviam uma equipe de professores e estudantes com inclinações políticas das mais distintas. Diferente da propaganda ditatorial de 1964 que via no SEC um recinto de formação das esquerdas, o que se encontrava nas residências do Serviço de Extensão era desde “fervorosos católicos” até “ateus empedernidos”¹⁵⁸, na medida em que afluíam diversos matizes da intelectualidade pernambucana. Dentre seus integrantes contavam o destacado professor Jomard Muiniz de Brito, o poeta Sebastião Uchôa Leite, o matemático Jarbas Maciel, Dulce Dantas Lopes e outros¹⁵⁹. Até mesmo uma das personalidades mais proeminentes do anticomunismo pernambucano, o geógrafo Gilberto Osório de Oliveira Andrade, considerava o empreendimento de extensão cultural como um dos maiores orgulhos da UR, em sintonia com a criação da Faculdade de Filosofia¹⁶⁰.

A presença eminente de Paulo Freire orientando as principais iniciativas educacionais do SEC permitiu que se elaborasse, apesar de tímido, um projeto de tornar a universidade para o povo. Ao lado do SEC outras iniciativas foram importantes para trilhar o caminho da lenta democratização das atividades universitárias. De destacada importância, podemos citar aqui a

¹⁵⁷ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diário de Pernambuco*, 23 de agosto de 1962, p. 4.

¹⁵⁸ SILVA JÚNIOR, Edelson de Albuquerque. *O reitorado de João Alfredo na Universidade do Recife*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CE. Programa de Pós-graduação em Educação, 2012. p. 173.

¹⁵⁹ Para uma listagem completa dos integrantes do SEC conferir: SILVA JÚNIOR, Edelson de Albuquerque. 2012, *Op. Cit.*, p. 174.

¹⁶⁰ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diário de Pernambuco*, 9 de dezembro de 1962, p. 4.

criação da Rádio Universitária e da revista Estudos Universitários, ambas inauguradas em 1962. A primeira tinha como objetivo central a divulgação das atividades universitárias – principalmente as ligadas do SEC – em forma de cursos adaptados ao ensino de diversas matérias como matemática, química, biologia, história, artes e diversas outras disciplinas do campo cultural e científico. Pretendia-se alongar as funções sociais da universidade por meio de uma emissora de rádio – e futuramente de televisão – tencionando romper os limites tradicionais da mesma. Assim, a rádio estava, nas palavras do reitor:

destinada a ser um instrumento de participação dinâmica na política de democratização da cultura, pela determinação de levar ensinamentos universitários [...] a pobres, remediados e ricos para que amplie-se as bases indispensáveis à formação das elites do pensamento, da ciência e da tecnologia¹⁶¹.

Já a revista Estudos Universitários é compreendida como inserida no discurso de modernização e democratização que a UR passava nos anos do reitorado de João Alfredo. Criada oficialmente em outubro de 1962, a revista Estudos Universitários fora idealizada pelo reitor para ser um veículo importante de conhecimento, prestando-se ao serviço de divulgar o copioso trabalho intelectual promovido pela UR. Suas edições eram publicadas trimestralmente e contavam com a colaboração de uma inteligência moça, representada pelo professor Vamireh Chacon de Albuquerque Nascimento e um corpo diverso de estudantes e colaboradores de outras instituições de ensino. A revista era composta por três seções: ensaios, documentos e resenhas. Em suas primeiras publicações já se avistava a crítica ao regime de cátedras, tão criticado no período. Os catedráticos eram vistos pela revista como cargos que reproduziam o “comodismo” na universidade¹⁶².

Isso nos leva, por fim, ao último aspecto do reitorado de João Alfredo: desenvolver a reforma universitária através dessas atividades. O SEC, a revista Estudos Universitários e a Rádio Universitária projetavam um ideal de orientar e pautar as atividades da universidade em prol de uma reformulação. Como veremos no capítulo seguinte, a Universidade Federal de Pernambuco fora a pioneira no Brasil com a implementação da Reforma Universitária, no entanto essa iniciativa precursora já dava sinais na gestão de João Alfredo.

Um dos professores mais engajados do Brasil com relação à reforma sem dúvida foi o filósofo e advogado Newton Lins Buarque Sucupira, que traçou boa parte de sua carreira intelectual na UR, notabilizando-se igualmente como secretário do Ministério da Educação e membro do Conselho Nacional de Educação (CFE). Para o filósofo, era imperiosa a discussão

¹⁶¹ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diário de Pernambuco*, 1 de outubro de 1963, p. 18.

¹⁶² CANUTO, Vera Regina, 1987. *Op. Cit.*, pp. 22-23.

que todas as universidades deveriam empreender no sentido de discutir seriamente e com profundidade o novo cenário científico que urgia mudanças edificantes. Sua intenção era tornar as instituições de ensino superior do país autônomas e sem dependência científica e técnica dos países centrais, que possuíam um longo e sólido trajeto de desenvolvimento de pesquisas.

Apesar dos visíveis avanços que a UR vinha dando, para Newton Sucupira agrupar uma coletividade de escolas era insuficiente para tornar essa universidade moderna; era necessário “inspirar-se numa teoria da universidade visando determinar sua natureza, suas finalidades essenciais, suas funções nas modernas sociedades industriais e, particularmente em nosso caso, seu papel no processo de desenvolvimento”¹⁶³. Este desenvolvimento, ainda com Sucupira, dizia respeito ao aperfeiçoamento da pesquisa, a transmissão da alta cultura e a incorporação dos resultados do conjunto de trabalhos acadêmicos para a prosperidade do país.

Essa perspectiva reformadora defendida por Newton Sucupira era contemplada por outros professores da UR, apesar das inevitáveis disputas. De qualquer modo, em julho de 1961 o reitor João Alfredo convoca uma comissão para estudar os principais pontos da Reforma Universitária e suas possibilidades de implantação na universidade. O objetivo principal era discutir as possíveis maneiras de superar os obstáculos na universidade que esclerosava o seu desenvolvimento. São convidados para compor a comissão os professores Newton da Silva Maia (Escola de Engenharia), Osvaldo Gonçalves Lima (Instituto de Antibióticos), Murilo Humberto de Barros Guimarães (Faculdade de Direito), Nelson Ferreira de Castro Chaves (Instituto de Fisiologia), Gilberto Osório de Andrade (Faculdade de Filosofia) e Antonio Baltar (Escola de Engenharia). Ao lado desses professores, o reitor também fez questões que os estudantes - especialmente aqueles ligados ao DCE e a União dos Estudantes de Pernambuco (UEP) – também participassem dos estudos sobre a reforma. Para João Alfredo, a sociedade brasileira estava vivendo o seu “grande despertar” no processo de desenvolvimento social e se fazia imperativa a “harmonia entre a formação humanista e a tecnológica do homem brasileiro”¹⁶⁴.

A ideia inicial da comissão era se debater sugestões para serem encaminhadas para o Conselho Nacional de Educação, com vistas a debater, no futuro, propostas com outras instituições de ensino superior. Dentre as propostas oferecidas pela UR podemos listar a

¹⁶³ SUCUPIRA, Newton. *A condição atual da universidade e a reforma universitária brasileira*. I encontro de reitores das universidades públicas. BRASIL: Ministério da Educação, 1972. p. 4.

¹⁶⁴ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diário de Pernambuco*, 30 de julho de 1961, p.24.

dinamização de setores de pesquisas, esquematização dos cursos de aperfeiçoamento no exterior, objetividade no ensino e melhorias dos cursos de pré-vestibulares¹⁶⁵.

Podemos perceber que o regime de cátedras não é levantado na comissão, no entanto em toda a gestão de João Alfredo ela é discutida de forma pertinaz entre professores e alunos. Sobre essas divergências não iremos nos aprofundar, uma vez que levaria muito tempo para identificar os interesses de cada um dos agentes que se digladiavam sobre essa questão. Porém, o que não podemos deixar de assinalar é que, de todas as reivindicações, a que promovia mais debates era o lugar das cátedras e sua permanência. Para que se possa ter uma dimensão do debate, o tema dos catedráticos já tinha transposto os limites universitários e já incorporava demandas do Governo Federal.

Jânio da Silva Quadros tinha uma posição muito segura quanto a esse respeito: “já é tempo de se acabar com a propriedade pessoal da cátedra”. Não era interesse do presidente prejudicar a estabilidade dos professores, no entanto a sua estrutura era inadmissível para as universidades brasileiras. Desejava-se reformular o sistema de concursos para admissão de novos professores. Alegava ainda o presidente que a contratação dos catedráticos se assemelhava mais a uma disputa de oratório do que de capacitação profissional, e rever esse modelo era necessário para que se construísse no país um corpo de docentes qualificados cientificamente. “É preciso prosseguir a demonstrar interesse pela matéria, seja ela qual for, através de novas contribuições, de pesquisas, de publicações. É assim que se faz nos países mais cultos”¹⁶⁶.

Demonstrações de abrir espaços de representação para estudantes, projetos de extensão que buscassem popularizar o conhecimento universitário, combinar cultura humanista com treinamento científico e dialogar abertamente com várias vertentes políticas da comunidade universitária sobre sua reformulação estão entre as principais características do reitorado de João Alfredo. Em 1964, cerca de dois meses após o golpe militar, essas experiências foram interrompidas e o reitor sofreu com inquéritos e investigações policiais, com a justificativa de que ele havia patrocinado o clima de agitação nas universidades.

¹⁶⁵ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diário de Pernambuco*, 1 de agosto de 1961, p. 5.

¹⁶⁶ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diário de Pernambuco*, 13 de maio de 1961, p. 4.

4 O REITORADO DE MURILO HUMBERTO DE BARROS GUIMARÃES E A UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Neste capítulo iremos analisar o reitorado de Murilo Guimarães à frente da reitoria da UFPE. Para tanto, será necessário percorremos pelos acontecimentos decisivos que levaram a queda de João Alfredo em 1964 e na opção pela elite universitária de Murilo ao cargo de reitor. Em seguida, passaremos a examinar os projetos implementados na instituição universitária e no papel fundamental que o reitor assumiu em orientar tais mudanças. Por fim, problematizaremos a conduta política do reitor, abrindo um leque para novas possibilidades de interpretação da sua administração. Os documentos analisados neste capítulo serão jornais, memórias, entrevistas, documentos do MEC, atas do Conselho Universitário, jornal da UFPE e boletins.

4.1 1964: A campanha pública contra João Alfredo e a escolha de Murilo Guimarães para reitor: alguns apontamentos

Em seu livro sobre a ditadura de 1964, Caio Navarro de Toledo escreve: “O governo de João Goulart nasceu, conviveu e morreu sob o signo do golpe de Estado”¹⁶⁷. Essa menção de constante ameaça fragilizou todo o governo do presidente João Goulart, desde a Campanha pela Legalidade em 1961 até a retomada do regime presidencialista em 1963. Podemos dizer, sem exagero, que o reitorado de João Alfredo também conviveu com muitas incertezas e que em alguma medida prejudicou as atividades de seu mandato. Assim que João Alfredo substituiu Joaquim Amazonas do posto máximo da UR, as desconfianças com relação ao novo reitor não tardaram a se manifestar.

Era natural que João Alfredo tomasse posse do cargo de reitor, visto que ele era vice de Joaquim Amazonas. No entanto, o corpo docente, através do Conselho Universitário, questiona a rápida substituição de Joaquim Amazonas com a justificativa de que os dispositivos legais da universidade não faziam menção à vacância do cargo de reitor por motivos de falência e opta por encaminhar uma lista tríplice para ser submetida à avaliação pelo presidente da República. Mas o que estava em questão não era apenas uma tentativa de se preservar o rigor da lei. A preocupação dos professores, na época, era distanciar a universidade de tomar medidas com influências políticas, “a fim de que haja continuidade no programa administrativo que a reitoria vinha cumprindo, atendendo aos interesses de todas as escolas superiores e institutos de

¹⁶⁷ TOLEDO, Caio Navarro de. A democracia populista golpeada. In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). *1964: visões críticas do golpe*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014. pp. 39-40.

pesquisas”. Alertava ainda os mesmos professores que quanto menos ingerência política nos assuntos administrativos da universidade melhor para o reitor conseguir negociações com o Ministério da Educação por efeito de se obter recursos financeiros. João Alfredo não apenas estava ciente dessas articulações, como comunicava que tinha conhecimento que alguns professores desaprovavam o seu nome como potencial reitor. Ele estranhava tais posturas em virtude de não ter filiações partidárias nem prestígio político e quando assumiu o cargo de diretor da Escola de Belas Artes por seis anos não conduziu suas atividades eivado de condutas políticas, mas com atitudes de “prudência, serenidade e dignidade”¹⁶⁸.

A disputa pela reitoria era entendida como uma “luta política” que não teve tempo de amadurecer em detrimento da rápida escolha do Presidente da República. Como podemos observar, apesar da escassez de fontes sobre o tema, alguns professores¹⁶⁹ nutriam dissabores por João Alfredo, motivados por desconfiâncias de natureza políticas. Provavelmente uma das motivações que levaram a sua queda em 1964 repousa nas relações arenosas que os setores mais conservadores do Conselho Universitário acumularam com ele em sua administração na Ebaop e que só vieram a piorar com o alargamento de projetos universitários que miravam uma modernização da instituição de forma mais democrática em seu percurso pela reitoria, como apontado no capítulo anterior.

Colocado como um dos responsáveis pelo expurgo de João Alfredo, Gilberto de Mello Freyre é considerado por toda a bibliografia consultada como o paladino do golpe de 1964 na UR, sendo assim seu maior representante. Essa observação não é falsa. De fato, Freyre contribuiu de vários meios para que João Alfredo caísse e não desse continuidade aos seus planos, no entanto essa interpretação alimenta uma imagem na qual faz parecer que o antropólogo sempre teve atritos com o reitor. Sem dúvida essa é uma questão cheia de clivagens e difícil de observar pela dependência excessiva com as matérias de jornais. Mas uma questão que ainda permanece cara aos historiadores que desejam investigar a história da UFPE consiste em se perguntar: por que Gilberto Freyre não mediu esforços para propagandear uma imagem distorcida de João Alfredo para os golpistas?

Algo que não é muito enfatizado na bibliografia é que desde o início do reitorado de João Alfredo as relações de Freyre eram amistosas e se inclinavam favoráveis às iniciativas culturais e científicas de seu mandato. Uma dessas iniciativas dizia respeito à inauguração, em

¹⁶⁸ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diário de Pernambuco*, 14 de junho de 1959, p. 15.

¹⁶⁹ Em relação aos conflitos entre professores e o reitor João Alfredo indicamos mais uma vez a dissertação de Edelson Silva. SILVA JÚNIOR, Edelson de Albuquerque. 2012, *Op. Cit.*, p. 116.

fevereiro de 1960, do primeiro curso de Sociologia de Medicina do Brasil (e também da América Latina), que seria protagonizado pela UR. Freyre considerava esse projeto como revolucionário para os estudos de medicina no Instituto de Higiene e Saúde Pública e evidentemente para a área de Sociologia. Considerava igualmente que João Alfredo era um “esclarecido empreendedor” responsável por fazer da UR uma instituição respeitável, tornando-a um centro de estudos de referências, ajudando-a a descentralizar todo o foco “de assuntos de cultura intelectual” do sul do país¹⁷⁰.

Inclusive a atividade universitária considerada mais subversiva para os militares após o golpe, a saber, o SEC, foi aplaudido por Gilberto Freyre que o via com muito entusiasmo. “Há muito que a Universidade do Recife necessita de iniciativa dessa espécie e desse alcance”. Julgava Freyre que a universidade carecia de uma extensão de suas atividades para sistematizar a integração entre a vida da cidade do Recife, seus problemas e a cultura universitária. Para que uma universidade adentrasse a sua maturidade na corrida pela modernidade acadêmica era insuficiente que o conjunto de seus trabalhos estivesse fechado para o mundo, observava o antropólogo. “Participando de atividades desse tipo a Universidade do Recife sai da rotina do ensino apenas burocrático, para empenhar-se em iniciativas do maior interesse não só cultural como social. Vivamente social”¹⁷¹.

Ao que nos é demonstrado nos periódicos, a relação entre os dois era de uma reciprocidade afável. Em seu reitorado, João Alfredo não se indispôs com o autor de Casa Grande & Senzala. Muito pelo contrário, o reitor fazia questão de anunciar a publicação dos livros de Gilberto Freyre na jovem Imprensa Universitária¹⁷², a participar de jantares ilustres com editores de livros norte americanos na presença de Freyre e outros nomes importantes da vida cultural pernambucana¹⁷³ e de estar presentes em almoços programados por entidades importantes da economia do Recife¹⁷⁴.

Dessa maneira, a imagem cristalizada de um Gilberto Freyre arquirrival de João Alfredo deve ser repensada. Evidentemente, não desejamos esmiuçar todos os problemas que este debate impõe, mas julgamos importante apresentar elementos que possibilitem uma ampliação

¹⁷⁰ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diario de Pernambuco*, 14 de fevereiro de 1960, p. 4.

¹⁷¹ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diario de Pernambuco*, 06 de maio de 1962, p. 4.

¹⁷² Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diario de Pernambuco*, 13 de agosto de 1961, p. 6.

¹⁷³ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diario de Pernambuco*, 27 de dezembro de 1961, p. 6.

¹⁷⁴ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diario de Pernambuco*, 14 de agosto de 1962, p. 10.

das possibilidades de pesquisa quanto às disputas verificadas na UR pouco antes do golpe militar.

Essas ligações cordiais e os tons elogiosos de Gilberto Freyre a João Alfredo amargam em 1964. Esse ponto de virada não fica claro na documentação consultada, mas essa não é uma dúvida que atinge apenas os pesquisadores. Para professores que estavam nos bastidores da universidade a posição do antropólogo é confusa ainda de ser entendida. Para Maria Amazonas Mac Dowell, em entrevista, relata que era compreensivo que os militares não tivessem simpatia pelo reitor, mas não no caso de Freyre.

Não sei que outras razões pudesse ele ter contra João Alfredo. E mais do que isso, ainda que as tivesse e ainda que discordasse das ideias e das ações de João Alfredo, é difícil entender que daí passasse a advogar o tratamento que lhe foi aplicado¹⁷⁵.

Em maio de 1964 Gilberto Freyre escreve uma matéria de opinião no Diário de Pernambuco questionando o porquê da permanência de João Alfredo na reitoria da universidade. O escritor diz que se considera um brasileiro que se identifica com os valores cívicos representados pelo “movimento” de 64. Para ele, vinha se desenvolvendo na UR, com a contribuição do reitor, “atividades nitidamente anti-democráticas”, dotadas de “propaganda de caráter para-comunista e, certamente, anti-constitucional [...], de ideias e ideais anti-brasileiros”. A extensão cultural promovida pelo SEC – que outrora estava levando a universidade para a modernidade – “está com objetivos ideológicos em desarmonia com ideais brasileiromente democráticos”. O reitor, em seu modo de ver os acontecimentos, estava sendo complacente com a infiltração comunista e a degradação da universidade “que vinham afastando dos seus objetivos e tornando-a senão serva, instrumento de ‘ativistas’ empenhados na comunização do Brasil através de deformações da educação e da cultura nacionais”. Salienta que não é de seu temperamento que o reitor seja cassado, preso ou que seja acossado pelas autoridades vistas como revolucionárias, mas que seja “afastado do cargo que continua a ocupar”¹⁷⁶.

O próprio filho de Gilberto Freyre tinha feito dias antes declarações nada simpáticas ao reitor. Para o estudante, a manutenção de João Alfredo causa estranhamento entre os estudantes. Falando em nome de um grupo anônimo de alunos, Fernando Freyre assume uma postura de clara rejeição à continuidade do reitor na universidade:

¹⁷⁵ MAC DOWELL, Maria Antonia Amazonas. Entrevista. In: SANTOS, Evson Malaquias de Moraes (Org.). 2012, *Op, Cit.*, p. 237.

¹⁷⁶ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diario de Pernambuco*, 03 de maio de 1964, p. 4.

Os estudantes pernambucanos, porém, não conseguem entender uma redemocratização do Brasil, sem o afastamento daqueles que tanto mal fizeram, ou ajudaram a fazer contra a democracia. [...] Deixamos um apelo às autoridades competentes para que investiguem as atividades da reitoria, no **seu programa de comunização do país**. O mesmo podia ser feito com o Diretório Central dos Estudantes da Universidade do Recife, que com apoio do reitor João Alfredo, **difundia programas comunizantes e subversivos através da Rádio da Universidade**¹⁷⁷.

Essas duas provocações contra João Alfredo já foram suficientes para que fosse assinado um manifesto com a anuência de setenta estudantes das escolas de Engenharia, Medicina e Direito exigindo a renúncia imediata do reitor, argumentando que este estava tendo um comportamento desviante de seu cargo, sendo complacente com a infiltração comunista no meio acadêmico. Dizia o manifesto que não era obrigação do reitor financiar com dinheiro da universidade projetos com viés político duvidoso, como era o caso do SEC e da Rádio Universitária. Com tom fortemente nacionalista, a ala direitista dos estudantes achava que o afastamento era insatisfatório; devia-se instaurar IPMs e ouvir estudantes e professores para se investigar as atividades subversivas na instituição. “esperamos que aqueles que comandam a revolução cumpram a sua finalidade e não deixem que a mesma sofra interferência de partidos e políticos”¹⁷⁸.

Em face de tantas ameaças e impropérios o reitor respondeu principalmente às acusações de Gilberto Freyre. Em sua defesa, não se encontram palavras difamatórias ou qualificações abjetas ao seu acusador. Na verdade, sua resposta pretendia apenas fazer correções na fala do antropólogo, negando que tenha alguma relação com as atividades vistas como subversivas. E este é o elemento que mais surpreende: o reitor não nega que exista atividades subversivas, apenas lembra que, como reitor, não contribuiu com elas. Este ponto não pode passar despercebido. Nos trabalhos anteriores que mencionam João Alfredo, mesmo os mais duros a sua figura, deixam passar a seguinte ideia: um reitor com posições democráticas fora golpeado pela ditadura. Essa afirmação, contudo, nos serve apenas como orientação descritiva. Devemos ter um pouco de cuidado se elevarmos esse elemento apresentado como um dado conclusivo. Isto implica relativizarmos as posições, sobretudo políticas, de João Alfredo.

Em nossa pesquisa nos surpreendemos com algumas falas do reitor. Com o golpe militar, João Alfredo não apenas não denunciou a articulação reacionária dos militares brasileiros, como a parabenizou. Os objetivos iniciais dos militares brasileiros, e que se

¹⁷⁷ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diário de Pernambuco*, 25 de abril de 1964, p. 3. Grifos nossos.

¹⁷⁸ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diário de Pernambuco*, 05 de maio de 1964, p. 8.

desdobraram nas primeiras iniciativas da Operação Limpeza, eram “descomunizar, por completo, o Brasil”¹⁷⁹. Em 15 de abril de 1964, o general Alves Bastos proclamava que a “ordem impera nas cidades e nos campos” e complementava ainda dizendo que todos os brasileiros estavam entusiasmados com a posse do general do Exército Humberto Castelo Branco ao cargo da presidência da República, “que traduz o coroamento das aspirações democráticas da gente e das Forças Armadas nacionais”. A essas ternas palavras dirigidas ao general presidente Castelo Branco se juntaram também a do reitor João Alfredo. Em seu pronunciamento, assume que está falando em nome de toda a universidade e entende ser um privilégio poder compartilhar seu regozijo com toda a população do país que naquele momento assistia a posse do novo presidente. “Castelo Branco representa um dos mais autênticos valores de que dispõe o Brasil para livrar todos nós da angústia, da inquietude e da descrença em que já marchávamos desolados”¹⁸⁰.

Apesar dos discursos solidários e até sinceros do reitor à ditadura, a indisposição da universidade a seu respeito já tinha tomado ressonâncias incontornáveis. Como observou o professor Antônio Carlos Palhares Moreira Reis, que se tornou assessor do reitor Murilo Guimarães, a retirada de João Alfredo era fundamental para que se iniciasse uma campanha “para tirar todos aqueles que não eram ligados ao novo esquema político, obrigando-o a renunciar sob a acusação de envolvimento com as forças esquerdistas contrárias à revolução”¹⁸¹.

Em 12 de julho de 1964, João Alfredo anuncia sua renúncia em reunião no Conselho Universitário. Na presença de 25 conselheiros, o reitor diz que convocou a presente reunião para dar conhecimento de seu afastamento permanente do cargo. Manifesta que não vê sentindo em continuar na reitoria da UR uma vez que apenas se sentia confortável na presença dos ilustres professores caso nutrisse confiança recíproca. Sem esta seria inviável sua permanência. Deixou claro que após sua retirada do cargo seria aberta uma comissão de investigação para que fosse apurada denúncias contra professores, funcionários administrativos e estudantes. A Comissão se encarregaria também de avaliar os documentos relacionados ao SEC e à Rádio Universitária, contando com a colaboração do IV Exército e da Polícia Civil. Ao final, João Alfredo lamentava a falta de confiança do presidente Castelo Branco a sua figura, mas se orgulhava de ter feito uma gestão eficaz e permitido que, por curto prazo, a UR alcançasse estabilidade financeira

¹⁷⁹ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diário de Pernambuco*, 07 de abril de 1964, p. 3.

¹⁸⁰ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diário de Pernambuco*, 15 de abril de 1964, p. 3.

¹⁸¹ MOREIRA REIS, Antônio Carlos Palhares. Entrevista. In: SANTOS, Evson Malaquias de Moraes (Org.). 2012, *Op, Cit.*, pp. 45-6.

com mais de 750 milhões de cruzeiros em reservas e “que durante os cinco anos de seu reitorado sempre procurou preservar os interesses da universidade, dos seus professores, dos seus alunos, dos seus funcionários”. Em seguida, o professor de Direito Internacional Privado Sérgio Loureto Filho pede a palavra na reunião, mas antes que pudesse pronunciar seu discurso, João Alfredo se volta para o auditório, pede desculpas por interrompê-lo, e pede licença para se retirar. O pedido é aceito e o vice-reitor declara que segundo o artigo 22 do estatuto da UR, convocará o Conselho para a elaboração de uma lista tríplice para envio urgente ao presidente¹⁸². O cargo de reitor estava vago.

Após duas reuniões o Conselho Universitário se reuniu mais uma vez para decidir os nomes para o cargo de reitor. O destino da universidade deveria ser entregue, como sublinhava o catedrático Gilberto Osório, a uma pessoa de mais alta confiança para a instituição e ao Governo Federal. No dia 18 de julho de 1964, Newton da Silva Maia diz que a reunião deve ser realizada em caráter de urgência, em detrimento do envio da lista tríplice para Castelo Branco. No primeiro escrutínio, Murilo Humberto de Barros Guimarães venceu por unanimidade, somando 27 votos. Já no segundo e terceiro escrutínio Luiz Ignácio Barros Lima da faculdade de Medicina obteve 16 votos, ficando em segundo lugar, ao passo que Jônio Santos Pereira de Lemos da faculdade de Arquitetura encerra a votação com 15 votos¹⁸³.

“Um clima de franca cordialidade e completa ausência de discussão foi observado durante a votação”. Mesmo com a ausência de Murilo Guimarães no Recife, em detrimento de uma viagem à Europa, o clima era de muito otimismo na universidade. Após uma hora de reunião no Conselho Universitário, o professor da Escola de Belas Artes, Fernando Menezes, prestou entrevista para o Diário de Pernambuco e expressou:

A indicação do professor Murilo Guimarães, pela unanimidade do Conselho, parece-me, salvo engano, fato inédito na Universidade do Recife, e diz muito bem da receptividade do seu nome. Não somente do Conselho Universitário, mas de toda a Universidade¹⁸⁴.

Para Jônio Lemos, que futuramente iria se tornar vice-reitor de Murilo Guimarães, o Conselho Universitário optou por unanimidade nos votos para evitar que um candidato do Exército pudesse intervir nas decisões do órgão colegiado. Para garantir a autonomia da universidade, o nome de Murilo já estava cotado para ser o reitor antes mesmo da votação e que

¹⁸² UNIVERSIDADE DO RECIFE. Atas do Conselho Universitário da Universidade do Recife. Recife: UR, 12 junho de 1964.

¹⁸³ UNIVERSIDADE DO RECIFE. Atas do Conselho Universitário da Universidade do Recife. Recife: UR, 18 julho de 1964.

¹⁸⁴ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diário de Pernambuco*, 19 de julho de 1964, p. 13.

seu nome já estava sendo encaminhado ao Rio de Janeiro para receber o aval de Castelo Branco. “A gente já sabia que, se o nome de Murilo entrasse, Castelo ia escolhê-lo”¹⁸⁵. O receio quanto à votação no Conselho dizia respeito à relutância do chefe da 2ª Seção do Estado Maior do IV Exército, o coronel Antonio Bandeira, em permitir que o catedrático de Direito ocupasse o cargo da reitoria. “Bandeira mandou dizer: ‘Murilo não’”¹⁸⁶.

Com a expressiva vitória no Conselho Universitário, sem grandes espaços para debates prolongados, um grupo de professores e estudantes prestou entrevista para o Diário de Pernambuco, aproveitando-se do clima acalorado que se fazia presente nas residências da universidade. Newton da Silva Maia, na qualidade de vice-reitor do mandato de João Alfredo, recebeu com euforia a recente aprovação por parte de Castelo Branco da nomeação de Murilo Guimarães para dirigir a universidade. Os alunos da faculdade de Direito compartilhavam orgulhosamente a sua vitória, em parte pela maturidade administrativa acumulada na gestão como diretor da mesma faculdade e também se animavam em ter um reitor com mentalidade jovem para guiar as necessidades da ciência. Ao lado das falas entusiastas ao novo reitor, somavam-se as palavras do professor Sérgio Loreto que na ocasião expressava:

O Professor Murilo Guimarães representa uma grande figura para todos os seus colegas desta faculdade de direito. Ele alia a experiência ao bom senso; reúne a cultura a uma notável capacidade de trabalho; concilia o culto rigoroso do cumprimento do dever com a compreensão dos grandes problemas com que se defronta o elemento humano que ele colabora. A faculdade de Direito se congratula com toda a Universidade do Recife, porque está convencido de que o professor Murilo Guimarães saberá elevar o conceito da Universidade no seio da pátria brasileira¹⁸⁷.

Curiosamente, a fala de Sérgio Loreto irá dar o tom dos elementos mais expressivos de seu reitorado: cautela, ilustração e conciliação. Essas características não se delineiam com sua entrada na presidência na UR, pois já se fazem sentir ao longo de sua trajetória acadêmica e econômica.

Murilo Humberto de Barros Guimarães nasceu em 6 de setembro de 1909, na cidade do Recife. Foi considerado por muitos como pertencente à “dinastia Barros Guimarães”¹⁸⁸, referência direta à tradição familiar de bacharéis em direito. Seu pai, Genaro Lins de Barros Guimarães, tinha sido vice-diretor da faculdade de Direito nos anos de 1940 e se destacou como proeminente advogado no Recife. Em sua biografia junta à universidade, Murilo

¹⁸⁵ LEMOS, Jonio Santos Pereira. Entrevista. In: SANTOS, Evson Malaquias de Moraes (Org.). 2012, *Op. Cit.*, p. 163.

¹⁸⁶ LEMOS, Jonio Santos Pereira. Entrevista. In: SANTOS, Evson Malaquias de Moraes (Org.). 2012, *Op. Cit.*, p. 185.

¹⁸⁷ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diário de Pernambuco*, 30 de julho de 1964, p. 3.

¹⁸⁸ PEREIRA, Nilo. 1977, *Op. Cit.*, p. 434.

Guimarães conquistou uma carreira exitosa. Ainda muito jovem, foi nomeado professor interino da cadeira de Teoria do Estado em 18 de janeiro de 1965, aos 26 anos de idade. Dezesete anos depois, o jovem professor, através de concurso público, ocupou a cadeira de Direito Comercial. Esta era uma das cadeiras mais visadas na época e não à toa o concurso despertou nos círculos intelectuais e culturais da faculdade forte expectativa. Concorrendo no final com os advogados Gustavo Pauass, Rodolfo Araújo e Manuel Aroucha, Murilo Guimarães atinge nota bem superior a seus adversários (8,5 pontos) e é saudado pelos professores da FRD¹⁸⁹.

Mas é em 1963 que o professor de Direito Comércio irá galgar cargos administrativos na instituição. Naquele ano, a Congregação da FDR convoca uma reunião para decidir a formação de uma lista tríplice, com vistas à escolha do novo diretor da faculdade. Dentre os nomes, destacam-se Rui da Consta Antunes, Lourival Villanova e Murilo Guimarães. A Faculdade de Direito naquele momento ainda passava por tumultos e tensões políticas que ainda não tinham cessado por completo, sendo muitas dessas tensões fruto dos episódios de radicalização protagonizados em 1961, já discutidos no capítulo anterior. Prova desses sintomas é que no dia da eleição para escolha do novo diretor, a presença de Soriano Neto (um dos personagens que provocara a crise de 1961) ocasionou mal estar entre os estudantes, criando um pequeno tumulto no momento de sua saída do prédio, mas nada que fugisse do controle.

Com vitória nas eleições, a gestão de Murilo como diretor, apesar de curta, fora interpretada por seus pares mais próximos como a responsável por ultrapassar a crise instaurada em 1961. Sua administração se mostrou “lúcida e inteligente”¹⁹⁰. A título de exemplo, podemos apontar as seguintes contribuições de Murilo para a FDR: a) criação de novas salas destinadas como espaços reservados para os professores se dedicarem a seus trabalhos ou orientações com os alunos; b) reforma do Regimento Interno da Faculdade; c) reformas visando a conservação da biblioteca e restauração de livros; d) incentivo para execução de aulas práticas, como simulação de audiências e seções judiciárias, visita à Tribunais e acompanhamento de casos judiciais¹⁹¹.

No discurso de sua posse, Murilo anunciava que tinha uma relação íntima com a FDR. “Vivo ligado a esta Casa desde a minha adolescência”. Ao longo de sua formação, cultivou respeito e admiração por seus mestres. Sérgio Loreto Filho e Andrade Bezerra foram referências em sua formação como bacharéis e que “desvendaram para mim os amplos horizontes da

¹⁸⁹ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diário de Pernambuco*, 18 de novembro de 1951, p. 2.

¹⁹⁰ PEREIRA, Nilo. 1977, *Op, Cit.*, p. 433.

¹⁹¹ PEREIRA, Nilo. 1977, *Op, Cit.*, p. 434.

ciência a que me dediquei”. Reconhecia igualmente que não seria tarefa fácil administrar uma das instituições de ensino mais tradicionais e expressivas do país, mas a situação política era o que mais o preocupava. “Cheia de inquietações político-sociais, de projetos de reformas, dominada por uma crise financeira de enormes proporções que não gera fáceis oportunidades para planos ambiciosos”¹⁹², frisava.

Mesmo que até aquele momento Murilo tenha percorrido uma carreira de visível estabilidade e sucesso na Universidade do Recife, nada se compara a sua trajetória na vida econômica e política no estado de Pernambuco. Este fato não deve ser subestimado, pois na bibliografia analisada a escolha do reitor é entendida como obra do acaso, sem maiores detalhes sobre sua preferência ao cargo. Em resumo, Murilo era, ainda nos anos de 1950, membro do Banco Comercial e Industrial de Pernambuco, da Federação das Indústrias de Pernambuco, do Instituto do Açúcar e do Alcool, da Associação Comercial de Pernambuco, da Cooperativa dos Usineiros, e contribuiu para a fundação da União Democrática Brasileira (UDN) e da Associação de Cultura Franco-Brasileira. Murilo não era apenas um representante desses setores, trabalhava como verdadeiro porta-voz da burguesia agroindustrial e das classes produtoras do estado de Pernambuco, conquistando reconhecimento nacional em suas atividades.

A maioria dos registros que aponta a presença de Murilo nos círculos empresariais está relacionada a festividades, reuniões e homenagens públicas. Em dezembro de 1950, as classes produtoras pernambucanas se reuniram para celebrar, no célebre Iate Clube do Recife, a presença do coronel-senador Alencar Guimarães, em virtude de sua vitória nas eleições pelo PTB do Distrito Federal. No banquete, compareceram nomes expressivos da indústria, da pecuária, do comércio e autoridades civis e militares. Murilo era consultor jurídico da Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco e, diante do público abalizado das classes dominantes de Pernambuco, homenageava a presença dos militares no banquete, portadores “das grandes virtudes cívicas” do país, e também das personalidades industriais que fazem progredir a economia com sua “generosa contribuição para o bem estar social”. O coronel-senador Alencar Guimarães era visto como defensor de um “capitalismo social” e prometia um modelo econômico que promovesse o bem estar comum. “E é a autoridade desses homens que

¹⁹² Seu discurso de posse foi retirado do livro de memórias de Nilo Pereira. PEREIRA, Nilo. 1977, *Op. Cit.*, pp. 435-6.

resulta a tendência já acentuada nas esferas conscientes do país, no sentido de reconhecer a valiosa colaboração dessas classes para o equilíbrio da ordem social”¹⁹³, completava Murilo.

Seus trabalhos ao lado dos setores conservadores foram de fato notáveis. Entre 1956 e 1961 Murilo se esforçou no sentido de obter, à frente da Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (CODEPE), um projeto de isenção de impostos para os industriais. A solicitação fora debatida com a Secretaria da Fazenda e Murilo examinava que a aprovação de tal projeto promoveria uma melhoria na capacidade produtiva da insipiente indústria pernambucana, além de fustigar o surgimento de novas empresas interessadas em diversificar seus produtos¹⁹⁴. Nos idos de 1960, o professor de Direito move um processo contra a Prefeitura do Recife que cobrava impostos da Cooperativa de Usineiros, protestando que a cobrança é inconstitucional pois a cooperativa não tinha fins lucrativos e que a instituição obteve isenção legal de todos os impostos¹⁹⁵.

Uma das exigências dos setores empresariais ao regime ditatorial pós-64 era obter favorecimentos financeiros e encontrava em isenções fiscais uma de suas expressões. Para o historiador Paulo Henrique Pereira Campos, esse tipo de auxílio governamental se generalizou para industriais, empreiteiros e entidades internacionais que tencionavam alargar suas taxas de lucros mediante incentivos financeiros com medidas de austeridade “que incluía arrocho salarial, desrespeito às leis trabalhistas, coerção sob suas formas de organização, enfraquecimento dos mecanismos fiscalizadores de segurança”¹⁹⁶.

¹⁹³ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diário de Pernambuco*, 10 de dezembro de 1950, p. 9.

¹⁹⁴ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diário de Pernambuco*, 1 de março de 1956, p. 11.

¹⁹⁵ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diário de Pernambuco*, 10 de fevereiro de 1960, p. 11.

¹⁹⁶ CAMPOS, Paulo Henrique Pereira. *A ditadura dos empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012.

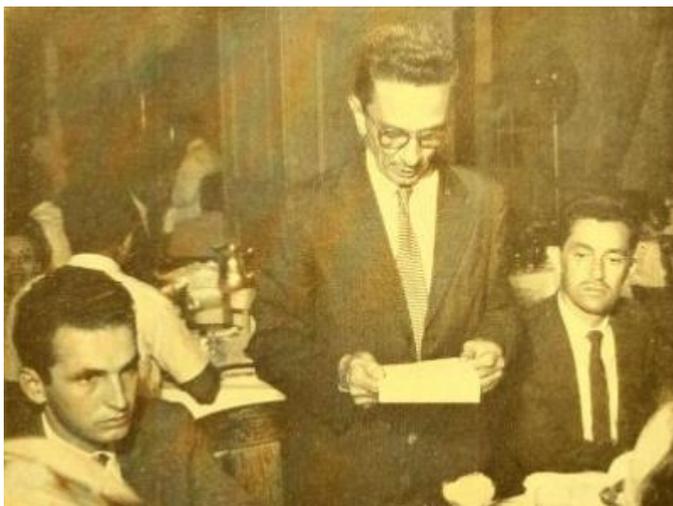


Figura 3 – Murilo Guimarães, em nome dos industriais do açúcar de Pernambuco, saúda o presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool.

Fonte: Instituto do Açúcar e do Alcool. Ano XXVII – vol. LIII – janeiro de 1959 – n° 1, p. 40.

Os assuntos tratados em agremiações, debates e jantares com as camadas da elite açucareira e proprietárias extrapolavam os temas circunscritos aos negócios e por vezes alcançava problemas políticos. O anticomunismo presente nos discursos desses setores era constante, revelando-se por vezes canhestro ou alarmista. Em janeiro de 1964, dirigentes e membros da Associação Comercial debatem as deficiências do regime soviético em desenvolver relações comerciais com outros países e sua incapacidade de atender às necessidades internas da população. Difundiam ainda a ideia de que países simpáticos ao modelo de economia dirigida – em contraposição aos países de economia aberta e liberal – estariam sujeitos a fracassar seu projeto de nação. O temor à URSS e aos demais países comunistas, no fundo, dizia respeito à preocupação da burguesia agroindustrial com a possibilidade dos trabalhadores se encontrarem com o passar do tempo seduzidos pelas promessas revolucionárias. “Existem em nossa pátria aqueles que pretendem subverter o nosso regime tentando a implantação do comunismo ateu”. Identificado como um destacado representante dos setores produtores de Pernambuco, Murilo ratificava a fala dos presentes na reunião e condena a ação dos trabalhadores “que através de alto-falantes em caminhonetas, convidavam o povo a uma concentração para comemorar o aniversário da revolução cubana, enquanto distribuía folhetos insultuosos às forças armadas”¹⁹⁷

¹⁹⁷ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diário de Pernambuco*, 05 de janeiro de 1964, p. 11.



Figura 4 – Murilo Guimarães, como diretor-secretário do Banco Comercial e Indústria de Pernambuco, proferindo discurso na inauguração dos cofres-fortes.

Fonte: Diário de Pernambuco, 11 de março de 1952, p. 3.

A escolha de Murilo à reitoria, como se vê, não foi fortuita. Certamente ela tinha implicações políticas e estratégicas. Conforme foi ressaltado no primeiro capítulo, o projeto universitário desenvolvido tanto por Meira Mattos quanto por Rudolph P. Atcon buscava dirigentes universitários que se comprometessem com uma postura guiada pela técnica e pela ausência de características políticas desviantes. E, nessa toada, era indicado que os mesmos dirigentes orientassem suas decisões inspirando-se em posturas demonstradas por administradores de empresas, identificados com traços funcionais e iniciativas racionais. A escolha de Murilo marcaria o início de uma tendência que irá se generalizar no período que cobre a ditadura: a ocupação de empresários no cargo de reitor. À guisa de conclusão, em 1968, Newton Sucupira, presidente da Câmara do Conselho Federal de Educação, torna público à comunidade universitária que as reitorias das universidades brasileiras podem ser agora ocupadas legalmente por uma pessoa que não integrasse diretamente a vida acadêmica. “Assim, tanto um empresário quanto um industrial, por exemplo, poderão figurar na lista [...] para a escolha de reitor”¹⁹⁸.

Em suma, apesar dos avanços que caracterizaram o reitorado de João Alfredo, suspeitamos que o mesmo pudesse não impor limitações obstinadas aos golpistas, em virtude de sua afável receptividade aos militares no poder. No entanto, para estes qualquer comportamento que suasse “esquerdista” seria, sem reservas, considerado um inimigo interno da pátria e suscetível de desconfianças. Assim, diante do atraso universitário, fazia-se necessário garantir um reitor hábil nas negociações e que não dificultasse, sob nenhuma

¹⁹⁸ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diário de Pernambuco*, 14 de março de 1968, p. 3.

hipótese, os projetos militares. Diante da rebeldia estudantil, fazia-se necessário um reitor articulista que pudesse arrefecer os ânimos insurretos. Diante da necessidade da ampliação dos setores privados da educação, fazia-se necessário um homem que conhecesse intimamente seus interesses. Os militares precisavam garantir essas qualidades e encontraram em Murilo Guimarães sua melhor representação, um homem de ação.

4.2 “Um dos poucos reitores que merecem o tratamento de magnífico”: Murilo Guimarães e a Universidade Federal de Pernambuco

No dia do golpe civil-militar Paulo Freire se encontrava nos aposentos do SEC, em trabalho conjunto com professores, estudantes e demais colaboradores interessados em contribuir com as iniciativas culturais do projeto. Os estudantes, em especial, que integravam o SEC, foram perseguidos exaustivamente pelas autoridades responsáveis pelos órgãos de segurança após 1964. Eram vistos como agitadores que “conduziam ao ódio de classe [...] e agiam de modo subversivo, de forma artificiosa, numa inequívoca tentativa de mudar a ordem política e social”¹⁹⁹. Uma atmosfera de terror recaiu sobre a Universidade do Recife. Professores, estudantes e funcionários administrativos foram processados, perseguidos e presos; livros considerados com teor fortemente “marxistas” foram retirados das bibliotecas; IPMs foram instaurados a fim de neutralizar as oposições; João Alfredo e outros dirigentes foram punidos pelo Ato Institucional²⁰⁰.

Em 27 de abril de 1964, o Conselho Universitário se reuniu às 20:00h na sala da reitoria, um horário incomum para as reuniões da universidade. O motivo improvisado tinha sido gerado por determinação do Comando Supremo da Revolução para a leitura integral da Portaria nº1 do Ato Institucional. Em torno de dezoito conselheiros, João Alfredo explica que o Ministro da Educação exigiu que as universidades de todo o país tivessem conhecimento do documento elaborado pelo regime. No texto, expressavam-se as linhas gerais das medidas mais imediatas assumidas pela ditadura em relação às universidades. Todos os servidores da instituição deveriam ser afastados caso se detectasse conduta incompatível com o serviço público, assim como as garantias de estabilidade do servidor estariam suspensas até a finalização dos inquéritos ou processos de crimes “que visem apurar a responsabilidade pela prática de crime contra o Estado”. O documento obrigava também que a universidade prestasse serviços à causa

¹⁹⁹ Com relação aos discursos contra o SEC, o Diário Oficial do estado de Pernambuco se verifica como um dos canais preferidos dos agentes militares. Acervo da CEPE. *Diário Oficial*: estado de Pernambuco, 20 de abril de 1966. p. 90.

²⁰⁰ COELHO, Fernando Vasconcellos. 2004, *Op. Cit.*, pp. 221-222.

nacional, instaurando inquéritos administrativos e mantendo “severa vigilância sobre quaisquer atividades que possa comprometer a causa da paz”. Em seguida, os professores Everardo da Cunha Luna, catedrático de Direito Penal, Armínio Lalor Mota, professor emérito da Faculdade de Medicina e Alberto Cavalcanti de Figueiredo, catedrático de Economia das Indústrias da Escola Superior de Química ficariam incumbidos a formarem uma comissão para apurar os casos de crime contra atos de guerra revolucionária ou que perturbassem a ordem política e social. Destaquemos um trecho da intenção dos golpistas:

A gravidade do momento histórico em que vivemos exige por parte dos dirigentes universitários toda colaboração no sentido de reintegrar o estudante brasileiro em sua precípua tarefa, qual seja a de estudar, de reintegrar o professor na sua missão de ensinar, de colocar os servidores administrativos na sua esfera do trabalho²⁰¹.

Com notável justeza, Marcília Gama da Silva destacou em sua tese de doutorado que o binômio segurança e desenvolvimento passa a ser apresentado no discurso ditatorial como legítimo para se contrapor as “ideias nocivas” presentes entre os opositores, “causadores de desordens que são consideradas, aos olhos de segurança, nefastas à ordem e uma ameaça à segurança do país”²⁰².

Na penúltima semana de 1964, o Conselho Universitário é convocado para uma seção especial, prestando-se a receber e prestigiar Murilo Guimarães ao posto máximo de direção da Universidade do Recife. O evento, quase que uma celebração cívica, contou com o comparecimento do governador de Pernambuco, Paulo Pessoa Guerra, do prefeito do Recife, Augusto Lucena, de autoridades militares como General Antônio Carlos Muricy, comandante da 7ª Região Militar do IV Exército, dos cônsules da França e do Japão, do bispo-auxiliar da Arquidiocese de Olinda e Recife, dom José Lamartine Soares, e, claro, de numerosos professores e estudantes da universidade.

Cautelosamente, o vice-reitor, Newton Maia, pede com prontidão que os professores Duarte Dias, Nilo Pereira e Abgar Soriano recebam o professor Murilo Guimarães no recinto, recebendo ao entrar “calorosa salva de palmas”. Murilo agradece a presença notável dos presentes e considera que a unanimidade das intenções à sua escolha “expões em síntese o programa que pretende realizar”²⁰³. Apesar de extensa, é justificável, pela riqueza dos detalhes,

²⁰¹ UNIVERSIDADE DO RECIFE. Atas do Conselho Universitário da Universidade do Recife. Recife: UR, 27 abril de 1964.

²⁰² SILVA, Marcília Gama da. 2007, *Op. Cit.*, pp. 26-27.

²⁰³ UNIVERSIDADE DO RECIFE. Atas do Conselho Universitário da Universidade do Recife. Recife: UR, 22 agosto de 1964.

a longa citação do novo reitor no tocante a sua perspectiva para o futuro da instituição. Deixemo-lo com a palavra:

A universidade brasileira [...] carece ainda de virtudes essenciais que assegurem a sua expansão dentro de um **plano harmônico**. Terá ela de ultrapassar a fase de simples aglomerado de Faculdades e Escolas [...] para alcançar um sentido orgânico, exigido pelos seus nobres fins. No afã de acelerar o processo de nosso desenvolvimento, cuidamos permanentemente da criação de novos centros de estudos, multiplicamos os órgãos de preparação profissional e investigação científica. [...] Não devem viver as diversas unidades universitárias, não devem existir as várias cátedras de uma mesma unidade, como compartimento estanques, alheias, uma das outras, à sua sorte, e à especificidade de seus conhecimentos. O espírito que se lhes impõe não é o de competição mas de uma leal colaboração. Com absoluta propriedade, diz Tristão de Ataíde que “a vida universitária não é coexistência e muito menos simples paralelismo de escolas, professores e estudantes. Deve ter uma existência orgânica. Deve ter uma comunidade de estudantes e professores, de ciência, de filosofia, de tecnologia e de belas-artes”. [...] Para alcançar essa meta, necessitamos de muito trabalho, de muita dedicação, de um empenho permanente sem desfalecimentos. É preciso que professores e estudantes se unam **em torno desse ideal comum, com espírito de sacrifício, com tolerante compreensão** dos obstáculos que se antepõe a sua ação e com energia férrea para superá-los²⁰⁴.

O ideário que norteou as ações da ditadura no ensino, em seus variados níveis e processos, foi a teoria do capital humano. Com base nessa teoria, nos lembra Vera Canuto, o progresso econômico do país necessitaria ser acompanhado pelo capital físico e pela melhoria da força de trabalho. Nesta ótica de perceber o desenvolvimento econômico, o Estado adequaria suas funções para controlar o sistema educacional a fim de promover um melhoramento de suas estruturas visando atender o aperfeiçoamento do mundo do trabalho. A educação passa a ser vista à luz dos conceitos de investimentos e rentabilidade, contribuindo para avançar na “progressiva tecnificação do setor educacional”²⁰⁵. Uma das maneiras de buscar tais objetivos deu-se por meio de convênios públicos e privados, realização de projetos de extensão, acordos internacionais e negociações com setores industriais. É verdade que essas relações já faziam parte da vida universitária do país, no entanto com a ditadura as barreiras e eventuais objeções a esses acordos seriam sustados, contribuindo para que o regime propalasse uma ideia de consciência nacional coesa como forma de legitimar suas ações.

4.3 A UFPE entre reformas, convênios e projetos

Entre os anos de 1965 e 1967, a ditadura civil-militar impulsionou pelo país um projeto de lei (nº 4.759/65) que obrigava todas as Universidades e Escolas Técnicas da União a receberem a qualificação de “Federais” em seus nomes²⁰⁶. A mudança expressa na lei indicava

²⁰⁴ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diário de Pernambuco*, 23 de agosto de 1964, p. 15. Grifos nossos.

²⁰⁵ CANUTO, Vera Regina, 1987. *Op. Cit.*, p. 26.

²⁰⁶ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19501969/14759.htm#:~:text=L4759&text=LEI%20No%204.759%2C%20DE,Universidades%20e%20Escolas%20T%C3%A9cnicas%20Federais.

que o objetivo era de projetar nas universidades “os anseios centralizadores do regime”²⁰⁷. Com efeito, o ensino superior fora visto pelos militares como capacitado de inspirar a formação da consciência nacional e de conduzir o país para uma convicção patriótica da ciência. Dessa forma, em 13 de outubro de 1965, o Conselho Universitário é convocado às pressas pelo reitor Murilo Guimarães para comunicar aos demais conselheiros que a Universidade do Recife passará a se chamar Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e que todos os documentos emitidos ou assinados após a data do comunicado deverão seguir as rigorosas normas de alteração do nome da instituição. Sofreram mudanças imediatas também as diversas unidades, comissões e departamentos que passaram a receber a designação imposta pelo regime. Buscava-se com isso tornar as universidades partícipes do ideário de integração nacional, distanciando-a de nomenclaturas meramente estaduais²⁰⁸.

Até o gradual processo da Reforma Universitária ganhar corpo e se difundir pelo Brasil, as universidades brasileiras sobreviviam com parcas e desiguais verbas para o financiamento das faculdades e escolas, atraso de pagamentos e repasses insuficientes de bolsas. Diante dessa escassez, as universidades tentavam suprir suas necessidades financeiras através de parcerias e convênios, ora com o próprio Ministério da Educação e Cultura ora com organizações privadas.

Na UFPE, antes do golpe, algumas discussões na aceitação ou não de certos convênios se faziam notar entre os conselheiros. Uma delas, curiosamente, fora travada entre Murilo Guimarães e João Alfredo. O debate veio à baila em detrimento da disposição de Murilo de firmar um convênio com um instituto privado, cujo nome não é especificado na reunião. O plano do convênio surgiu da necessidade de desenvolver projetos com o Instituto de Ciências Políticas, que se encontrava com carências financeiras e via no convênio uma forma viável de obter recursos. Murilo, como relator do convênio, expressou que já havia solicitado permissão à Procuradoria Geral da Universidade, que por sua vez se demonstrou favorável ao pedido. No entanto, João Alfredo assume a palavra na reunião e faz breves contestações à iniciativa. Para o reitor, tal convênio se demonstrava desnecessário, em função da própria universidade possuir o recém-criado Instituto de Ciências do Homem que “poderia e deveria ser desenvolvidas atividades semelhantes àquelas que são desenvolvidas pelo instituto em apreço”²⁰⁹. O Instituto de Ciências do Homem foi criado em 1963 e tinha como uma de suas missões coordenar

²⁰⁷ MOTTA, Rodrigo Pato Sá. 2014, *Op, Cit.*, p. 75.

²⁰⁸ UNIVERSIDADE DO RECIFE. Atas do Conselho Universitário da Universidade do Recife. Recife: UR, 26 agosto de 1965.

²⁰⁹ UNIVERSIDADE DO RECIFE. Atas do Conselho Universitário da Universidade do Recife. Recife: UR, 20 janeiro de 1964.

pesquisas de várias faculdades, oferecendo cursos de extensão, formação profissional e projetos com os estudantes e professores. Apesar das considerações de João Alfredo, o projeto foi submetido à votação e sendo aprovado.

Após 1964 os convênios irão se concretizar sem grandes perturbações com apoio unânime dos professores dirigentes. Convênios com a Sudene para criação de cursos de graduação e pós-graduação; com organizações norte-americanas como a Aliança para o Progresso e a USAID na construção de sedes na universidade; com fundações internacionais para promoção de cursos, seminários e demais eventos científicos; entre outros, figuram entre os mais comuns no reitorado de Murilo Guimarães. Para o reitor, o progresso da universidade rumo a uma consolidação científica perpassava obrigatoriamente por uma aproximação com os setores empresariais da região. Em 1966, a universidade criou, por meios de alianças privadas, os Conselhos Empresariais na Escola Superior de Administração e na Escola de Química com vistas a cooperar com o estado de Pernambuco no aperfeiçoamento tecnológico e funcional das indústrias²¹⁰. Estava em discussão no Conselho Universitário estimular a contratação de estagiários dessas escolas para conhecer a realidade da indústria pernambucana e orientar seus esforços de pesquisa em direção a integração com os setores da iniciativa privada. Frisava o reitor que “a Universidade louva o esforço constitutivo daqueles que buscam integrar o setor privado da economia brasileira na problemática do desenvolvimento”²¹¹.

Vimos em oportunidades passadas que a aproximação entre indústria e universidade já se fazia sentir desde o reitorado de João Alfredo; com Murilo essa aproximação se torna umbilical e os assuntos universitários passam a se confundirem com assuntos econômicos. Se essa interação era amistosa, agora ela passa a se tornar vital. Os cursos, seminários e pesquisas de áreas como Física, Administração, Nutrição, Agronomia, Ciências Políticas e Economia passam a se orientar muitas vezes em projetos que visam sofisticar o setor industrial do estado de Pernambuco.

Murilo direcionava parte de seus esforços na reitoria para efetuar o projeto da chamada “Universidade-Empresa”, em conformidade com os anseios da ditadura em tornar os espaços acadêmicos úteis técnica e cientificamente ao melhoramento do planejamento e da organização empresariais. A Universidade-Empresa era uma designação corrente nos projetos da Reforma Universitária de 1968 para formar pesquisadores e estudantes com capacidades mais técnicas e

²¹⁰ UNIVERSIDADE DO RECIFE. Atas do Conselho Universitário da Universidade do Recife. Recife: UR, 25 novembro de 1966.

²¹¹ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diário de Pernambuco*, 05 de janeiro de 1967. p. 5.

especializadas do que necessariamente críticas. Era necessário “impedir que se formasse uma intelectualidade inconformada, capaz de questionar o sistema político”²¹². Para o reitor, a universidade dispunha de pesquisadores e técnicos com habilidades e competências distintas e detinha um aporte tecnológico que, apesar de limitado, poderia auxiliar as empresas em suas necessidades, quer sejam pontuais ou duradouras. Defendia que caso um empresário tivesse interesse em planejar seus projetos a instituição estaria disposta a oferecer seus serviços. “Elaborar-se-ia um projeto que seria financiado pela empresa interessada, seja para aquisição do equipamento caso necessário, seja para complementar o salário da equipe de pesquisadores e professores incumbidos da tarefa de trazer técnicos capazes de cooperar com o projeto”²¹³.

A Universidade-Empresa ou Universidade-Indústria é indicativa para pensarmos como os gestores do regime pensavam a organização e direção das universidades. Conforme apontamos no primeiro capítulo, pretendia-se tolher toda capacidade de produzir política na academia, seja em manifestações estudantis ou declarações por parte dos professores que visassem contrariar os anseios autoritários da ditadura. Em outras palavras, a mentalidade tecnicista que presidiu os programas universitários entre 1964-1985 desejava sanear toda expressão de ameaça política.

Em reunião com o ministro Jarbas Passarinho no Rio de Janeiro o arcebispo emérito de Aracaju (Sergipe, Nordeste), Dom Luciano Duarte, destacou que a experiência universitária passa por um “conflito de gerações” que deve se procurar conter e que as autoridades devem estar atentas para prevenir que situações vexatórias fujam do controle. Desse modo, a educação universitária estaria atravessando uma acintosa crise em razão de “falsos guias, que levam os jovens, sob alegação de se oporem às formas concretas de autoridade a tentar destruir, de roldão, os valores que a autoridade representa e de que é portadora”²¹⁴.

O percurso para a modernização da UFPE após a ditadura não se traduz apenas em debates entre os conselheiros sobre quais mudanças devem ser realizadas em torno dos regimentos ou mesmo da (re)organização interna das congregações, departamentos e entidades universitárias. A modernização conservadora da ditadura – e, por extensão, sua postura tecnicista – se espelhou até em alguns detalhes perceptíveis na própria materialidade do corpo das atas do Conselho Universitário. Antes de 1964, as atas universitárias seguiam uma

²¹² MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar: 1964-1968*. Campinas: Papyrus, 1987. pp. 147-148.

²¹³ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diário de Pernambuco*, 09 de maio de 1969. p. 5.

²¹⁴ DUTRA, Dom Luciano. *Boletim CAPES*, nº 204, novembro, 1969, p.12.

organização diferente da que se apresenta com as mudanças orgânicas do regime militar. No momento anterior ao regime, as atas tinham uma organização muito singela e pouco funcional: reduzia-se a um texto corrido sobre as pautas discutidas, aparentemente sem hierarquias temáticas, e finalizava com a lista dos presentes no recinto. Após 1964 as atas do conselho se modificam profundamente. Agora elas iram se tornar práticas, eficientes e mais objetivas para a leitura. Foram dotados de um sumário, contendo uma pauta, enumerada respectivamente por a) discussão e aprovação da ata, b) expediente, c) ordem do dia e d) moções, indicações e comentários. As atas eram primeiramente escritas à mão e depois se elaborava uma cópia datilografada para envio ao Governo Federal. Logo, as reuniões eram cuidadosamente vigiadas por órgãos competentes, tanto pelo MEC quanto pelo Conselho Federal de Educação. O tecnicismo não se fazia notar apenas na condução de projetos de leis, materiais didáticos ou no direcionamento do ensino; ele transparecia na concretude dos documentos, adequando-os a um horizonte modernizador e estéreo politicamente.

A higienização política e o pensamento tecnocrático que marcam a UFPE após a ditadura contrasta com os debates feitos antes de abril de 1964. Após a instauração da ditadura militar, os movimentos sociais, em especial aqueles ligados a estudantes e trabalhadores urbanos e rurais, sofreram pesadas consequências como prisões arbitrárias, perseguições de todos os tipos, censura, assassinatos e torturas. O movimento estudantil, em particular, tinha uma atuação marcante em suas entidades universitárias e pressionaram de várias maneiras a universidade, com vistas a torná-la uma instituição moderna e democrática. No período que precede ao golpe, o Conselho Universitário da Universidade do Recife assumia em algumas oportunidades uma posição solidária às reivindicações estudantis. Evidentemente que essa colaboração era diminuta e casual, não se espraiando para a maioria dos conselheiros.

Em março de 1964, João Alfredo, apoiado do professor José Francisco Sá Barreto (Faculdade de Filosofia), colabora para que os estudantes da Faculdade de Farmácia participem da escolha do novo diretor e vice-diretor da mesma e viagem até Brasília para resolver o problema de sucessão do cargo. O professor Sá Barreto, na mesma reunião, adverte que verbas sejam exigidas para a Faculdade de Farmácia e que os cortes apresentados não são culpa do reitor, mas sim da falta de repasse por parte do Ministério da Educação. Aproveitando-se das recomendações do conselheiro, João Alfredo aconselha que os estudantes façam um movimento

intensivo pelo país, como manifestações ou atos públicos, tendo em vista pressionar o Governo Federal contra os sucessivos cortes de verbas para a educação²¹⁵.

Após julho de 1964, a presença dos estudantes no principal órgão colegiado da UFPE era constante, mas seu papel fora diluído ao simples ordenamento burocrático, tendo sua capacidade de mobilização reduzida e por vezes vigiada direta ou indiretamente pelo conselho. Importa observar que a ditadura inspirou-se nos modelos norte-americanos de ensino superior e articulou adaptações dessas organizações universitárias para o Brasil. Na estrutura norte-americana os conselhos universitários eram divididos em pelo menos três direções, a saber: o nível técnico-científico, reservado ao corpo docente; o nível administrativo, representado por setores privados da economia; e, por fim, o nível departamental, ao qual estudantes e professores conselheiros faziam parte, mas sem grande participação nos assuntos mais relevantes da instituição²¹⁶.

Vale considerar igualmente que, com frequência, o Conselho Universitário prestava homenagens a representantes da própria instituição ou do governo. Uma homenagem que chama muito atenção fora realizada no final do ano de 1964. No momento, terminada as discussões sobre alianças entre a Kellogg Foundation e a Escola de Enfermagem, o catedrático Fernando Menezes sugere que se faça um voto de louvor aos professores aposentados pelo Ato Institucional. Destacam-se os nomes de João Alfredo, Pelópidas Silveira, Newton Maia, Antonio Bezerra Baltar, e Amaro Soares Quintas. Para os demais conselheiros, aqueles professores são dignos de homenagem pelos seus trabalhos contínuos em melhorar a missão universitária rumo ao progresso. No final, o vice-reitor Jônio Pereira Lemos se oferece para ler uma declaração de um dos professores punidos pela ditadura, o engenheiro e arquiteto Antônio Baltar. O que nos surpreende em seu discurso é como, mesmo sendo vítima, Antônio Baltar reitera os princípios moralistas da ditadura em sua defesa. Compreende que a punição que recebera na forma de afastamento tinha sido uma “flagrante injustiça”, pois em suas atividades como professor jamais flertou com “atos de corrupção ou subversão” e que nunca usou sua posição como catedrático para “qualquer tipo de proselitismo político ou ideológico”²¹⁷.

Devemos lembrar que a homenagem descrita acima não se aproxima de maneira alguma a uma demonstração de resistência ao regime, mas sim de um ritual institucional, em que se

²¹⁵ UNIVERSIDADE DO RECIFE. Atas do Conselho Universitário da Universidade do Recife. Recife: UR, 12 de março de 1964.

²¹⁶ CUNHA, Luiz Antônio. 2007, *Op, Cit.*, pp. 71-72.

²¹⁷ UNIVERSIDADE DO RECIFE. Atas do Conselho Universitário da Universidade do Recife. Recife: UR, 23 outubro de 1964.

pautam obrigações de reciprocidade entre os conselheiros. Independente dos motivos que levaram as aposentadorias daqueles professores, seja por força de censura ou por determinações do direito previdenciário, as homenagens iriam ser feitas de qualquer modo. Com forte influência do antropólogo Marcel Mauss, Alain Caillé defenderá que as organizações modernas são pautadas, em partes, por “pequenos presentes verbais”; sem eles os vínculos entre os integrantes da organização ou instituição se tornam inviáveis, sendo necessária uma a tripla obrigação de dar, receber e retribuir. Neste ponto e sentido, as palavras com vistas a homenagear não podem ser entendidas como meros vetores de informações pois assim serão lidas pelo seu sentido literal, dando a entender que a posição dos conselheiros para com os afastados seria de empatia aos mártires. Ao contrário, as homenagens carregam em si uma “instância de dádiva”, como uma troca ritualizada necessária para firmar um compromisso entre os conselheiros. “A linguagem do agradecimento, ritualmente utilizada [...], evoca por si só as duas dimensões paradoxalmente unidas no dom: a da graça e da gratuidade, por um lado, e, por outro, o da obrigação”²¹⁸.

Urge perceber, de igual modo, que as homenagens não se isolam nos ritos universitários. Esta prática foi adotada com certa expressividade em outras instituições do país, no momento imediato após o golpe. No final no mês de abril de 1964, o Conselho Federal de Educação aprovou o parecer 106, escrito por Clóvis Salgado, segundo o qual permitia a substituição dos membros do órgão por interventores. Após as discussões sobre as implicações do parecer, os novos integrantes do CFE pediram que se prestassem homenagens aos conselheiros demitidos pelo regime²¹⁹. Vê-se novamente, por meio deste exemplo, que as homenagens não se prestavam a oferecer relutância ao autoritarismo político engendrado e aperfeiçoado pela ditadura, mas apenas figurava como um gesto rotineiro da administração e por vezes necessário à vida burocrática.

É bem verdade que após os anos 1970, com a implantação da Pró-reitora de Pesquisa, a UFPE irá direcionar zelo e empenho em aumentar significativamente o número de convênios para atender satisfatoriamente suas demandas acadêmicas. Há que destacar que nesse período vai ganhar destaque a inauguração do Centro Regional de Pós-graduação²²⁰, no qual atrairá investimentos público-privado para a instalação de bibliotecas e reformas das faculdades, assim

²¹⁸ MARTINS, Paulo Henrique (Org.). *A dádiva entre os modernos*: discussão sobre os fundamentos e as regras. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. pp. 99-100.

²¹⁹ CUNHA, Luiz Antônio. 2007, *Op, Cit.*, p. 42.

²²⁰ UNIVERSIDADE DO RECIFE. Atas do Conselho Universitário da Universidade do Recife. Recife: UR, 01 abril de 1970.

como uma ampliação dos cursos de mestrado²²¹. No entanto, tais convênios marcam uma característica importante na vida desta universidade após 1964, facilitada, é claro, pela abertura e disposição do reitor.

Uma das primeiras iniciativas de Murilo – e que se prolongará até o final de seu mandato – é a procura em firmar acordos sólidos com projetos afinados com a perspectiva de integração entre universidade, empresa e sociedade. Como destacado no primeiro capítulo, uma das iniciativas mais visíveis nesse direcionamento é o Projeto Rita, pensado e elaborado pelo professor norte-americano Morris Asimow (Universidade da Califórnia) e que tinha como uma de suas premissas levar ao Nordeste brasileiro as máximas da tecnologia e do desenvolvimento regional. “A ideia era fomentar atividades econômicas entre as populações carentes, ensinando técnicas de trabalho mais produtivas e estimulando a abertura de pequenas empresas”²²².

O primeiro acordo entre a UFPE e o Rita fora sediado no auditório do Banco do Brasil em um curso de conferências sobre a região do Nordeste e o desenvolvimento econômico, cujo subtítulo do evento recebeu o nome de “Um Manifesto Não-Comunista”. No momento estavam presentes representantes estadunidenses do Comitê Interamericano da Aliança para o Progresso, o superintendente da Sudene, João Gonçalves de Souza, o governador do estado de Pernambuco Paulo Guerra, o comandante do IV Exército, general Olímpio Mourão Filho, o destacado reitor da UFPE, Murilo Guimarães, entre outras figuras abalizadas de notável importância política. No centro dos debates estava a questão de como buscar a ampliação da produção agrária e indústria conforme as necessidades da população. Destacado anticomunista no Brasil, Walter W. Rostow²²³, considera em um dado momento do evento que a produção agrícola no Brasil (e também na América Latina) deve ser guiada pelo esforço do Estado (incluindo instituições como universidades, bancos e o Exército) frente às limitações do agricultor e que as políticas agrárias precisariam levar assistência técnica, educação básica e saúde básica aos pequenos produtores²²⁴. No horizonte dessas premissas, estava inclusa o projeto de redefinir o desenvolvimento do país abandonando algumas das ideias defendidas pelo nacional-

²²¹ Neste ponto concordamos com o professor Pedro Lincoln de Matto que vê no aumento de cursos, sejam eles ligados à graduação ou programas de pós-graduação, como reflexo do efeito mais imediato e representativo de expansão organizacional das instituições do ensino superior nos anos que percorrem a ditadura. Neste sentido a UFPE, ao lado de outras universidades do país, irá conhecer, até meados de 1974, um aumento de quase 100% de seus quadros profissionais, divididos entre professores efetivos e auxiliares, assim como o crescimento de sua infraestrutura. Ver: MATTOS, Pedro Lincoln Carneiro Leão de. *As universidades e o governo federal*. Recife: Editora Universitária, 1983.

²²² MOTTA, Rodrigo Pato Sá. 2014, *Op, Cit.*, p. 89.

²²³ Para ler um pequeno relato biográfico sobre Walter Rostow, ver: MOTTA, Rodrigo Pato Sá. 2014, *Op, Cit.*, p.121.

²²⁴ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diario de Pernambuco*, 03 de setembro de 1964. p, 9.

desenvolvimentismo e redirecionando as iniciativas do Estado para a promoção de um planejamento racional de país, integrando políticas assistenciais como um de seus fundamentos.

Iniciativas como essas descritas acima foram importantes para aumentar a credibilidade do reitor como um administrador competente. A USAID era ovacionada pelos governadores da Arena como uma instituição de grande valor por reconhecer a importância do setor privado na educação e na dinamização da economia regional. A UFPE estaria passando, nessa visão, por uma revolução em sua administração. Pernambuco era visto como um estado que sofrera nas mãos do governador Miguel Arraes por ter suportado “13 meses de administração comunista”, o que se sucedeu a agitações apoiadas tanto pelo Governo do Estado quanto pela própria Universidade do Recife. Mas com a “eliminação do comunismo” da UFPE (para a ditadura, sempre parcial) o ensino superior agora estaria nas mãos de “um homem de empresa: o reitor Murilo Guimarães”²²⁵.

Outro convênio importante para a construção de uma universidade moderna e guiada pelo espírito de boas relações com a indústria e a iniciativa privada sem dúvidas fora estabelecido com a Sudene. Esta contribuiu, a título de exemplificação, em vários episódios no período tratado. A Sudene trabalhou na provisão de recursos para cursos de pré-vestibulares nas escolas de Química e Engenharia²²⁶; em acordos com a USAID para a criação da Escola de Administração²²⁷; estabelecimento de cursos técnicos na Escola de Química; convênio com o Instituto de Micologia (IMUR) destinado a pesquisas microbiológicas para estudo do solo na região do Maranhão²²⁸; aliança com a Petrobras para organizar a criação de uma Comissão de Energia Nuclear, contando o auxílio das escolas de Física e Geologia²²⁹. Na compreensão do reitor, tais acordos eram fundamentais para fortalecer um horizonte universitário integrado com “os problemas de sua realidade e voltada para a sua grande missão que é a de promover o saber e a cultura”²³⁰. Firmar relações com instituições como a Sudene se tornava tarefa imperiosa se se buscasse uma aproximação com a sociedade visando melhorá-la no caminho de uma civilização técnica e culturalmente sofisticada.

²²⁵ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diário de Pernambuco*, 08 de novembro de 1964. p. 4.

²²⁶ UNIVERSIDADE DO RECIFE. Atas do Conselho Universitário da Universidade do Recife. Recife: UR, 22 agosto de 1964.

²²⁷ UNIVERSIDADE DO RECIFE. Atas do Conselho Universitário da Universidade do Recife. Recife: UR, 04 fevereiro de 1965.

²²⁸ UNIVERSIDADE DO RECIFE. Atas do Conselho Universitário da Universidade do Recife. Recife: UR, 06 outubro de 1965.

²²⁹ UNIVERSIDADE DO RECIFE. Atas do Conselho Universitário da Universidade do Recife. Recife: UR, 07 julho de 1967.

²³⁰ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diário de Pernambuco*, 25 de dezembro de 1966. p. 11.

A procura por reformar a universidade dizia respeito também à procura do regime em sofisticar a estrutura das instituições superiores de educação para atender às demandas de empregabilidade e qualificação da mão de obra, sobretudo dos setores médios da sociedade. Esses objetivos não lograram plenamente, mas já se manifestavam como um indício de que para o regime autoritário ganhar apoio social seria central oferecer um planejamento que satisfizesse minimamente demandas advindas das classes médias – como a garantia de ingresso à universidade. Juntava-se a isso o fato da ditadura tentar criar um clima político que dissipasse qualquer forma de inquietude das oposições, o que poderia desencadear processos políticos indesejáveis. A reforma, mais do que uma mudança infraestrutural nas universidades, representou, amiúde, uma disposição estratégica da ditadura em arrefecer qualquer tipo de hostilidade nas universidades a seu respeito.

“Os militares querem orientar a educação”²³¹. Era dessa maneira que a imprensa nacional propalava os interesses do Exército para superar o arcaísmo universitário. Depois dos primeiros momentos de repressão verificados na Operação Limpeza, os militares começaram a desenvolver efetivamente um programa para as universidades brasileiras. Após 1966, inúmeros seminários e conferências sobre a educação foram empreendidos por esses setores, sob pretexto de se encontrarem as universidades em um ritmo de completo marasmo, cujo desenvolvimento estava sendo prejudicado pela precariedade de funcionamento de suas próprias estruturas, alimentado por uma organização administrativa ultrapassada. “Há as estruturas inadequadas, pesadas, sem organicidade, antifuncionais, que favorecem a manutenção dessa improdutividade e completam o quadro da ineficácia instrumental”²³².

A reforma imprimiu maleabilidade às universidades. Seus resultados não se revelaram visíveis imediatamente à assinatura da lei nº 5.540 de 1968, em vista da necessidade de um período relativamente longo para atingir sua maturidade. O modelo universitário, como vimos, muitas vezes atrofiava a capacidade de produção científica e de especialização dos pesquisadores, como se espera de uma universidade voltada ao desenvolvimento de sua autonomia. No entanto, como aponta Florestan Fernandes, a Reforma Universitária planejada e projetada em 1968 não associava pesquisa científica à consciência crítica, capaz de alterar a tessitura das relações sociais, pois subtraía a capacidade reformista às ideias de razão, de

²³¹ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Correio da Manhã*, 19 de outubro de 1966, p. 7.

²³² BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. *Relatório Meira Mattos*. Rio de Janeiro, 1968.

progresso e de alta cultura, isto é, forçava um movimento de reforma que incorporasse, como advoga o autor, uma “solução conservadora”²³³.

Para Florestan “o governo conseguiu modernizar pela superfície”²³⁴. Tanto em 1968 como pelos decretos leis 53 (de 18 de novembro de 1966) e 252 (de 28 de novembro de 1967) possibilitaram uma integração orgânica mais coesa, através dos departamentos, institutos e junção de faculdade em um *campus*, no entanto o comportamento conservador da universidade ainda continuava atuando, pois os avanços obtidos com a Reforma Universitária eram insuficientes e indesejáveis para a construção de uma Universidade-Problema – ciosa em construir uma educação voltada para as necessidades sociais e ligada a uma produção tecnológica e científica ativa e atuante politicamente – mas sobretudo garantir um controle político sobre às instituições de ensino²³⁵.

Na UFPE o professor Nilo Pereira homenageava Castelo Branco por permitir que as universidades brasileiras conquistassem sua autonomia (administrativa), na medida em que se encontravam em uma etapa de empenho na direção de uma “estruturação racional e estimulante da formação docente universitária”²³⁶, através dos primeiros passos para a reforma: o Estatuto do Magistério Superior. O novo Estatuto (Lei nº 4.881-a, de 6 de dezembro de 1965) era visto como uma demonstração de sensibilidade do governo para com às exigências da comunidade universitária. Em 23 dezembro de 1965, Murilo é convidado pelo MEC para falar, em nome de todos os reitores do país, sobre a importância do estatuto para as instituições educacionais de nível superior. Agradecendo a Castelo Branco pela oportunidade, Murilo relata que o “governo revolucionário” releva a cada passo um interesse crescente de nos problemas universitários, “preocupação pelo seu destino e reconhecimento do papel importante que a Universidade desempenha na estrutura da vida nacional”²³⁷.

Vimos, no capítulo anterior, que João Alfredo já promovia debates em torno do tempo integral para professores e formas mais transparentes de ingresso de professores à universidade, no entanto esses projetos só foram possíveis a partir de 1965. O Estatuto do Magistério Superior foi o primeiro passo para o conjunto de normas que estabeleciam uma reforma nas universidades. Com relação ao regime de tempo integral e dedicação exclusiva só foi possível

²³³ FERNANDES, Florestan. *Universidade brasileira: reforma ou revolução?* São Paulo: Expressão Popular, 2020. pp. 104-105.

²³⁴ FERNANDES, Florestan. 2020. *Op., Cit.*, pp. 107-109.

²³⁵ FERNANDES, Florestan. 2020. *Op., Cit.*, pp. 112-113.

²³⁶ UNIVERSIDADE DO RECIFE. Atas do Conselho Universitário da Universidade do Recife. Recife: UR, 30 novembro de 1964.

²³⁷ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diário de Pernambuco*, 23 de dezembro de 1965. p. 4.

em sua totalidade depois de 1973, porém até este ano já havia na UFPE cerca de 259 professores²³⁸ contemplados com essa situação, permitindo um aumento salarial expressivo com relação às décadas passadas e tornando a carreira docente nas universidades uma profissão liberal mais atrativa. Este ponto é interessante uma vez que muitos professores da antiga Universidade do Recife por vezes nem salário recebiam. Como relata em entrevista o professor Antônio Palhares Reis da Faculdade de Direito na passagem de 1940 a 1950 “era trabalho voluntário. Ninguém era obrigado a trabalhar. Era diferente. Ninguém estava compelido a trabalhar de graça. Era um status trabalhar na Universidade”²³⁹.

Sem dúvida o problema do tempo integral animava professores e estudantes interessados, no futuro, em investir energia para uma vida investigativa. Mas assinalava também um dos traços mais marcantes da trajetória de Murilo à frente da reitoria da UFPE. Em 1969, o parlamento brasileiro se reúne para colher depoimentos extraídos pela Comissão Parlamentar de Inquéritos sobre o ensino superior. O objetivo era realizar entrevistas com intelectuais e estudantes sobre a realidade da universidade em seu processo de reforma. O relatório da CPI se concentrava, em especial, em avaliar as atividades gerais das universidades, suas contribuições, compromissos e atuações frente às mudanças em curso. Ofereceram depoimentos para o relatório diretores, professores, presidentes de federações e conselhos universitários, e reitores. Murilo foi um dos reitores convidados (nem todos participaram) para tecer suas análises de como estava sendo o avanço e o ritmo da reforma na UFPE. Com discreta medida, suas considerações foram diretas e curtas como era de seu temperamento. Apontou que não encontrava muitas dificuldades para implantação das normas estabelecidas pela Constituição de 1967 e que a reestruturação estava caminhando a passos largos, uma vez que a UFPE já se portava de maneira hábil desde a reformulação do estatuto da universidade e na composição de uma comissão específica para atender às mudanças vindouras. Destacou em sua fala que era dever das universidades brasileiras resolver:

O problema do tempo integral dos professores, a remuneração de professores que trabalham com dedicação exclusiva, a modificação curricular. Um dos assuntos mais importantes a serem resolvidos nas universidades brasileiras é acabarmos com certos currículos exageradamente ambiciosos, que sempre tivemos, em benefício de outros cursos de pós-graduação, compreendidos nestes não só aqueles do mestrado e do doutorado, como também os de especialização.²⁴⁰

²³⁸ CANUTO, Vera Regina, 1987. *Op. Cit.*, p. 73.

²³⁹ MOREIRA REIS, Antônio Carlos Palhares. Entrevista. In: SANTOS, Evson Malaquias de Moraes (Org.). 2012, *Op. Cit.*, p. 44.

²⁴⁰ Infelizmente não conseguimos obter o relatório na íntegra. O que conseguimos de informações foram descrições parciais e documentos anexados na pesquisa de doutorado de Macioniro Celeste Filho. Ver: FILHO, Macioniro Celeste. *A Reforma Universitária e a Universidade de São Paulo - década de 1960*. Tese (Doutorado em História)

O discurso²⁴¹ da ditadura buscava adotar uma imagem de país na qual as universidades operariam como um dos braços auxiliares nessa missão de edificar o “Brasil Grande”. Como pontua Creuza Berg, na propaganda militar o que estava em jogo era transmitir a ideia de um “País Novo” – em contraposição ao “Homem Novo” da ditadura varguista – pois o regime não queria refletir a representação de uma figura individual e carismática, presente em muitas ditaduras, mas de propagar a noção que uma coletividade estava participando do desenvolvimento, e esta coletividade era o “Brasil”²⁴². Um outro ponto que sustentava o discurso da pátria unida em prol do progresso era de difundir um apelo popular representado pela ideia de “Revolução” diminuindo a natureza tipicamente militar do regime, ou seja, a ideia de que o novo governo contava com forte apoio dos diversos setores civis²⁴³.

É dessa maneira que a Reforma Universitária é pensada pelos representantes da UFPE. Os estudantes filiados ao Diretório Acadêmico de Odontologia e Direito divulgaram um manifesto em que se colocavam “desejosos de se integrar no esforço de reconstrução nacional”. O manifesto ressalva que se deve haver um comprometimento das lideranças universitárias em apressar a reforma e que os estudantes se colocariam dispostos a serem verdadeiros entusiastas do “Brasil grandioso de amanhã”²⁴⁴. A adesão de diversas frações das camadas estudantis à Reforma Universitária foi de grande relevância para que o Governo Federal transmitisse a ideia que havia dois grupos de estudantes no país: os democráticos e os subversivos. Para Costa e Silva, por exemplo, a sociedade brasileira tinha o dever de distinguir entre “as reivindicações legítimas dos moços” dos ativistas subversivos que se portavam contrários ao avanço universitário. É estimulante perceber que nem mesmo nas falas de Costa e Silva, como esta apresentada, não está presente uma composição de frases violentas contra o movimento estudantil. O nível de politização nos círculos estudantis era tal que foi de fundamental

– Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 293. 2006. pp. 277-8.

²⁴¹ Entendemos o conceito de discurso através das reflexões de Michel Foucault. Para este, o dispositivo discursivo é a soma de enunciados que moldam e sustentam as relações e práticas políticas, econômicas, sociais, educacionais. No que tange às universidades, as práticas discursivas da ditadura militar compõem regras de funcionamento que visam associar todo empreendimento do regime à construção de uma nação forte, independente e distinta. Os dispositivos discursivos são capazes também de imprimir uma articulação entre saber e poder possibilitando que técnicas e estratégias de poder produzam mecanismos de dominação. “Em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos”. FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 5ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999. pp. 8-9.

²⁴² BERG, Creuza. *Mecanismos do silêncio: expressões artísticas e censura no regime militar (1964-1984)*. São Carlos, EdUFSCar, 2002. p. 56.

²⁴³ CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. p. 73.

²⁴⁴ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diário de Pernambuco*, 04 de julho de 1964, p. 3.

importância para a implementação das reformas uma crítica que se distanciasse do ataque frontal, apesar de muitas vezes essa estratégia não ser bem sucedida, e às vezes não desejada por apoiadores do regime. “A fermentação entre nós se processa exatamente por uma minoria inquieta, constituída de moços que, por excesso de ingenuidade, cedem aos apelos de ativistas ideologicamente preparados”²⁴⁵.

Diferente de outras instituições do Nordeste – como no Rio Grande do Norte – a UFPE não teve grandes tribulações para implementar a reforma. “Domina em tais reuniões o diálogo franco, fazendo com que a reitoria mantenha as melhores relações com o corpo discente da UFPE”²⁴⁶. No final do ano de 1969, Murilo convoca uma sessão ordinário no Conselho Universitário para anunciar mudanças no Conselho Coordenador de Ensino e Pesquisa (CCEP) e a inclusão do Conselho de Curadores para o novo Estatuto de 1969²⁴⁷. Comparando o Estatuto da UFPE de 1968 e 1969 verificamos algumas mudanças interessantes. Em 1968 ainda é possível verificar a sobrevivência dos catedráticos como possíveis candidatos a participarem da composição do CCEP. Porém em 1969, apenas professores titulares efetivos em função ativa do cargo estavam credenciados a compor o conselho²⁴⁸. Esta modificação refletia os anseios do regime em tornar obsoleto os poderes tradicionais que gozavam os catedráticos. Como ressaltou o professor Antônio Palhares Reis, ainda no seu tempo de estudante nos anos de 1950, os catedráticos da Universidade do Recife eram considerados homens bem versados e com um nível cultural elevado, porém pouco produziam em termos de conhecimento. “Todos estes eram bons e excelentes, porém de pouca produção intelectual escrita, muito deles bons expositores e bons profissionais, mas que não escreviam. Não se cultivava esse hábito de escrever livros”²⁴⁹. Um dos pontos administrativos da reforma pretendia justamente transferir os poderes de decisão dos catedráticos para um corpo docente adequado às novas exigências da pesquisa e do ensino. No entanto devemos também colocar algumas ressalvas a essas mudanças. A respeito deste tema, assinala Rodrigo Motta, numerosos catedráticos – mesmo se opondo às mudanças em

²⁴⁵ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diário de Pernambuco*, 23 de outubro de 1968, p. 2.

²⁴⁶ CANUTO, Vera Regina, 1987. *Op. Cit.*, P. 41.

²⁴⁷ UNIVERSIDADE DO RECIFE. Atas do Conselho Universitário da Universidade do Recife. Recife: UR, 29 novembro de 1968.

²⁴⁸ Boletim oficial da Universidade Federal de Pernambuco. *Estatuto da Universidade Federal de Pernambuco*. Recife. vol. 3, nº 5 especial. 25 de outubro de 1968.; Boletim oficial da Universidade Federal de Pernambuco. *Estatuto da Universidade Federal de Pernambuco*. Recife. Vol. 4, nº 2, 20 de maio de 1969.

²⁴⁹ MOREIRA REIS, Antônio Carlos Palhares. Entrevista. In: SANTOS, Evson Malaquias de Moraes (Org.). 2012, *Op. Cit.*, p. 40.

curso – não foram penalizados ou tiveram seu poder de influência reduzido drasticamente, haja vista que parte desses professores catedráticos foram realocados como professores titulares²⁵⁰.

Já o Conselho de Curadores – também incorporado como um dos pontos mais relevantes do Estatuto de 1969 – era o órgão de fiscalização econômico-financeiro mais importante da UFPE com a implantação gradual da reforma. Competia a este Conselho aprovar o orçamento interno da universidade, prestar relatórios regulares discriminando os custos das pesquisas para ser enviados ao reitor e, depois de prévia avaliação, serem encaminhados para o MEC, e, por fim, aprovar transferência de bens para a universidade²⁵¹. Este último ponto, porém, é um pouco vago, pois não sublinha que tipo de transferências seriam estas, tampouco não considera quem estaria incumbido de transferir esses bens. A única coisa expressa no Estatuto é que caberia a representação máxima do Conselho de Curadores, isto é o reitor, avaliar essas relações de troca. Falamos nas páginas anteriores que Newton Sucupira via com assentimento a participação de representantes estranhos à universidade, como empresários e industriais, em órgãos administrativos. O que dificulta a análise é que para Sucupira era obrigatório que o conselho tivesse assegurado um terço de representantes fora da comunidade universitária, o que não é descrito nas atas do Conselho Universitário nem no próprio Estatuto, dificultando dessa maneira identificarmos melhor quem seriam esses setores. Fato é que depois da reestruturação universitária, a UFPE tornou viável que elementos das classes produtores tivessem atuação dirigente nos rumos financeiros da universidade.

Os efeitos mais visíveis da Reforma Universitária apenas serão sentidos na década de 1970, principalmente com o reitorado de Marcionílio de Barros Lins (1971-1975). No geral, a Reforma Universitária na UFPE percorreu as mesmas características – apesar de mais eficiente – testemunhadas por outras instituições. Alargamento progressivo de construção de faculdades, avanço dos interesses privados em assuntos de planejamento e organização no campus, regime de tempo integral de professores, valorização da capacitação docente através programas de pós-graduação, crescimento lento de vagas para estudantes.

Para o reitor da UFPE a universidade, com a implantação da reforma, estava dando um passo de estima em direção ao progresso verificado no centro das sociedades capitalistas desenvolvidas, no correr da qual se apresentava munida de sofisticada produção científica e notável aperfeiçoamento técnico de seus equipamentos, laboratórios e núcleos de pesquisa. Nas

²⁵⁰ MOTTA, Rodrigo Pato Sá. 2014, *Op, Cit.*, p.245.

²⁵¹ Boletim oficial da Universidade Federal de Pernambuco. *Estatuto da Universidade Federal de Pernambuco*. 1969. *Op., Cit.*, pp. 23-24.

palavras de Murilo a centralidade da pós-graduação “é justificada em razão de que o mundo científico atual mostra claramente que (...) se não mudamos o processo de formação de nosso corpo docente, fatalmente passaremos a uma fase estéril, sem poder criador”. Em sua missão como reitor considerava limitada tornar professores apenas profissionais de suas áreas de saber, pois era imperioso “desenvolver investigação científica e tecnológica e elaborar e difundir a cultura”. Além disso a universidade não poderia pôr limitações aos auxílios da iniciativa privada uma vez que toda ajuda era bem vinda para “aplicar os conhecimentos científicos na investigação de problemas específicos da região onde ela se insere”²⁵².

A gestão de Murilo teve repercussões até mesmo fora dos espaços universitários e políticos. O jovem ensaísta e poeta Marcus Antônio do Prado fora um deles. Marcos Prado era colaborador do Diário de Pernambuco e escrevia com constância no jornal, debruçando-se principalmente em matérias voltadas para resenhas literárias e temas culturais, mas nada que direcionasse seus questionamentos intelectuais para assuntos universitários. E quando o fez, foi para homenagear Murilo em sua maneira de guiar, como reitor, a administração da UFPE rumo ao mais alto valor da cultura e da investigação científica. Para o escritor “o professor Murilo Guimarães é um dos poucos reitores que realmente merecem o tratamento de magnífico por que ele o é de fato pelo trabalho inconfundível que realiza com tenacidade, dedicação e amor ao ensino e à cultura”.

4.4 Considerações sobre o perfil político de Murilo Guimarães

Murilo Guimarães é reconhecido por alguns pesquisadores e principalmente pela memória institucional da UFPE como um reitor marcado por dois traços: eficiência e humanismo democrático. Em nossa pesquisa, constatamos que apenas dois elementos são expostos para elevar a personalidade do reitor a um homem afeito aos ideais democráticos ou até mesmo humanistas. O primeiro, diz respeito a sua suposta indisposição em enviar os nomes de alunos e professores aos IMPs para a justiça militar, comprometendo, dessa maneira, o cumprimento das prerrogativas da primeira Comissão de Inquérito na UFPE. Já a segunda, talvez a mais destacada, é de conferir à sua administração uma postura de conciliação e abertura com o movimento estudantil, garantindo um clima de constante presteza entre docentes e estudantes. Dessa maneira, alguns pesquisadores sintetizam o reitorado da seguinte maneira:

²⁵² Não tivemos acesso direto a essa fala do reitor, extraída do Jornal Universitário no ano de 1967, sendo recolhida por nós do livro da professora Regina Vera Canuto. Ver: CANUTO, Vera Regina, 1987. *Op, Cit.*, pp. 52-53.

A biografia do professor Murilo Guimarães expõe um homem que, embora fosse representante da classe conservadora, não poderia se apreendido pelo estereótipo de direitista. De tal modo que sua postura liberal e ilustrada, profundamente ligada às elites empresariais do estado, convivia com **convicções e ações democráticas**²⁵³.

Desde o início de seu mandato na presidência da UFPE Murilo se notabilizou pelo reconhecimento de vários setores, incluindo representantes da ditadura, grupos de extrema direita²⁵⁴, autoridades militares e civis, industriais e empresários, e a própria comunidade universitária. Cada passo de sua gestão é referenciado com congratulações e aprovações desses mesmos setores. Quando, ao contrário, as relações entre mestres e alunos eram atravessadas por ocorrências tumultuosas o reitor procurava intervir de maneira cautelosa, calculando suas ações para que situações indesejadas não fossem recorrentes. Essa escolha do reitor em examinar com cuidado seus movimentos frente à reitoria da universidade fez com pesquisadores o considerassem um homem de estima aos valores humanistas, uma vez que destoava do autoritarismo inconfundível do regime militar. Evidentemente que num trabalho como o nosso não temos fôlego e tempo para nos empenhar em trazer muitas evidências empíricas sobre a problemática da apropriação do conceito de democracia na ditadura, por parte seus representantes, sobretudo no interior das relações universitárias. Desejamos, apenas, lançar alguns questionamentos que possibilitem, no futuro, pesquisas mais densas aprofundarem a questão.

Vimos, no segundo capítulo, que Joaquim Amazonas, o primeiro reitor da antiga UR, era considerado um homem de posicionamentos políticos neutros e que reservava seu tempo na universidade para cuidar de assuntos que preocupassem a vida institucional. João Alfredo, o segundo reitor, apesar de não ser identificado como neutro, seja pela oposição ou pelos seus apoiadores, tinha uma conduta diligente para enfrentar os eventos políticos da instituição, expressados muito bem na greve de 1961 na FDR. Considerado um homem de distinção e de ar compassado, Murilo Guimarães, por seu turno, nutria em sua gestão um comportamento impessoal em suas decisões.

Na avaliação de Gadiel Perruci o novo reitor da UFPE após o golpe se demonstrava resistente ao regime por dificultar, ao lado do Catedrático de Direito Penal Evandro Luna, o envio de alguns nomes de estudantes e docentes considerados subversivos para as Comissões de Inquéritos. Infelizmente o autor não faz menção a nenhum documento que possibilitaria

²⁵³ VERAS, Dimas Brasileiro. 2018, *Op, Cit.*, p. 247. Grifo nosso.

²⁵⁴ Não abordaremos essa temática aqui neste trabalho, mas consideramos esse ponto digno de nota. Grupos abertamente fascistas, como a Cruzada Democrática Feminina, comemoravam o aniversário da “Revolução de 1964” anualmente e não economizavam elogios ao trabalho do reitor Murilo Guimarães diante da UFPE.

identificar tal ação. O que nos surpreende é que esse fato não é mencionado nenhuma vez no Conselho Universitário e nem nos jornais. Muito provavelmente, como sugere Perruci, esse foi um fato de muito notabilidade e estranhmos que não há a menor referência sobre o caso. Contudo, achamos difícil que o não envio do IPM passasse despercebido pelas autoridades da ditadura. Como sublinha Luiz Antônio Cunha, o reitor (ou qualquer representante administrativo da universidade) que ousasse negar ou dificultar documentos para o MEC, órgão de segurança ou a qualquer estância superior seria duramente punido pela Lei Suplicy. Outra questão que merece ser levantada que vários representantes militares tinham influência na universidade, como era o caso da Comissão de Supervisão e Coordenação das Atividades de Ensino (CONSUCAE), e seria improvável que o envio dos nomes enquadrados no Ato Institucional fosse incompleto. A única recusa que conseguimos identificar em nossa pesquisa data de junho de 1965 quando o auditor da 7ª Região Militar, Amilcar Cardoso de Menezes, rejeita 24 indicações do IPM encarregado de apurar nomes vistos como perigoso à ordem pública da UFPE. Justificava o auditor que os indicados não tinham incorporado crime para serem julgados pela Justiça Militar.

Essas práticas de perseguição a estudantes e docentes assumiram colorações múltiplas, frequentemente adquirindo descompassos em seus ritmos se colocados em comparação com outras instituições de ensino superior. Na Universidade de São Paulo, por exemplo, Luís Antônio da Gama e Silva (conhecido como “Gaminha”)²⁵⁵ ficou famoso como um dos reitores mais punitivos do país, aproveitando-se “do período de caça às bruxas para demitir professores que lhe faziam oposição e consolidar seu poder na universidade”. Seu reconhecimento entre as autoridades militares foi coroado em 1968 por meio de um convite do general-presidente Costa e Silva, interessado que o reitor contribuísse com o texto do AI-5²⁵⁶. Mas se por um lado, havia um reconhecimento do governo para com Gaminha, por outro, as relações entre estudantes, dirigentes da USP e militares foram amargas, desembocando em atritos históricos como a Batalha da Maria Antônia e os ataques militares ao Conjunto Residencial da USP (Crusp), levando a prisões e mortes de estudantes²⁵⁷. É verdade que essas ações evidenciam o autoritarismo da ditadura aos opositores do regime. Porém tais atritos complicavam também o andamento das reformas dentro da universidade, tendo em vista que o radicalismo e a

²⁵⁵ O reitor da USP muitas vezes se negava a ser considerado de linha dura, pois achava melhor o termo “linha diamante”, indicando que o cristal era, entre todos, o mais duro. MOTTA, Rodrigo Pato Sá. 2014, *Op, Cit.*, p. 52.

²⁵⁶ CUNHA, Luiz Antônio Cunha; GÓES, Moacyr. 2002, *Op, Cit.*, p. 37.

²⁵⁷ MOTTA, Rodrigo Pato Sá. 2014, *Op, Cit.*, p. 151.

indisposição em tomadas de decisões conciliatórias resultavam em desgastes para toda comunidade acadêmica.

Neste sentido, partir para um confronto direto com os estudantes ou com o corpo docente não era o mais indicado se se desejasse uma melhor convivência na instituição universitária. Era preciso estar disposto ao diálogo, buscando sempre uma sintonia de interesses. Como advogado e tendo longa experiência administrativa junto aos setores produtivos de Pernambuco, Murilo era uma figura flexível a possíveis (e ao mesmo tempo inevitáveis) choques com os grupos de oposição na UFPE. Aliás, essa era uma recomendação que partia do próprio governo e de seus ministérios e não necessariamente provinha de uma iniciativa autêntica dos membros da universidade. Muniz Aragão, ministro do MEC, em 1966, recomendava ao reitor da UFPE que nas eleições para o Diretório Estadual dos Estudantes procurasse manter, em concordância com os diretores, relações “no sentido de manter sempre o diálogo cordial entre a universidade e os órgãos estudantis”²⁵⁸. Outro exemplo interessante se dá logo após Murilo assumir seu posto como reitor. Convidado para visitar Castelo Branco em seu gabinete, recomendava o presidente que o reitor procurasse evitar perseguições, cassações e aposentadorias forçadas, na tentativa de não causar tumultos desnecessários²⁵⁹. As ligações entre Murilo e Castelo Branco foram tão proveitosas que o presidente em 1966 chega a convidá-lo para ocupar o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), que no momento se encontrava com uma vaga. Porém, por julgar já ocupar um cargo de importância na vida educacional do país, Murilo decide recusar o pedido, agradecendo pela aprovação do general-presidente²⁶⁰.

²⁵⁸ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diário de Pernambuco*, 31 de agosto de 1966, p. 8.

²⁵⁹ MOREIRA REIS, Antônio Carlos Palhares. Entrevista. In: SANTOS, Evson Malaquias de Moraes (Org.). 2012, *Op, Cit.*, p. 46.

²⁶⁰ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diário de Pernambuco*, 26 de novembro de 1966, p. 1.



Figura 5 – Castelo Branco desembarca na cidade do Recife e é recebido por personalidades importantes da política e da cultura. Na foto, Murilo Guimarães recebe com afabilidade o Presidente da República.

Fonte: Diário de Pernambuco, 16 de agosto de 1966, p. 10.

Essas tentativas de lidar com situações adversas com prudência não ficam circunscritas apenas à administração das universidades. Lira Neto, em sua biografia sobre Castelo Branco chama a atenção para esses embates entre os poderes militares, em especial aos conflitos marcados no convívio entre os “castelistas” e a linha dura. Para o autor, há episódios na história da ditadura que apresentam dissabores entre esses dois grupos. Castelo Branco considerava a linha dura um perigo iminente para a instituição militar; esse setor militar contrariava algumas premissas da “Revolução”, conquistando uma autonomia incômoda. Assim frisava Castelo sem pestanejar: “a ‘força autônima’ precisa ser, com a necessária oportunidade, devidamente esclarecida, contida e, se for necessário, reprimida”²⁶¹. IPMs abusivos contra exibição de peças de teatro e outras manifestações culturais, apreensão imprudente de bibliotecas e livros considerados ameaçadores, oposição impulsiva dos militares mais inflexíveis à libertação de Miguel Arraes por parte do STF e outros acontecimentos sinalizam, para Lira Neto, uma indisposição da linha dura a tomadas de decisões menos duras aos opositores e que não satisfaziam aquelas frações de oficiais que temiam por um radicalismo no país. Mauad Chirio é outra historiadora que investiu uma pesquisa exaustiva para analisar as tensões entre os grupos

²⁶¹ NETO, LIRA. Castello: a marcha para a ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 333.

mencionados. Chirio considera que as divisões costumeiras entre “legalistas” e “linha dura” são perigosas em um certo sentido, pois ambas se consideravam igualmente revolucionárias. No entanto, é inegável que inúmeras disputas de interesses e poder foram entre esses grupos ao longo dos 21 anos de ditadura no país. Intrigado, Castelo Branco desconfiava de ações políticas presunçosas e arbitrárias da linha dura e exigia que “os quartéis devem manter-se afastados do debate político e submeter-se às autoridades constituídas sem incensar nem criticar suas decisões”²⁶².

Trabalhos recentes na academia de história sobre o tema da ditadura brasileira têm chamado atenção para a recente tese teórica do professor Rodrigo Patto Sá Motta sobre a tradição cultural na política brasileira de negociação de conflitos. Seguindo os aportes teóricos da sociologia brasileira sobre o patrimonialismo, declara o autor que permeou nas universidades (e outras instituições e instâncias de poder) três modalidades de comportamentos comuns durante a ditadura: resistência, adesão e acomodação. Com relação aos dois primeiros vamos, por ora, nos abster de comentar, pois as próprias denominações já são autoexplicativas, isto é, de um lado, estão aqueles que se opõe ao regime e, de outro, os que o dão sustentação e apoio. Vamos nos concentrar na problemática em torno da “acomodação”. Para Motta, é inegável que as universidades sofreram violências das mais arbitrárias possíveis, no entanto “os impulsos repressivos por vezes foram temperados por ações moderadas que [...] geraram estratégias de suavizar a repressão e inspiravam medidas para fornecer medidas de mecanismo de acomodação”²⁶³. A acomodação, dessa forma, se caracteriza como uma modalidade contraditória de poder na qual atuaria como um elemento necessário na busca por reunir modernização e conservação em um mesmo regime. Dessa forma, a não proibição da leitura de Karl Marx nas universidades, a contratação de professores com posições questionáveis aos olhos da ditadura, o arquivamento de IPMs de docentes e alunos, entre outros exemplos, somam-se a comportamentos acomodados. Concordamos com Motta quando alerta para o fato de ao longo da historiografia brasileira o binômio “resistência” e “anuência” ter cristalizado uma imagem dicotômica na história da ditadura em que se faz parecer que a sociedade se encontrava completamente dividida em dois blocos, negligenciando assim comportamentos aparentemente contraditórios, atravessados por posturas complexas diante do regime. No entanto, concordamos mais ainda com as considerações sobre este mesmo tema propostas por Carlos Fico. Para este não há nenhuma contradição na seletividade da repressão ou na

²⁶² CHIRIO, Mauad. 2012. *Op, Cit.*, p. 80.

²⁶³ MOTTA, Rodrigo Pato Sá. 2014, *Op, Cit.*, p. 64.

disposição, por parte dos agentes civil-militares da ditadura, em suavizar algumas medidas punitivas. Há que destacar ainda que para Rodrigo Motta a acomodação está diretamente ligada a ideia de que existe uma especificidade cultural brasileira (quase genuína), incomum a outros países. Neste ponto, Fico volta a tecer algumas críticas e rebate afirmando que essas posturas negociadoras e cooperadoras nas relações sociais são comuns em qualquer sociedade, e não é um exclusivismo brasileiro. Afirma o autor:

De fato, militares radicais julgavam ser um paradoxo o fato de o governo conceder bolsa de estudo a ‘agitadores da área estudantil’, mas isso era apenas a ação governamental se processando, sopesando perdas e ganhos, opiniões e pareceres diversos, como acontece em qualquer governo²⁶⁴

É sob esse horizonte teórico da acomodação desenvolvido por Motta que historiadores como Dimas Brasileiro Veras utilizam para identificar as associações entre a elite universitária e seus jogos de interação na UFPE. Apropriando-se desta formulação, Dimas Veras encontra na figura de Murilo um dos personagens mais acomodados da instituição, pela sua maleabilidade e bom trânsito entre os vários grupos da universidade. Além de mencionar, mesmo que sem menções diretas, as considerações presentes no artigo de Gadiel Perruci, mencionadas acima, sobre os IPMs, Veras adiciona um outro elemento na condução do reitor na administração da UFPE que o caracteriza como um líder cortês e afável a relações democráticas: a boa relação com o movimento estudantil.

O episódio que mais é utilizado para constatar o posicionamento compreensivo do reitor sem dúvida foi o que se sucedeu em 1968. Tratava-se de uma ocupação na reitoria por parte dos estudantes, seguida da detenção de Murilo no salão nobre do recinto. A iniciativa foi protagonizada principalmente por estudantes das faculdades de Medicina e Filosofia que cercaram o prédio da reitoria – naquele momento localizado na Rua do Hospício – reclamando por soluções mais enérgicas a respeito do Hospital Pedro II e dos problemas dos excedentes, ou seja, estudantes que não conseguiam vagas após as provas do vestibular mesmo com boa colocação. Na manhã de outubro de 1968, Murilo se encontrava, para sua infelicidade, na reitoria quando foi pego de surpresa com estudantes cercando o prédio e ameaçando invadi-lo, sob o pretexto de terem buscado formas pacíficas de resolver suas reivindicações, mas sem encontrar respostas satisfatórias. A ocupação durou mais de sete horas e os estudantes se recusaram sair da reitoria enquanto as autoridades não solucionassem suas demandas. Jônio Lemos, como vice-reitor, denunciava a indisciplina dos estudantes e considerou que qualquer

²⁶⁴FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74. jan./abr. 2017. pp. 22-23.

dano que viesse a sofrer o reitor, “que representa, nesta sala, o governo militar que temos”²⁶⁵, os envolvidos seriam punidos e aprovaria intervenção militar se fosse preciso. Ernani Geris, comentarista político ilustre do jornal *Diário de Pernambuco*, chega a comentar:

Justa e merecedora do apoio a campanha dos jovens universitários para melhoria do Hospital Pedro II. Aquilo, na verdade não é um hospital. [...] O que não é justo é o que se fez desrespeitando o reitor da Universidade Federal de Pernambuco, professor Murilo Guimarães, que não tem uma guitarra para fazer dinheiro e, portanto, não pode resolver problemas que fogem a sua alçada. [...] Há outros meios de lutar e de reivindicar sem o risco de externar a burrice. [...] E quando o jovem parte para burrice, toda a sua luta perde substância e não merece o apoio dos sensatos²⁶⁶

Porém a sensatez se fez presente e o reitor, ao menos de início, negou que os envolvidos na ocupação sofressem qualquer tipo de retaliação por parte dos militares, logo após sua liberação. O que não é dito sobre o caso aludido é que Murilo, juntamente com o Conselho Universitário, contribuiu com afinco para que a Justiça Federal apurasse os danos causados pela ocupação e punisse seus principais envolvidos. Após alguns dias do ocorrido, em 14 de outubro de 1968, os conselheiros discutem na reitoria sobre quais penas devem os estudantes sofrer. Para o professor Henrique Freire de Bastos “há uma grande diferença entre baderna e as reivindicações justas” e que o conselho deveria optar por encaminhar anexos de provas para que a justiça pudesse realizar seu trabalho e também que fosse designada uma Comissão de Inquérito para averiguar a indisciplina os rebeldes²⁶⁷. Após um ano, o que se conseguiu foi punir dois estudantes envolvidos na manifestação: Marcos José Burle de Aguiar e Nelson Tadeu, ambos da Faculdade de medicina. Foram acusados de cometerem atos depredatórios contra o edifício da reitoria e de crimes contra a liberdade pessoal, ficando sujeitos a um ano de prisão.

Dessa forma, achamos problemática a caracterização intuitiva de que o tom ponderado e, por vezes, aprazível das decisões de Murilo se igualem a anseios democráticos. Como salienta a historiadora Brenda Soares Bernardes, o conceito de democracia é utilizado na ditadura de forma exaustiva e é acionado no sentido de obter apoio da sociedade civil, da imprensa e garantir legitimidade internacional. Tanto o conceito de democracia como o de revolução foram preponderantes para se contrapor ao iminente risco de golpe subversivo por partes das esquerdas brasileiras que, na concepção dos setores conservadores, compartilhavam do

²⁶⁵ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diário de Pernambuco*, 04 de outubro de 1968, p. 3.

²⁶⁶ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diário de Pernambuco*, 06 de outubro de 1968, p. 44.

²⁶⁷ UNIVERSIDADE DO RECIFE. Atas do Conselho Universitário da Universidade do Recife. Recife: 14 outubro de 1968.

autoritarismo e sectarismo das experiências comunistas no mundo²⁶⁸. Tememos em absolver o conceito de democracia manipulado pela ditadura, negligenciando seus usos equivocados na presente análise histórica.

De maneira alguma queremos defender o contrário, ou seja, que o reitor teria um temperamento arisco e autoritário, até porque não encaramos as relações de dominação como estáticas (dominado X dominador) ou reduzidas a sua ação explícita e violenta, tolhidas à capacidade do castigo, da imposição. Aqui, merece particular destaque as contribuições Michel Foucault cuja reflexão alerta para o fato do poder não se limitar a regras e proibições, pois o poder se exerce através de práticas. O poder para Foucault, nos adverte Roberto Machado, “é luta, afrontamento, relação de força, situação estratégica”²⁶⁹. E uma vez ocorrendo a punição, esta não se traduz apenas com mecanismos negativos que reprimem e suprimem. Os sistemas punitivos que atingiram os estudantes da Faculdade de Medicina são percebidos por Foucault como uma economia política do corpo. “O corpo também está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais”²⁷⁰.

Outro ponto que podemos levantar para pensar a atuação do reitor é o ideal tecnocrata que permeou praticamente em todas as instâncias de poder na universidade durante o período da ditadura, indo desde o perfil apolítico na condução dos professores nas aulas até o saneamento político que conviveu nos órgãos colegiados da instituição. Para o regime, “política” era tudo aquilo que questionasse ou ameaçasse sua legitimidade. No entanto, os posicionamentos favoráveis ao mesmo não eram concebidos como um ato político, mas sim reflexos da impessoalidade e da democracia. Era dessa maneira que o vice-reitor, Jonio Pereira Lemos, se expressava ao falar da administração da UFPE nesses anos: “não, aqui na universidade não tinha política, não”²⁷¹. As mesmas declarações são advogadas pela fundadora

²⁶⁸ BERNARDES, Brenda Soares. Da Ditadura Militar brasileira à Nova República: o conceito de democracia sob disputa. *Anais do XIII Encontro Estadual de História da ANPUH-ES: negacionismo, verdade e fazer histórico*. Volume 2.

²⁶⁹ MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. pp. 14-15.

²⁷⁰ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento das prisões*. 42ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014. pp. 29-30.

²⁷¹ LEMOS, Jonio Santos Pereira. Entrevista. In: SANTOS, Evson Malaquias de Moraes (Org.). 2012, *Op, Cit.*, p. 189.

e diretora do Colégio Aplicação ao dizer: “eu não gostava de misturar política com universidade” ou “[a política] a mim sempre me desagradou muito”²⁷².

Para Maria de Lourdes Manzini Covre, a filosofia educacional tecnocrática, levada à exaustão pelo Estado civil-militar, conferia às universidades um espaço reservado apenas para o cultivo do alto saber e da cultura, neutralizando toda forma possível de iniciativa política. “Cuida-se para que o conhecimento seja apolítico, que a discussão do saber se realize acima das classes sociais, inserida na ciência isenta com raiz na razão técnica”²⁷³. Pensada como técnica social, a educação, nessa perspectiva, conferia um lugar de prestígio ao intelectual, encarregado de orientar de forma isente e eficaz o planejamento do ordenamento público, distante dos vícios ideológicos comuns a atividade erudita.

O último reitor da UFPE na ditadura militar e que testemunhou o processo de transição para a redemocratização, o professor George Browne Rego, comentou que o cargo de reitor exige muita inteligência e integridade. Pensava que esses critérios não são exigidos apenas por uma instituição universitária contemporânea, pois considerava-os valores universais para o cargo máximo da universidade. Baseando-se no conceito de prudência em Aristóteles, advertia George Browne que desde o século XIII, em Paris, os reitores procuravam nortear seus passos à luz do juízo do bom senso, procurando evitar riscos que colocasse em risco a autonomia da universidade. “Claro que quando você ocupa uma posição na esfera política, e o cargo de reitor não deixa de ser, em última análise, um cargo político, há que aprender a desenvolver um certo jogo de cintura. Você tem que saber fazer certas concessões”²⁷⁴. Murilo Guimarães se notabilizou por sua habilidade em obter vantagens às classes produtores e industriais de Pernambuco, em atrair investimentos e recursos para a UFPE, em implementar sem grandes perturbações a Reforma Universitária, em negociar com a camada estudantil, ao mesmo tempo em que não relutou às imposições da ditadura.

²⁷² MAC DOWELL, Maria Antonia Amazonas. Entrevista. In: SANTOS, Evson Malaquias de Moraes (Org.). 2012, *Op, Cit.*, p. 189. pp. 231-232.

²⁷³ COVRE, Maria de Lourdes Manzini. *A fala dos homens: análise do pensamento tecnocrático (1964-1981)*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 200.

²⁷⁴ REGO, George Browne. Entrevista. In: SANTOS, Evson Malaquias de Moraes (Org.). 2012, *Op, Cit.*, pp. 76-77.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os reitores brasileiros assumiram na ditadura civil-militar um papel de relevo em conduzir a disciplina e garantir o princípio da autoridade, julgados pela ditadura como valores perdidos nos anos 1960. Caberia, portanto, aos reitores grande confiabilidade no comando das instituições de ensino superior, uma vez que estas deveriam combinar uma retomada parcial dos interesses desenvolvimentistas, contenção de possíveis demonstrações de insubordinação da ordem pública e avanço nas reformas necessárias à modernização conservadora do ensino. Mas todas essas mudanças implicariam numa ampla redução de liberdade e autonomia de todas as esferas burocráticas das universidades. Sua autonomia administrativa fora esvaziada, dando lugar a uma ingerência constante do Estado em suas representações civis-militares nos órgãos de representação e decisão. Sua autonomia financeira e científica fora obstruída pela dependência crescente em firmar acordos e convênios com interesses econômicos estranhos às necessidades mais urgentes dos pesquisadores, moldando seus projetos para atender às conveniências das elites econômicas. Sua autonomia política fora mitigada a medida que as entidades estudantis foram fechadas e suas representações perseguidas e os órgãos encarregados de gerir a universidade eram constantemente vigiados pela ditadura.

A Universidade Federal de Pernambuco acompanhou uma transformação profunda na passagem da frágil democracia brasileira à ditadura civil-militar. Se antes de 1964 a universidade estava galgando – lentamente, é verdade – uma autonomia perante o Estado cada vez maior e buscando democratizar seus espaços de decisão, após o golpe a perspectiva de autonomia se reduz ao campo administrativo e o Estado passa a ter controle decisivo nas mudanças internas, reduzindo a sua soberania de produção cultural e científica. Os órgãos colegiados passam a ter supervisão direta do Estado, sem grande flexibilidade nas tomadas de decisão.

De 1960 a 1964, a instrumentalização dos saberes passava por uma busca em projetar conhecimento científico aos problemas da região, visando estabelecer ligações entre a sociedade e o trabalho investigativo. A partir de 1964, a universidade é pensada, planejada e controlada tendo em mira a “nação” (sempre abstrata) e a integração do país em direção aos interesses da ditadura, sempre voltada para o fortalecimento de um Estado temeroso com a democratização dos espaços educacionais.

Com o reitorado de Murilo Humberto de Barros Guimarães se institucionalizou um projeto modernizador-autoritário, combinado a uma perspectiva empresarial de administração universitária. Ao mesmo tempo que a universidade avançou no sentido de atrelar pesquisa e ensino, desenvolver seus projetos de pós-graduação e adaptar seus estatutos às mudanças no campo da ciência, o fez a partir de um modelo de gestão baseado no autoritarismo, na procura por eliminar disputas internas e sanear os canais de resistência à ditadura.

Por fim, nossa pesquisa se propôs, ao fim e ao cabo, fornecer elementos novos à compreensão da política dirigida pelo reitor Murilo Guimarães, compreender os jogos de poder engendrados em sua gestão, as nuances de complexidade que o cargo exigia, suas estratégias de negociação frente a situações inesperadas e o planejamento hábil e cauteloso na implantação de novos projetos para a universidade. No futuro, poderemos aprofundar essas questões, discutindo e ampliando o corpo documental, elaborando novas hipóteses e tentando novas maneiras de compreender a relação entre universidade, sociedade e Estado.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, José Amino; NETO, Silva. Vigência da democracia na constituição de 1946 em Pernambuco. In: Pernambuco. In Pernambuco. *Comissão Estadual de Memória e Verdade Dom Helder Câmara: relatório final*. V. 2. Recife: CEPE, 2017.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru: Edusc, 2005.
- ATCON, Rudolph P. *Rumo à reformulação estrutural da universidade brasileira*. Brasil: Ministério da Educação e Cultura, 1966.
- BERG. Cruzea. *Mecanismos do silêncio: expressões artísticas e censura no regime militar (1964-1984)*. São Carlos, EdUFSCar, 2002.
- BERNARDES, Brenda Soares. Da Ditadura Militar brasileira à Nova República: o conceito de democracia sob disputa. *Anais do XIII Encontro Estadual de História da ANPUH-ES: negacionismo, verdade e fazer histórico*. Volume 2.
- BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves Delgado. *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. 7. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. (O Brasil Republicano; v.3).
- BOSCHETTI, Vania Regina. *Plano Atcon e Comissão Meira Mattos: construção do ideário da universidade do pós-64*. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.27, p.221 –229, set. 2007 - ISSN: 1676-2584.
- BRASIL. *Relatório da Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior*. Ministério da Educação e Cultura (acordo MEC-USAID), 1969.
- BRAYNER, Nadja Maria Miranda; BARBOSA, Maria do Socorro Ferraz. Graves violações dos direitos humanos nos meios educacionais culturais. In Pernambuco. *Comissão Estadual de Memória e Verdade Dom Helder Câmara: relatório final*. V. 2. Recife: CEPE, 2017.
- CAMPOS, Paulo Henrique Pereira. *A ditadura dos empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012.
- CANUTO, Vera Regina. *UFPE: projetos institucionais e conjuntura política*. Recife: Pimes,

1987.

CARVALHO, Maria do Socorro. Cinema Novo brasileiro”, In: MASCARELLO, Fernando *História do cinema mundial*. Campinas: Papirus, 2006.

CAVALCANTI, Paulo. O caso eu conto como o caso foi: da coluna prestes à queda de Arraes: memórias. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1978.

CHAMILIAN, Helena Coharik. *Estudo da organização departamental nas universidades mantidas pelo governo do estado de São Paulo*. Relatório de pesquisa. R. Fac. Educ. , São Paulo. 10 (1): 41-124, jan./jun. 1984.

CHAUÍ, Marilena. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012

COELHO, Fernando Vasconcellos. *Direita, volver: o golpe de 1964 em Pernambuco*. Recife: Bagaço: 2004.

CORBISIER, Roland. *Reforma ou revolução?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968

COSTA, Maria Aparecida Alves da. As Contribuições do movimento de cultura popular (MCP) para a educação brasileira. Revista Expedições: Teoria & Historiografia | V. 6, N.2, Agosto-Dezembro de 2015.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. *A fala dos homens: análise do pensamento tecnocrático (1964-1981)*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CUNHA, Antônio Cunha. *Diretrizes para o estudo histórico do ensino superior no Brasil*. Fórum educação, Rio de Janeiro. Abril/jun. 1981.

_____. *A universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

_____. *A universidade temporã: o ensino superior, da colônia à Era Vargas*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

CUNHA, Luiz Antônio Cunha; GÓES, Moacyr. *O golpe na educação*. 11. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

D'ARAUJO, Maria Celina; JOFÀLY, Mariana. Os dias seguintes ao golpe de 1964 e a construção da ditadura (1964-1968). In: FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização Quarta República (1964-1985)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. (O Brasil Republicano; 4).

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *A universidade em busca de sua identidade*. Petrópolis: Editora Vozes, 1977.

_____. *Autonomia e poder na universidade: impasses e desafios*. PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 22, n. 01, p. 197-226, jan./jun. 2004.

_____. *Da cátedra ao departamento: subsídios para discussão*. 23ª Reunião Anual da ANPEd, 2000, Caxambú-MG.

FÁVERO, Osmar. *MEB – Movimento de Educação de Base – primeiros tempos: 1961-1966*. V Encontro Luso-Brasileiro de História da Educação. Évora, Portugal. 5 a 8 de Abril de 2004.

FERNANDES, Florestan. O significado da ditadura militar. In: TOLEDO, Caio Navarro (org.). *1964: visões críticas do golpe*. Democracia e reformas no populismo. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

_____. *Universidade brasileira: reforma ou revolução?* São Paulo: Expressão Popular, 2020.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves Delgado. *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. 7. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. (O Brasil Republicano; v.3).

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74. jan./abr. 2017.

_____. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O tempo do regime*

autoritário: ditadura militar e redemocratização Quarta República (1964-1985). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. (O Brasil Republicano; 4).

FIGUEIREDO, Angelina Cheibub. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FILHO, Macioniro Celeste. *A Reforma Universitária e a Universidade de São Paulo - década de 1960*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 293. 2006.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento das prisões*. 42ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Jorge. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

ISHAQ, Vivian; FRANCO, Pablo E. Franco; TEREZA E. de Sousa. *A escrita da repressão e da subversão*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

JUNIOR, Antonio Mendes. *Movimento estudantil no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LEMOS, Jonio Santos Pereira. Entrevista. In: SANTOS, Evson Malaquias de Moraes (Org.). *UFPE – Instituição, política seus bastidores*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.

MAC DOWELL, Maria Antonia Amazonas. Entrevista. In: SANTOS, Evson Malaquias de Moraes (Org.). *UFPE – Instituição, política seus bastidores*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar: 1964-1968*. Campinas: Papyrus, 1987.

MARTINS, Carlos Benedito. *A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil*. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>.

MARTINS, Carlos Benedito. *A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil*. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009 15.

MARTINS, Paulo Henrique (Org.). *A dívida entre os modernos: discussão sobre os fundamentos e as regras*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

Mathias, Suzeley Kalil. *A militarização da burocracia: a participação militar na administração federal das comunicações e da educação, 1963-1990*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

MATTOS, Meira. [Entrevista concedida a Otávio Luiz Machado]. In: MACHADO, Otávio Luiz Machado. *O relatório do general Meira Mattos em 1968: a educação superior e repressão ao movimento estudantil no Brasil*. Revista eletrônica *Cadernos de História*, vol. 1, núm. 2, 2006.

MATTOS, Pedro Lincoln Carneiro Leão de. *As universidades e o governo federal*. Recife: Editora Universitária, 1983.

MOMESSO, Luiz. *Lutas e organização sindical em 68, apesar da ditadura*. CLIO. Revista de Pesquisa Histórica. N. 26-1, 2008/ Programa de Pós-graduação em História/Universidade Federal e Ciências Humanas. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

MONTENEGRO, Antônio Torres. *As ligas camponesas e os conflitos no campo*. In: Revista de História: Saeculum nº 18 – jan./jun, 2008.

MOREIRA REIS, Antônio Carlos Palhares. Entrevista. In: SANTOS, Evson Malaquias de Moraes (Org.). *UFPE – Instituição, política seus bastidores*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. A modernização autoritário-conservadora nas universidades e a influência na cultura. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *A ditadura que mudou o Brasil: 50anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. *Os olhos do regime militar brasileiro nos campi. As assessorias de segurança e informações das universidades*. *Topoi*, v. 9, n. 16, jan.-jun. 2008.

_____. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. Tese (doutorado em história) – USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2000.

MÜLLER, Angélica. *A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979)*. Tese (doutorado em história) – USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2010.

NAPOLITANO, Marcos. *História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2019.

NETO, LIRA. *Castello: a marcha para a ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

PAGE, Joseph A. *A revolução que nunca houve*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1972.

PASSARINHO, Jarbas. *Um híbrido fértil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura: 1996.

PEREIRA, Nilo. *A faculdade de direito do Recife (1927-1977): ensaio biográfico*. Recife: Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, 1977.

PERRUCCI, Gadiel. *Um projeto oligárquico-liberal de universidade: notas para uma história da UFPE*. *GitL Est. Soc.*, Recife, v. 2 a 2, p. 505-520, jul., 1986.

PINTO, Álvaro Vieira. *A questão da universidade*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1994.

PRADO, Maria Ligia Coelho. *América Latina no Século XIX: trama, telas e textos*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

REGINA, Bruno. *Guardiões da reforma agrária: servidores públicos e técnicos em defesa de uma reforma agrária durante a ditadura militar do Brasil*. *Tempos Históricos*. Volume 16 . 2º Semestre de 2012.

REGO, George Browne. Entrevista. In: SANTOS, Evson Malaquias de Moraes (Org.). *UFPE – Instituição, política seus bastidores*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

REIS, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge (orgs.). *As esquerdas no Brasil*, V. 3, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

ROSAS, Paulo. *Para compreender a educação superior brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

SANTOS, Evson Malaquias (Org.). *Atas do Conselho, da Assembleia Universitária e da Comissão Designativa do reitorado de João Alfredo e Vice-Reitorado de Newton Maia da Universidade do Recife: Junho de 1959 a Agosto de 1964*. Recife: UFPE, 2010.

_____. **UFPE: Instituição, gestão, política e seus bastidores**. Recife: UFPE, 2012.

SANTOS, Evson Malaquias de Moraes; SILVA, Talita Maria Soares da. *O reitorado de Joaquim Amazonas através das atas do Conselho Universitário – 1946-1959*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia*. São Paulo: Cortez, 1983.

SILVA JÚNIOR, Edelson de Albuquerque. *O reitorado de João Alfredo na Universidade do Recife*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CE. Programa de Pós-graduação em Educação, 2012.

SILVA, Marcília Gama da. *Informação, repressão e memória: a construção do Estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985)*. Tese (doutorado em história) – UFPE, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 2007.

SUCUPIRA, Newton. *A condição atual da universidade e a reforma universitária brasileira*. I encontro de reitores das universidades públicas. BRASIL: Ministério da Educação, 1972.

TOLEDO, Caio Navarro de. A democracia populista golpeada. In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). *1964: visões críticas do golpe*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

_____. *O governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

VERAS, Dimas Brasileiro. *Sociabilidades letradas no Recife: a revista estudos universitários (1962-1964)*. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFHC. História, 2010.

_____. *Palácios cariados: a elite universitária e a ditadura militar – o caso da Universidade Federal de Pernambuco (1964 – 1975)*. Tese (Doutorado em História) – UFPE, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 2018.

APÊNDICE A – INSTITUIÇÕES PESQUISADAS E DOCUMENTOS

Lista de Instituições pesquisadas

Arquivo Geral da UFPE

Arquivo Nacional

Biblioteca Central da UFPE

Documentos

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

UFPE. Atas do Conselho Universitário

UFPE. Estatutos

MEC. Boletim do CAPES